

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MARILENE SALGUEIRO BERTO MACHADO



**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA: impactos no trabalho e nos trabalhadores (o cenário brasileiro
nos anos de 1990)**

João Pessoa/PB
Novembro/2012

MARILENE SALGUEIRO BERTO MACHADO

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA: IMPACTOS NO TRABALHO E NOS TRABALHADORES (O
CENÁRIO BRASILEIRO NOS ANOS DE 1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, vinculado a linha de pesquisa Políticas Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro

**João Pessoa/PB
Novembro/2012**

M149q Machado, Marilene Salgueiro Berto.

A qualificação profissional no contexto da reestruturação produtiva: impactos no trabalho e nos trabalhadores (o cenário brasileiro nos anos de 1990) / Marilene Salgueiro Berto Machado.-- João Pessoa, 2012. 209f.

Orientador: Jorge Fernando Hermida Aveiro
Tese (Doutorado) – UFPB/CE

1. Educação. 2. Qualificação profissional. 3. Trabalho. 4.Reestruturação produtiva.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

MARILENE SALGUEIRO BERTO MACHADO

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA: impactos no trabalho e nos trabalhadores (O Cenário brasileiro
nos anos de 1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, vinculada a linha de pesquisa POLÍTICAS EDUCACIONAIS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro

Aprovada em: 01/ 11 /2012

BANCA EXAMINADORA

Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro
Orientador – PPGE/UFPB

Dra. Glória das Neves Dutra Escarião
Examinador externo PPG-CR /UFPB

Dra Aline Maria Batista Machado
Examinador interno PPGE/UFPB

Dr. Wilson Honorato Aragão
Examinador interno PPGE/UFPB

Dr Marinilson Barbosa da Silva
Examinador externo PPG- CR /UFPB

Dedico este trabalho a minha mãe, mulher guerreira, trabalhadora incansável, pelo seu apoio constante em todas as etapas da minha vida profissional e principalmente pessoal, pelo seu amor irrestrito, pelas palavras de encorajamento nos momentos de angústia, pela alegria dividida nos momentos de sucesso. *Amo você.*

Ao meu filho Ariel. Nenhuma palavra é suficiente para demonstrar o amor que sinto, a alegria que sua presença desperta, os ensinamentos adquiridos com a convivência. Felicidade plena. Amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Gente boa e amiga,

Meu velho pai um dia escreveu o seguinte:

Feliz daquele que obtendo
sementes sadias,
Saiba fecundá-las no cérebro
E fazê-las no coração frutificar.
E eu um dia respondi a ele:
Infeliz daquele
Que obtendo sementes sadias
E fecundando-as no cérebro
Não saiba dividir com os outros
O fruto da sua colheita.

(BENO)

Agradeço a vocês que dividiram comigo suas sementes e espero dividir com todos os frutos colhidas neste processo: este trabalho final.

Ao final da caminhada, corre-se sempre o risco de sermos omissos em relação às pessoas que nos acompanharam e contribuíram de alguma forma, porém alguns nomes não podem deixar de ser citados.

Ao professor Jorge Hermida, orientador do trabalho, pelo apoio incondicional e encorajamento em todas as etapas do processo; além de compartilhar comigo sua inquestionável competência profissional, soube dar apoio pessoal nos momentos em que precisei dele.

Aos professores do Departamento de Habilitações Pedagógicas, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, especialmente as professoras (as) Fábio do Nascimento Fonsêca, Leblam Tamar, Nadia Jane, Alexandre Nader, pelo apoio.

Aos profissionais, trabalhadores da Fiat Minas, principalmente do ISVOR Fiat, pelas informações prestadas.

Às amigas Glória e Andreia Escarião, pelo apoio, incentivo, amizade, e força.

A meus irmãos, irmãs, cunhado, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, por compartilharem a caminhada de elaboração deste trabalho e principalmente a alegria pela conclusão.

A minha querida Tatiana Medeiros, amiga, companheira de trabalho. Sigo aprendendo com a sua humildade e perseverança

As amigas queridas Maria, Lucicleia, Almeri e ao meu amigo Alex parceiros desta jornada; na estrada da vida nos encontramos e soubemos construir laços fortes e insubstituíveis. Estão presentes nas farras, estudos; partilhamos experiências (com) partilhamos a vida. Muito obrigada. Amo vocês.

As ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias, dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante [...] Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação. entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX e ENGELS)

RESUMO

Este estudo “A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: impactos no trabalho e nos trabalhadores (O Cenário brasileiro nos anos de 1990)”, apresenta a tese doutoral - na relação Capital x Trabalho, o processo de reestruturação produtiva reitera o processo de alienação da classe trabalhadora por meio de um novo padrão de “formação” profissional que ultrapassa o velho padrão de qualificação profissional. Visa discutir a qualificação profissional ressaltando o cenário do mundo do trabalho nos anos de 1990, em que as relações laborais assumem proporções cada vez mais relevantes. O lócus de análise da pesquisa é o setor automotivo porque é o que mais rapidamente se adequou aos requisitos do trabalho reestruturado. A Fiat/Minas foi a empresa escolhida para análise por representar esse setor no Brasil de forma expressiva e em razão de manter em sua estrutura, uma escola de formação profissional: a ISVOR/Fiat. O objetivo principal da tese foi analisar a qualificação profissional como uma dimensão da relação entre trabalho e educação no contexto da reestruturação produtiva nos anos de 1990 quando intensas e significativas mudanças ocorreram no mundo produtivo e na organização e gestão do trabalho. A pesquisa foi realizada com base na abordagem qualitativa e desenvolveu um estudo analítico-crítico, fundamentado teoricamente no método dialético, entendido como possibilidade metodológica para analisar o objeto em estudo, considerando-o na sua totalidade. Para a sua consecução foram realizados: estudos bibliográficos e análise das produções teóricas, com destaques para a contribuição destas na discussão acerca da qualificação profissional no Brasil além dos estudos das teorias socioeconômicas e educacionais, estudos de dados estatísticos, documentos e relatórios. A categoria teórica trabalho e a concepção de sociabilidade humana foram centrais para o estudo da indústria automobilística brasileira e a FIAT Minas. A análise efetuada evidenciou que a qualificação profissional tem sido utilizada como um espaço de adaptação do trabalhador nas propostas governamentais e empresariais e que a Fiat Minas vem adotando desde os anos de 1990. Conclui-se, portanto, que a defesa da qualificação profissional como um espaço de educação formal, unificado e emancipador para o trabalhador é ainda um desafio social, na busca do estabelecimento de uma educação que possibilite a sociabilidade humana.

Palavras chave: Qualificação profissional, Trabalho, Educação, Reestruturação produtiva

ABSTRACT

This study “A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: impactos no trabalho e nos trabalhadores (O Cenário brasileiro nos anos de 1990)” [“THE PROFESSIONAL QUALIFICATION IN THE CONTEXT OF PRODUCTIVE RESTRUCTURING: impacts on work and workers (The Brazilian scenario in the 1990s”], presents the doctoral thesis – in the relationship Capital x Work, the productive restructuring process reiterates the alienation process of the working class by means of a new pattern of professional “training” that goes beyond the old professional qualification pattern. It aims to discuss the professional qualification highlighting the working world scenario in the 1990s, in which the labor relations assume proportions increasingly relevant. The research analysis locus is the automotive sector for it is the one that more rapidly and in better way adapted to the restructured job requirements. FIAT-Minas was the enterprise chosen for analysis for it represents this sector in Brazil in an expressive way, due to maintaining in its structure a professional training school: the ISVOR/Fiat. The research was qualitative and developed an analytical-critical approach, theoretically based on the dialectical method, understood as a methodological possibility to analyze the study object, considering it in its totality. For its completion were done: bibliographic studies and analysis of the theoretical works, highlighting the contribution of such works in the discussion about professional qualification in Brazil, besides the social-economical and educational theories studies, statistical data studies, documents and reports. The theoretical category work and the human sociability conception were central for the study of the Brazilian automotive industry and FIAT Minas. The analysis carried out showed that the professional qualification has been used as a worker adaptation space in the government and enterprise proposals, and that Fiat Minas has been adopting since the 1990s. We conclude, therefore, that the defense of the professional qualification as a space of formal education, unified and emancipating for the worker still is a social challenge, seeking the establishment of an education that enables the human sociability.

Key words: Professional Qualification, Work, Education, Productive Restructuring

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Pessoal ocupado assalariado	47
Gráfico 2 – Receita Líquida Mundial	106
Gráfico 3 - Empresas do Grupo Fiat - participação no faturamento	111
Tabela 1 – Desenvolvimento do trabalho na história da humanidade	32
Tabela 2 – Resultados Mundiais	110
Tabela 3 - ISVOR FIAT- Áreas de atuação	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFAVEA – Associação Nacional de Fabricantes de Veículos e Automóveis

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

CAE – Computer-Aided Engineering

CADs – Computers Aiding Design

CAM – Computers Aiding Manufacture

CE/UFPB – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CEE -Comunidade Económica Europeia

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CETEM – Centro de Excelência em Tecnologia e Manufatura “Maria Madalena Nogueira”

CFP – Centro de Formação Profissional

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fat

CONED – Congresso Nacional de Educação

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FAE/UFMG (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

FAT – Fundo de Amparo aos Trabalhadores

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística

GTTE - Grupo de Estudos Trabalho e Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,

ISVOR – Istituto Sviluppo Organizzativo

JIT – Just-in-time

KANBAN – Métodos de controle produtivo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NAFTA - Tratado Norte Americano de Livre Comércio

NETE - Núcleo de Estudos Trabalho e Educação

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

FMI – Fundo Monetário Internacional

PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEA - População Economicamente Ativa

PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional

PNE – Plano Nacional de Educação

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

POKA YOKE e KANBAN – Métodos de controle de produção – Etapas do sistema Toyota de Produção

PUC – MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC - SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

TIE -Transnational Information Exchange:

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFF - (Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPR - Universidade Federal do Paraná

USP – Universidade de São Paulo

1 OCAMINHO PERCORRIDO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo apresentamos nossas motivações pessoais e profissionais da tese, descrevendo o processo de sua construção a partir da escolha do objeto de estudo, definindo neste capítulo, a partir do problema proposto, os objetivos da pesquisa, a opção teórico-metodológica, os procedimentos e a estrutura da tese.

[...] não se pode realmente escapar da ‘formidável prisão’ do sistema escolar estabelecido (condenado nestes termos por José Martí) reformando-o, simplesmente. Pois o que existia antes de tais reformas será certamente restabelecido, mais cedo ou mais tarde, devido ao absoluto fracasso em desafiar, por meio de uma mudança institucional isolada, a lógica autoritária global do próprio capital. O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é *todo* o sistema de *internalização*, como todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por sua alternativa *concreta* abrangente (MÉSZÁROS, 2005, p. 46 - 47).

Este trabalho doutoral apresenta a tese – na relação Capital x Trabalho, o processo de reestruturação produtiva reitera o processo de alienação da classe trabalhadora por meio de um novo padrão de “formação” profissional que ultrapassa o velho padrão de qualificação profissional.

Esta tese foi motivada por aspectos pessoais e acadêmico-profissionais. Nascida em uma família pobre sou filha de pais que tiveram acesso aos estudos apenas até o terceiro ano primário (atual anos iniciais do ensino fundamental) e o trabalho sempre foi enfatizado em nossa casa como necessidade para a sobrevivência. Numa família de sete irmãos tínhamos acesso apenas aos bens de consumo extremamente necessários. Meu pai e minha mãe trabalhadores da roça desde crianças migraram após o casamento para a capital do Estado de Minas Gerais para se estabelecerem em condições mais favoráveis do que as do meio rural.

Meu pai iniciou o trabalho na cidade como faxineiro de uma empresa de conservação e limpeza e minha mãe tornou-se trabalhadora do lar para cuidar dos filhos. Convivemos com a dinâmica do sujeito trabalhador sempre: aquele que levanta ao nascer do sol e só retorna a noite; as condições de trabalhador assalariado, o transporte público, a marmita, o salário insuficiente. Neste quadro

todos os filhos foram matriculados em escolas públicas e o discurso presente era o da educação como via de salvação. Se não estudássemos, iríamos ser faxineiros também.

Duas questões marcam de forma muito contundente minha trajetória como sujeito da classe trabalhadora: primeiro vivenciar de perto os esforços do meu pai para melhorar de vida, sem nunca ter acesso a educação ele procurava alcançar as promoções que a empresa oferecia e assim foi sendo promovido: de faxineiro a supervisor de faxina; de supervisor de faxina a porteiro, de porteiro a ascensorista, de ascensorista a gerente. Nesta época ainda criança e adolescente não conseguia absorver o significado deste movimento feito por ele, apenas anos mais tarde pude perceber o caminho que ele traçou de operário manual a supervisor e gerência. O perfil da divisão social do trabalho entre os que pensam e os que executam. Paralelo a isto só o que nos interessava (aos filhos) era o que melhorava ou não em nosso cotidiano. A segunda questão marcante desta época foi o que a escola sempre significou para mim: eu era absolutamente fascinada pela escola, adorava ler, apesar de não ter acesso a livros, jornais e revistas lia tudo que me aparecia e na escola apesar de todos os limites: falta de material, falta de uniforme, falta de merenda, sempre fui uma aluna estudiosa, curiosa e comprometida.

No processo natural de crescimento convivi com alguns fatores determinantes na minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Meu pai extremamente machista e autoritário acreditava em duas questões: o trabalho educa os homens e quando meus irmãos não quiseram estudar ele os colocou para trabalhar: traçaram o mesmo caminho: faxineiros, ascensoristas, porteiros, etc... mas a diferença em relação as filhas mulheres era que não precisavam estudar além do primário e não podiam trabalhar; deveriam casar e ser donas de casa.

Muito cedo me rebelei, briguei para estudar e ser matriculada no curso de magistério; queria ser professora, não por vocação ou por devoção apenas acreditava naquela época que se fosse professora alcançaria minha independência mais rápido, pois tendo uma profissão poderia trabalhar; meu pai após inúmeras tentativas de me impedir de continuar os estudos (ameaças, brigas, castigos) resolveu me matricular: no ensino médio profissionalizante num colégio da rede privada, no curso técnico de assistente de administração. Sabendo que teria que me esforçar para passar no vestibular estudava com apostilas emprestadas por

professores que atuavam em cursinhos pré-vestibulares porque em meu curso não tinha acesso as disciplinas como biologia, física, química e matemática.

Sem abandonar o sonho de estudar e trabalhar prestei vestibular para pedagogia como um caminho para o magistério. Na década de 1980 os cursos de pedagogia eram em sua maioria concebidos no tecnicismo e na psicologia. Optei pela habilitação em Orientação Educacional, pois me fascinava os trabalhos de orientação vocacional. Neste momento este trabalho se direcionava pela descoberta das aptidões natas dos alunos através da aplicação de teste e já estabelecia uma relação direta entre escola e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Assim que terminei o curso de graduação adquiri minha independência do meu pai, não como pensava pela via do trabalho, mas cumprindo o que ele sempre determinava: através do casamento. Foi a partir daí que tracei novos rumos para a minha vida profissional. Pude fazer um curso de especialização em orientação educacional na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais¹ (PUC/MG). Este curso mudou toda a minha trajetória. Tive o privilégio de ter como docentes a Professora Lucília Regina de Souza Machado e o professor Miguel González Arroyo. E Benno Sander, precursores das discussões sobre trabalho e Educação da ANPED. Neste período, já no final da década de 1980 e início da década de 1990 iniciava-se no cenário educacional brasileiro e principalmente nas discussões sobre o curso de pedagogia um movimento de críticas e proposições sobre a relação entre a educação e o trabalho.

Tive acesso a leituras mais críticas, conheci as obras de Marx, Gramsci, Huberman e Arendt (entre outros) e comecei a analisar a educação, a pedagogia e a sociedade com um novo olhar. Neste momento os sentidos do trabalho e da educação na minha família foram sendo desvelados.

¹ “Pós-graduação lato Sensu – Especialização da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que a partir de 1974, com o lançamento do PREPES, um programa para atender às necessidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento de professores das mais diversas áreas do conhecimento. Esse Programa teve e tem o mérito de, com elevado padrão de qualidade, fazer coincidir os períodos de aula com os de férias letivas, criando possibilidades efetivas de interiorização da pós-graduação no Brasil, o que seria inviável em condições normais do calendário escolar brasileiro.”

Disponível em: PUC/MG: <http://www.pucminas.br/prepes/index>

Após terminar a especialização e já atuando como orientadora educacional na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais fui aprovada numa seleção para trabalhar no Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/MG). Um novo mundo se descortinava a minha frente: encantada com as possibilidades deste emprego, do salário, condições de trabalho e status também me deparei com o primeiro conflito ideológico. Começava a estudar, analisar e refletir de forma crítica e contextualizada o trabalho na sociedade capitalista, a educação dos trabalhadores e reproduzia no cotidiano do SENAC as concepções, propostas e práticas do capital. Afinal o SENAC é uma agência de qualificação profissional que atende às exigências do mercado de trabalho.

Decidi então fazer o mestrado para aprofundar meus estudos e buscar respostas para os questionamentos que tinha naquele momento. Fiz uma dissertação que objetivou discutir a atuação dos orientadores profissionais e ensaiei os primeiros passos na direção da discussão da relação trabalho e Educação.

Após esta experiência e já como docente do curso de pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB), dediquei grande parte da minha vida acadêmica às pesquisas e produções na área temática relação Trabalho e Educação. Atuo na docência da disciplina Trabalho e Educação, oriento Trabalhos de Conclusão de Curso e Monografias de especialização sobre esse tema. A partir daí compreendi a necessidade cada vez maior de se pesquisar a temática da qualificação profissional na atualidade, impulsionada pelas crescentes e sucessivas transformações da sociedade e do mundo do trabalho. Me dedicando a estas pesquisas pude compreender a necessidade premente da defesa cada vez maior de políticas públicas para a educação que superem a visão linear entre educação e mercado e atente para a necessidade da criação de um projeto contra-hegemonico de uma educação formal, de caráter geral para atender as demandas da classe trabalhadora.

As rápidas mudanças na história do capitalismo mundial da última década do século XX, logo imprimidas no mundo do trabalho, introduziram novos paradigmas científicos, tecnológicos e organizacionais no processo produtivo neoliberal. Essas novas perspectivas desafiam também aos educadores na discussão ou rediscussão da qualificação profissional. É o que se pretendeu desenvolver neste estudo, tendo como referência o trabalhador e a expressão de sua subjetividade no cotidiano do trabalho. As alterações decorrentes das mudanças em curso, sem dúvida nenhuma,

repercutiram principalmente no perfil do trabalhador atual, exigindo cada vez mais trabalho em equipe, dinamicidade, flexibilidade e liderança nas ações.

A premissa de que os impactos da reestruturação produtiva na qualificação profissional colocam novos desafios de compreensão dos diversos fatores que se entrelaçam, indo além da linearidade entre a formação e o mercado de trabalho, foi a tendência assumida nas últimas décadas e novamente posta em pauta na discussão do surgimento de novo perfil de trabalhador por “competências” (termo utilizado por alguns autores em substituição ao termo “qualificado”).

A questão da qualificação profissional é para nós tema relevante na formação do ser humano, o trabalho é central na vida, e a formação para o trabalho também deve ser. Segundo Manfredi (1999: 2), os diferentes temas relacionados ao mundo do trabalho “não só estão na ordem do dia dos estudiosos, como também fazem parte da agenda dos principais protagonistas sociais envolvidos nos processos de mudança e transformação em curso – empresários, trabalhadores, governos, etc”.

Para alguns autores (SILVA, 1998), um dos aspectos que mais interessa atualmente, tanto no âmbito público como no privado, se refere ao papel que desempenha a formação de mão de obra em serviço, na produtividade do trabalho, na competitividade, no desenvolvimento econômico e no bem-estar social. A questão é o objetivo que se busca em relação à Formação do trabalhador para não voltarmos toda a atenção para a lógica do capital. Isto nos reporta ao ideário da teoria econômica e de desenvolvimento socioeconômico presente nas décadas de 50 e 60 do século XX que pressupunha a necessidade de planejar e racionalizar os investimentos do Estado no que diz respeito à educação escolar. Anísio Teixeira destaca com fidelidade esta ideia: [...] a educação não é apenas um processo de formação e aperfeiçoamento do homem, mas o processo econômico de desenvolver o capital humano da sociedade. (TEIXEIRA, 1957, p. 28)

Alguns autores analisam as mudanças em curso como transformações radicais na sociedade indicando para o fim do trabalho, porém a sua existência como categoria fundamental para o ser humano em nossa sociedade também é defendida por autores como Antunes (1995), Pochmann (2001) e Machado (1992), entre outros consultados e utilizados por nós. Destaca-se aqui a tese de Rifkin (1996), autor da teoria do fim do emprego. Ao discutir a qualificação, ele mostra o equívoco de se aliá-la ao mercado de trabalho. Demonstra com sua tese a seguinte afirmação ao discutir a qualificação para o setor de informação: “Mesmo que pudéssemos treinar

todas as pessoas desempregadas, o que é duvidoso, o setor de informação não seria capaz de absorvê-las” (RIFKIN, 1996. p.23).

Entre os autores que consideram esta questão e defendem a qualificação profissional, a partir da vinculação crítica, contraditória e dinâmica, entre o mundo do trabalho e o da educação, está Frigotto (1989) eu defende esta concepção. . Para este autor, a prática educativa na sociedade capitalista deve ser compreendida como prática contraditória (mas não inexistente), ao relacionar-se com a prática produtiva que, por sua vez, é cheia de conflitos e contradições.

Logo, para atender às novas exigências do mundo do trabalho, é relevante que a discussão sobre a noção de qualificação seja ampliada e entendida a partir dos sujeitos envolvidos no processo de trabalho: os trabalhadores que, no cotidiano, podem compreender e dar significados diferenciados à questão da qualificação a partir de experiências próprias. Seria a perspectiva do desenvolvimento de uma nova sociabilidade do trabalhador.

Nesta perspectiva, entendendo que as inovações implementadas no mundo do trabalho, organizacionalmente, gestores e produtores, engendram novas exigências para a qualificação profissional, é que se insere a questão central norteadora deste estudo: como se dá a qualificação profissional da força de trabalho para a indústria? Qual o tratamento que a política de qualificação profissional dá para a formação do trabalhador como sujeito? Se e como as transformações que vêm se verificando na estrutura produtiva refletem-se nesta qualificação?

O objetivo principal da tese foi analisar a qualificação profissional como uma dimensão da relação entre trabalho e educação, entendendo que as concepções das políticas e projetos de formação profissional desde a sua origem até a contemporaneidade têm sido pautadas no Brasil por disputas entre a classe empresarial, as políticas governamentais e os trabalhadores. Para entender estas imbricações é necessário o estudo investigativo do mundo do trabalho apontando para as diversas configurações em que ele se apresenta sob a égide do estado neoliberal e global tomando por base o desenvolvimento do trabalho no capitalismo, do modo de produção manufatureiro enfatizando as transformações efetivadas da década de 1990 do século XX até início do século XXI, que interferem diretamente no mercado e nas exigências de qualificação da mão de obra.

São ainda objetivos deste estudo: analisar a concepção de qualificação profissional, presente nos programas de formação profissional da FIAT/Minas,

inserida nos contextos da reestruturação produtiva do mundo do trabalho e do capitalismo contemporâneo; identificar e analisar as concepções de ser humano e de sociedade presentes nos programas de qualificação profissional da FIAT/MG; e, identificar as características do mundo do trabalho, especialmente no capitalismo contemporâneo.

Ao longo das etapas da elaboração deste estudo revisitamos a produção acadêmica sobre a qualificação profissional, refletindo sobre como os aspectos subjetivos do trabalhador são considerados ou desconsiderados nos programas de formação profissional, adotando como conceitos norteadores da análise as seguintes categorias teóricas: trabalho, globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva, novas tecnologias, qualificação profissional e sociabilidade. (Grifo meu). Definimos o referencial metodológico, o campo de estudo e os sujeitos da pesquisa a partir da análise da temática em questão.

Adotando uma abordagem qualitativa como prioridade esta pesquisa, ao problematizar, analisar e tematizar sobre o objeto proposto, desenvolveu um estudo analítico-crítico, fundamentado teoricamente no método dialético, entendido como possibilidade metodológica para analisar o objeto em estudo, considerando-o na sua totalidade, e percebendo todas as relações envolvidas no seu movimento, tais como as relações entre processos subjetivos e objetivos de construção de significados de um dado fenômeno, seu entranhamento na cotidianidade e o seu caráter histórico, entre outros. . Dessa maneira, o materialismo histórico-dialético é uma concepção de mundo que “vai à raiz” do contexto real; como uma prática capaz de transformar uma dada realidade, bem como flexibilizar sobre os ritmos atribuídos à pesquisa, fazendo essa acontecer em momentos interativos, para além de uma postura estanque que nos leve a uma pré(disposição): concreto/abstrato/concreto. O estudo analítico-crítico fundamentado no método dialético ajuda a compreender

[...] a passagem das mudanças quantitativas às mudanças qualitativas e vice-versa aplicada inicialmente por Engels à dialética da natureza e depois amplamente utilizada na análise da formação das sociedades e das transformações dos fenômenos sócio-políticos. (GAMBOA, 1995, p.106).

Ainda, segundo Fazenda:

Nessa concepção, o método está voltado à realidade mundo/vida, sob a ótica reflexiva, o que atribui sentido e cientificidade à pesquisa. Ou seja, baseia-se no tripé da 'crítica', da 'construção do conhecimento' e da 'nova síntese desse conhecimento voltado à ação', levando à transformação da realidade cognitiva e histórico-social dos sujeitos que dela compartilham. (1997, p.174).

A pesquisa ocorreu em várias etapas, sendo fundamental uma revisão das produções teóricas sobre a temática, enfocando a contribuição destes na discussão acerca da qualificação em confronto com uma pesquisa documental.

Como método de análise adotamos a abordagem proposta por Minayo (1997, p.227) da hermenêutico-dialética, segundo essa autora, tal abordagem possibilita um tratamento dos dados mais aprofundado do que a análise tradicional do discurso: "é o mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Essa metodologia coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante, em que é produzida" (MINAYO, 1994, p. 231). Ainda de acordo com esta autora:

A união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações mas com significado específico. Esse texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais. (MINAYO, 1994, p.227).

Entende-se, neste momento, que a definição dos procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa não é apenas opção de caráter técnico e/ou instrumental, mas opção que vai envolver os aspectos nos quais estará explícita a perspectiva teórica e epistemológica do pesquisador que se propõe estabelecer contato com os sujeitos inseridos na realidade que se pretende investigar. Assim sendo, esta pesquisa buscou problematizar, analisar e tematizar o objetivo proposto, pretendeu desenvolver um estudo analítico-crítico, de caráter exploratório para analisar o objeto em estudo, considerando-o em sua totalidade e percebendo as relações envolvidas em seu movimento, tais como as relações entre processos subjetivos e objetivos de construção de significados do fato, a

qualificação profissional, seu entranhamento na cotidianidade e seu caráter histórico e dinâmico.

Tomamos como campo para nosso estudo o setor automotivo prioritariamente por ser este setor o que mais rapidamente e de melhor forma se adequou aos requisitos do trabalho reestruturado e mais especificamente a Fiat/Minas, que além de representar este setor no Brasil da melhor forma ainda mantém em sua estrutura uma escola de formação profissional: a ISVOR/Fiat. Desta forma, a partir do problema proposto para este estudo – a discussão do significado da qualificação profissional no cenário educacional brasileiro e nos programas de formação profissional, bem como do significado ser humano nestes programas e da indústria no contexto de reestruturação produtiva, faz-se necessário analisar a realidade concreta no qual se desenvolvem estes programas, para se desvendar o movimento real do objeto central deste estudo. Foi necessário apresentar o debate socioeconômico e educacional da temática qualificação profissional, contextualizando-a em um espaço/tempo e realidade do capitalismo, bem como o entendimento de que a ideia da qualificação como redentora dos trabalhadores se fortalece na sociedade no início do século XXI com a adoção do modelo das competências.

Entendemos, portanto, que a pesquisa se torna possibilidade em ler a realidade para compreender determinado fenômeno cuja interpretação vai se dar a partir de como ele é elaborado pelos sujeitos na sua práxis.

Acreditamos que seja na prática cotidiana que se vislumbram as contradições entre o discurso e as próprias práticas, a(s) concepção(ões) de qualificação, a(s) concepção(ões) de homem e sociedade vão sendo materializadas nestes programas de formação profissional de acordo com o contexto em que elas são elaboradas e vivenciadas. Para Teves (1992. p, 15): “O sentido do que aparece não está no sujeito que conhece nem na coisa conhecida, mas nos efeitos de sentido que vão se construindo no processo de conhecimento”. Para desenvolver a investigação proposta, optamos pela estratégia metodológica/operacional que nos possibilitou ingressar na realidade investigada a fim de favorecer a compreensão consistente da problemática a ser investigada. Constatamos que os debates acerca da qualificação estão profundamente influenciados pela visão empresarial. O perfil de trabalhador exigido é a linha de frente para esta definição. Entendemos que a referência para a elaboração destes programas de formação é a dimensão das inovações

tecnológicas e de gestão no mundo do trabalho, mas deve ser muito mais, deve ser considerada contextualizada, imbuída de fatores ideológicos, econômico-culturais, os trabalhadores devem ser considerados para além do trabalho no sentido do sujeito em constante desenvolvimento de suas potencialidades e de construção de si próprio. Assim, Para realizar nossa investigação, várias etapas foram necessárias: levantamento bibliográfico, dados estatísticos, documentos, relatórios, sendo fundamental o estudo aprofundado das produções teóricas sobre a temática proposta, enfocando a contribuição destas na discussão acerca da qualificação profissional, no contexto da educação brasileira. Privilegiamos em nossa reflexão a produção existente sobre o tema no Brasil, enfocando a qualificação profissional embasada nas teorias socioeconômicas e educacionais; a categoria trabalho em várias etapas da história até a atualidade e, por fim, a concepção de sociabilidade humana.

Aranha (2000, p.34) chama a atenção para o fato de que:

A análise de uma empresa ou de suas atividades, tais como a formação profissional pode tornar-se frágil se não se leva em consideração outros fatores que a caracterizam tais como a sua cultura, a maneira como lida com aspectos psíquicos do trabalho, como utiliza a inteligência operária, entre outros.

Na empresa, cumpre-se uma série de procedimentos simbólicos, permeados por signos, rituais, os quais englobam toda sua hierarquia. Enfim, no cotidiano, a práxis se dá ao ritmo de representações que podem exprimir a realidade de quem faz e de quem manda, o poder e o subordinado. Neste sentido, Mance concorre (1994, p.4).

A relação entre saber e poder, informação e economia é tão inseparável quanto a vida humana dos códigos lingüísticos e todos os outros códigos a partir deles construídos: éticos, religiosos, políticos, econômicos, estéticos, etc. Contudo, o papel da informação, da comunicação e criação de signos na vida das sociedades nunca foi tão explorado e desenvolvido como nos dias atuais, especialmente em razão do desenvolvimento de equipamentos que possibilitaram interações instantâneas sob os mais variados códigos comunicacionais. A relação do homem com os signos é um vastíssimo campo que continua sendo explorado contemporaneamente por um conjunto de reflexões interdisciplinares.

A revisita à literatura especializada definiu-se pela seleção dos autores mais publicados sobre o tema. Buscamos sempre enfatizar as categorias trabalho, inovações tecnológicas, globalização, reestruturação produtiva e sociabilidade em Lukács (1979), para efeito de nossa análise de conteúdo, que consiste na extensa leitura dos textos teóricos e dos documentos citados. Para Cunha (1992, p.159):

Não há mais lugar para as dicotomias e para modelos alicerçados somente na lógica nem para exclusivamente basear-se no empirismo. É preciso que a ação investigadora articule concepções e processos e encontre alternativas para contribuir coletivamente para um conhecimento que, acima de tudo, tenha de servir a condição da humanidade.

Portanto, estão muito presentes os desafios que inspiraram esta investigação, desafios contemporâneos de fazer ciência, a busca de novos caminhos e novos encontros com outros e tantos desafios. A definição das bases que deve fundamentar o fazer científico e os elementos a serem compartilhados na busca de respostas por meio de uma metodologia que possa contribuir para a superação de concepções pré-estabelecidas e rigidamente determinadas foi sem dúvida o desafio.

Em termos de estrutura, a presente tese divide-se em cinco capítulos tratando a abordagem teórico-metodológica numa perspectiva de uma pesquisa de caráter interdisciplinar.

No Capítulo 1, introduzimos os objetivos, e os referenciais teórico-metodológicos desenvolvidos na tese.

No Capítulo 2, analisamos o mundo do trabalho, discute-se a introdução das novas tecnologias da produção, os novos modelos de gestão e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, entre elas a crise do emprego. Discute-se o trabalho como atividade realizadora do ser humano e como atividade alienante; a noção de subjetividade é entendida como sendo historicamente determinada; busca-se entendê-la a partir dos movimentos que se alteram e entrelaçam no capitalismo contemporâneo e dos quais o trabalhador faz parte. Deve-se perceber que os trabalhadores são sujeitos do e no processo, agentes históricos que podem transformar e/ou adaptar-se a esta realidade. Uma breve análise foi feita sobre a posição de diversos autores que discutem o tema na atualidade, optando-se pelo aprofundamento da noção de sociabilidade em Lukács.

No Capítulo 3, fazemos um retrospecto da relação entre trabalho e educação no Brasil, como pano de fundo para a especificidade do tema da tese; depois se realiza uma reflexão sobre a problemática da qualificação profissional, o mundo do trabalho contemporâneo e a subjetividade do trabalhador; situando a concepção de qualificação profissional, no Brasil, a partir da origem até a atualidade, buscando inseri-la no debate ampliado de formação do trabalhador; passando-se pelo modelo de formação técnica indo ao modelo das “competências”. analisamos o mundo do trabalho, discute-se a introdução das novas tecnologias da produção, os novos modelos de gestão e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, entre elas a crise do emprego. Discute-se o trabalho como atividade realizadora do ser humano e como atividade alienante; a noção de subjetividade é entendida como sendo historicamente determinada; busca-se entendê-la a partir dos movimentos que se alteram e entrelaçam no capitalismo contemporâneo e dos quais o trabalhador faz parte. Deve-se perceber que os trabalhadores são sujeitos do e no processo, agentes históricos que podem transformar e/ou adaptar-se a esta realidade. Uma breve análise foi feita sobre a posição de diversos autores que discutem o tema na atualidade, optando-se pelo aprofundamento da noção de sociabilidade em Lukács.

No Capítulo 4, discutimos a noção de sociabilidade humana no e para o trabalho e o papel da qualificação profissional em forjar uma nova subjetividade/sociabilidade do trabalhador.

No Capítulo 5, fizemos uma breve reflexão sobre a indústria brasileira priorizando a automobilística e a realidade da Fiat Automóveis, descrevendo a fábrica e seu sistema de formação profissional. Parte do Grupo Fiat, a Fiat Automóveis estruturou-se há 20 anos no Brasil. Além de sua fábrica, atua fortemente na formação dos trabalhadores e seus dependentes, em três eixos: formação básica, média e capacitação. Isso é feito através da Fundação Torino, do Instituto Sviluppo Organizzativo (ISVOR) e do Centro de Excelência em Tecnologia e Manufatura “Maria Madalena Nogueira”. (CETEM)

No Capítulo 6, apresentamos as reflexões finais da pesquisa Esta tese de doutorado se encerra tecendo algumas considerações possíveis diante do complexo quadro do trabalho e da educação no capitalismo. O sistema de formação profissional da Fiat se pauta por dois eixos considerados por nós como fundamentais: a formação para as competências e a utilização da Andragogia como

referencial de formação. Na realidade a ideia da formação é a adaptação do campo profissional que serve como mediador entre o sujeito (indivíduo) e a sociedade. A competência é o conhecimento 'necessário' para o sucesso pretendido. Observa-se que, consoante as demandas do mundo do trabalho e novas formas de gestão do capital, a formação profissional da Fiat desenvolve uma concepção de ser humano que é adaptado ao taylorismo, cooperativo, e, na visão da própria empresa: "feliz".

2 MUNDO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NO CAPITALISMO: BREVE REFLEXÃO

Precarização das condições de trabalho – Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinada, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. (MATOSO, 1999, p.8)



Fonte: <http://www.ceep.org.br/espaco-de-formacao/materiais-de-apoio-ao-docente/93-operarios-tarsila-do-amaral>²

Neste capítulo retratamos a evolução do trabalho humano, na sociedade capitalista, da manufatura à produção flexível. A intenção é identificar os percursos teóricos sobre esta discussão que tornam possível aproximar concepção de qualificação profissional ao mundo do trabalho. Busca-se compreender como o trabalho se caracteriza na contemporaneidade e seu significado atual para o ser humano.

² O quadro "Operários" de Tarsila do Amaral reflete um período de transformações socioeconômicas e culturais. Foi pintado no início dos anos 30 em pleno processo de industrialização do Brasil. Para nós reflete a massificação, exploração e alienação do trabalhador.

2.1 O TRABALHO E O HOMEM – DA MANUFATURA AO TAYLOR-FORDISMO E O TOYOTISMO

Etimologicamente a palavra trabalho vem do latim *tripalium* e é assumida no discurso cotidiano como ação, atuação, cansaço, sofrimento e dor.

Em nossa língua a palavra trabalho se origina do latim *tripalium* embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de ponta de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o eu teria sido originalmente, ou se tornado depois. (ALBARNOZ, 1994, p.10)

O ponto de partida para a discussão do trabalho na sociedade atual será o que considera o trabalho como categoria central na vida do homem, como fundante do ser social. Kosik (1976, p.180-81)

O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui sua especificidade. Só o pensamento que revelou que no trabalho algo de essencial acontece para o homem e o seu ser, que descobriu a íntima, necessária conexão entre os problemas: 'o que é trabalho?', 'quem é o homem?' pode também iniciar a investigação científica do trabalho em todas as suas formas de manifestações.

Trabalho aqui, entendido como expressão do homem na sua relação com a natureza. Para Marx (1983, p.202):

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza, como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Na discussão sobre a relação subjetivo/objetivo no trabalho, Kosik (1976, p.184-195) escreve:

A objetividade do trabalho, significa em primeiro lugar que o resultado do trabalho é um produto que tem uma duração, que o trabalho só tem um sentido no caso em que passe incessantemente da forma da operosidade, à forma do ser, da forma do movimento à forma da objetividade...O trabalho como ação objetiva é um modo particular de unidade de tempo (temporalização) e de espaço (função extensiva) como dimensões essenciais da existência humana, isto é, formas específicas do movimento do homem no mundo.

Daí decorre que o homem se define pelo trabalho, como homem em toda a essência e como ser social.

A categoria trabalho assume diversas facetas nos diversos momentos de evolução da sociedade. Do trabalho escravo ao trabalho livre, assume características específicas. No Brasil, por exemplo, a escravidão explorou a princípio mão de obra indígena e depois escravos africanos. A passagem da escravidão para o trabalho livre é marco importante, politicamente falando, no mundo do trabalho, pois vai estabelecer os primórdios da relação patrão versus empregado, relação esta legalizada apenas nos anos 30 do século XX, quando tanto um quanto o outro passa a ter direitos e deveres estabelecidos na relação trabalhista.

A partir do período manufatureiro temos o marco do surgimento de nova organização do trabalho, pela parcelarização e especialização do trabalho e de nova divisão social; a produção antes efetivada apenas por artesão é produzida agora por diversos trabalhadores. Pode-se conceber aí o início da divisão trabalho manual x trabalho intelectual.

Podemos pontuar a origem da discussão da categoria trabalho na Grécia. Para os gregos o trabalho era Labor, poiésis e práxis.

A sociedade greco-romana dividiu o trabalho em três categorias: *labor*, *poiésis* e *práxis*. O *labor* era um trabalho dedicado à produção de alimentos para a sobrevivência do corpo. A *Poiésis* era o trabalho do artesão e do escultor, seja para a fabricação de ferramentas, seja para o mero fim estético. A *práxis* se entendia como atividade política (do cidadão da polis). Na *práxis* a palavra e o discurso eram ferramentas de trabalho para encontrar soluções a fim de proporcionar o bem estar dos cidadãos.(ARANHA E MARTINS, 1995, p.56)

Adotamos a concepção da categoria trabalho de Marx como possibilidade de organização e construção de relações sociais. É pelo trabalho que o homem

relaciona-se com a natureza transformando-a e com outros homens na busca pela subsistência e sobrevivência.

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Pressupomos o trabalho em uma forma que caracteriza como exclusivamente humano. Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colmeias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. Na extremidade de todo processo de trabalho, chegamos a um resultado já existente antes na imaginação do trabalhador ao começá-lo. Ele não apenas efetua uma mudança de forma no material com que trabalha, mas também concretiza uma finalidade dele próprio que fixa a lei de seu *modus operandi*, e à qual tem de subordinar sua própria vontade. E essa subordinação não é um ato simplesmente momentâneo. Além do esforço de seus órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. Isso significa cuidadosa atenção. Quanto menos ele se sentir atraído pela natureza de seu trabalho e pela maneira por que é executado, e por conseguinte, quanto menos gostar disso como algo em que emprega suas capacidades físicas e mentais, tanto maior atenção é obrigado a prestar. (MARX, 1983, p. 197-198)

Desta forma o trabalho se apresenta como atividade essencialmente humana, pensada antecipadamente.

O trabalho no sentido filosófico pode ser definido a partir das proposições de Hegel para quem o trabalho é essência humana e está relacionado ao espírito. Marx redefine a visão hegeliana trazendo a tona a visão que retira o trabalho do contexto do espírito e o imputa aos homens: a essência do trabalho é a atividade humana e é pressuposto das relações estabelecidas social e economicamente.

O trabalho artesanal foi a primeira organização formal do trabalho, organização esta que ao longo da história vai se desenvolvendo e aprimorando na visão do capital. Não pretendemos discutir toda a história da evolução do trabalho na vida humana e sim delimitar nossas reflexões à era do trabalho industrial e as transformações que esta impôs sobretudo nas relações entre capital X trabalho.

No capitalismo industrial o trabalho assume novas dimensões sendo preponderante os fatores de submissão, alienação e dominação que passam a imperar as relações estabelecidas principalmente entre capital X trabalho.

Na era moderna com o advento da revolução industrial Que teve seus primórdios na Inglaterra do séc. XVIII o trabalho situado no capitalismo sofre uma profunda transformação com a introdução das máquinas a vapor, e a relação do capital e trabalho pela salário. Este período pode ser denominado de pioneiro na introdução das tecnologias no mundo da produção. De acordo com Albarnoz (1994), a primeira revolução industrial acontece com a criação da máquina a vapor. A segunda revolução decorreu do processo de industrialização, desenvolvido no século XVIII, com a descoberta da eletricidade. E a terceira é de base microeletrônica.

Desenvolvem-se após este período transformações na divisão do trabalho cada vez mais profundas. A introdução da máquina no processo de trabalho gera mudança na base técnica da produção, e trazendo a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Para a relação capital versus trabalho, isto traz cada vez mais superioridade do capital e conseqüentemente maior exploração do trabalhador.

No contexto da divisão do trabalho, da parcelarização das funções, o processo de produção capitalista se aperfeiçoa cada vez mais. As modificações engendradas no mundo do trabalho acontecem tanto no processo de produção, quanto no processo de gestão do trabalho. Surge o taylorismo, que visa impor cada vez mais novo modo de agir e pensar do trabalhador de acordo com os objetivos do capital, efetivando maior controle sobre o trabalhador. O taylorismo exercia principalmente controle do trabalhador por outro trabalhador. Taylor transfere o saber do operário para seus supervisores, institui a hierarquia entre quem pensa e quem executa, como gerentes, supervisores; este sistema previa também maior disciplinamento principalmente do corpo do trabalhador no sentido de alcançar maior produtividade.

Gramsci (1989, p.397) explicita os objetivos do taylorismo de forma clara:

Efetivamente Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo no trabalhador as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico-maquinal.

O fordismo, por sua vez, supera os princípios taylorista em relação à organização do processo de trabalho. Introduz a linha de montagem, a produção em

série com demanda de maquinário cada vez mais especializado. O princípio básico é maior produção em menos tempo. Aliado aos princípios tayloristas, o fordismo possibilita ao capital a exploração cada vez maior do trabalho e do saber operário.

Para Harvey (1994, P.121), o que havia de especial no fordismo e que, em última análise, o que diferenciava do taylorismo era:

[...] sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada modernista e populista.

Ainda nessa direção, aponta Harvey (1994, p.122):

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade.

Todas estas passagens deixam claro que, na exploração do trabalho, o homem não vivencia o que primeiro caracteriza este ato de trabalhar – sua própria constituição como ser. A alienação do e no trabalho produz na sociedade capitalista o acúmulo cada vez maior e mais progressista de riqueza para pequena parcela da sociedade.³

Mediante o trabalho alienado o homem, não só engendra sua relação com respeito ao objeto e ao ato de produção como potências alheias e hostis a ele, como engendra também a relação em que outro se mantém com respeito a sua produção e a seu produto, e a que ele mesmo mantém com respeito a outros homens (VASQUEZ, 1977, p.136).

Tabela 1 – Desenvolvimento do trabalho na história da humanidade.

³ Estas fases do capitalismo e suas modificações no trabalho trazem em si a discussão da qualificação no e para o trabalho, discutida no próximo capítulo. A divisão do trabalho, por exemplo, marca um período de desqualificação, com pouca ou nenhuma exigência desta para os operários e a necessidade de grande qualificação para os trabalhadores que planejam e comandam o trabalho.

Manufatura	As tarefas são parcializadas; inicia-se a divisão social do trabalho, separação entre execução e concepção, ocorre a gênese da desqualificação do trabalhador
Maquinaria	Intensifica-se a divisão entre concepção/execução do trabalho; característica mais marcante: introdução da máquina no processo de trabalho; a desqualificação do trabalhador aumenta e ele perde a concepção do todo no processo de trabalho. Surge a gerência científica, com o taylorismo: redução máxima do tempo gasto para executar as tarefas, total divisão entre concepção e execução; o fordismo utiliza-se da produção em série, ordenamento sequencial de tarefas.
Automação	Evolução tecnológica que visa aumento da produtividade e garantia de lucro, o trabalhador passa a ser mais ou menos supervisor da máquina que realiza o trabalho.

Se consideramos, portanto, que o trabalho é determinado na sociedade capitalista, economicamente, quando a ação do homem sobre a natureza, visando transformá-la é predeterminada por uma necessidade exterior ao homem, visando à produção de recursos que geram lucros e serão transformados em riqueza/capital, o trabalho passa a ser “valor”, vendido ao capital, numa relação de alienação e exploração. É necessário que o trabalho seja historicamente entendido, de acordo com as suas inter-relações e interdependências. Neste sentido a evolução apresentada no quadro acima permite ver o passeio pelas descobertas e inovações humanas que ao mesmo tempo que supostamente facilita a vida do trabalhador com o advento das tecnologias, confere ao capital maior possibilidade de produção e lucro.

É imprescindível analisar uma questão interessante: toda a discussão atual travada em torno do trabalho nos remete à noção do trabalho como dignificação do homem, enfatizando sempre a ideia do trabalho como realização, como algo que dignifica, engrandece e enobrece o homem e, ao mesmo tempo, destacando sua função de enquadrar o ser humano na sociedade, de assegurar-lhe aceitação social. Quantas vezes não se ouve dizer que alguém é malandro porque não trabalha? Todos os trabalhadores clamam por emprego, todos os especialistas e acadêmicos se voltam para as consequências negativas do desenvolvimento, entre elas principalmente o desemprego.

2.2 O NOVO E COMPLEXO CENÁRIO DO TRABALHO (DO SÉC XX AO INÍCIO DO SÉC XXI) E A REORGANIZAÇÃO CAPITALISTA: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Os fenômenos mundiais que acontecem principalmente no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980 do século XX em que o capitalismo passa por uma crise, e o surgimento de um novo modelo de produção e acumulação é considerado uma forma de superação das dificuldades pela via do mundo produtivo. Do ponto de vista do trabalhador nesta lógica de positividadeXnegatividade no mundo do trabalho podemos questionar os motivos pelos quais o trabalhador não foge do trabalho opressor e degradante, para Lukács há aí uma relação dialética e o próprio entendimento do trabalho como uma ação que reflete o seu ator seria o contraponto entre estes dois eixos. Esta crise que assola o capitalismo pode ser considerada segundo Antunes uma crise estrutura do trabalho. São fatos marcantes desta crise:

[...] a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins dos anos 70, e a conseqüente crise do *Welfare State*, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O projeto neoliberal passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como FMI e BIRD, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo classista, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura "pós-moderna" é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital etc.(1995, p.2)

Para Pochmann (2002, p.147), a crise iniciada nos anos de 1980 e acelerada nos anos de 1990, resultou em estagnação econômica, aumento de juros, recessão, atingindo totalmente o mercado de trabalho:

O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência de políticas públicas deixam sem alternativa de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, eu tende a situar-se, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego. (desemprego disfarçado)

Quanto aos setores atingidos pela crise cabe destacar que em sua grande parte o setor de produção de bens, neste sentido o setor de serviços foi o menos atingido acentuando a tendência já citada anteriormente da ampliação deste setor em detrimento do setor produtivo mais tradicional, o das indústrias.

O processo histórico, traduzido por novo cenário no mundo do trabalho, é denominado por alguns autores, entre eles De Mais(2000), como sociedade pós-industrial que tem como centro a produção de bens não materiais e dá a supremacia a alguns países que detêm o “conhecimento”, sobre os demais. Para ele, nesta sociedade, estabelece-se nova divisão do trabalho: países que detêm o monopólio das patentes (produzem ideias) – 1º mundo; países que produzem bens materiais – 2º mundo; países que não produzem nada e ainda são consumidores e fornecedores de mão de obra – 3º mundo. Como consequência, temos a realidade em que o desemprego estrutural torna-se presente, ocorre a eliminação de ocupações, bem como a criação de novas ocupações.

Segundo De Mais (2000), na Itália, em 1999, a indústria produziu 18% a mais que em 1988, com 22% de trabalhadores a menos. Apesar das controvérsias em torno deste autor e suas posições sobre o trabalho atual, concordamos com ele, principalmente quando alerta para a questão tão debatida do desemprego. Para ele, além do problema estrutural, o desemprego é também problema de gestão política. As controvérsias apontadas dizem respeito, principalmente, às observações sobre o modo de vida humano em que o homem poderia vir, segundo ele, a viver mais trabalhando menos, valorizando mais a cultura, o lazer, isto seria por si, a valorização do humano.

Antunes (2001, p. 216) discorda desta posição e defende que:

[...] apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho.

O novo modelo que surge no Brasil do século XX, segundo Antunes (1995 e 1997), é denominado toyotismo, que se origina no pós-guerra japonês, caracteriza-se como uma forma particular de expansão do capitalismo monopolista no Japão.

Assim, suas principais características são a produção flexível, a existência de grupos ou equipes de trabalho que se utilizam crescentemente da microeletrônica e da produção bastante heterogênea, mantém os estoques reduzidos havendo um grande processo de terceirização e precarização do trabalho. O mundo do trabalho atual pressupõe algumas mudanças ou uma nova forma que passa, por exemplo, da realidade de se ter um emprego para trabalhar; do escritório para um espaço virtual, da noção de autoridade para a de influência; do sucesso como crescimento na carreira para o sucesso como aumento das competências.

É caracterizado ainda por velocidade e descontinuidade no processo de desenvolvimento tecnológico na produção; mudança na base da produção, passagem da base mecânica para a eletroeletrônica, biotecnologia, entre outras coisas, caracterizada como pós-fordismo; na nova ordem mundial, em que imperam a globalização, a mundialização do capital, acumulação flexível (que possibilita a reestruturação produtiva). Do ponto de vista do trabalhador nesta lógica de positividade versus negatividade no mundo do trabalho podemos questionar os motivos pelos quais o trabalhador não foge deste trabalho opressor e degradante, para Lukács há aí uma relação dialética e o próprio entendimento do trabalho como uma ação que reflete o seu ator seria o contraponto entre estes dois eixos. O trabalho/labor seria o caminho para a sociabilidade.

Segundo Antunes:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.(1997, p.19).

Um novo modelo de concorrência e de divisão internacional do trabalho, traduz-se para alguns autores, como Harvey (1994), Matosso (1995), Machado (1999), Alves (2003) como capitalismo cada vez mais excludente e competitivo. As consequências aqui observadas apontam todas para a classe trabalhadora e podem ser destacadas principalmente como a observância de uma fragmentação e

heterogeneização da mesma, uma grande parcela de trabalhadores precarizados, desempregados e desqualificados.

É necessário, no entanto que a análise de todas estas questões situadas frente às mudanças sociais e produtivas na sociedade contemporânea que se mostram perversas para o trabalhador não podem ser construídas a partir de uma ideologia que propaga que as transformações são apenas uma consequência do desenvolvimento científico e tecnológico; o desenvolvimento científico e tecnológico traduz-se nesta perspectiva num processo inexoravelmente natural e cruel e não resta aos indivíduos senão a conformação diante dos fatos . Isto coloca além de todos os problemas sociais decorrentes daí outro problema que nos diz respeito quando discutimos qualificação na contemporaneidade, pois tal processo de desenvolvimento impõe novas competências a serem perseguidas também “naturalmente”.

Estas mudanças trazem interferências diretas e significativas para o trabalhador, para o mundo do trabalho e emprego. Segundo Harvey (1994, p.140):

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelos surgimentos de setores inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados de trabalho e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

Para este autor, o capitalismo apresenta como característica essencial o fato de ser orientado para o crescimento a partir da exploração do trabalho vivo; por isto ele é essencialmente dinâmico e perverso (HARVEY, 1994, p.166-169); portanto, uma das consequências a nosso ver é esta transformação trazida, sobretudo, para o mundo do trabalho. As mudanças são fundamentais e os resultados são sentidos e percebidos nas formas de reorganização presentes na atualidade. O período pós-fordista é marcado pela introdução do modelo toyotista. Este modelo pode ser considerado substituição, ou mesmo aprimoramento do modelo taylorista/fordista.

Para Antunes (1995, p.26):

Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo.

Sob o papel que o toyotismo assume no capitalismo, Alves aponta:

Durante os anos 70 e 80 várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista tendeu a assumir um valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar uma 'nova significação' para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. O aspecto essencial do toyotismo é expressar através de seus dispositivos e protocolos organizacionais (e institucionais) – uma nova hegemonia do capital na produção como condição política (e sociocultural) para a retomada da acumulação capitalista, uma hegemonia do capital voltada para realizar uma nova captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. (2001, p.2)

Surgido no Japão, o toyotismo vem sendo gradativa e progressivamente adotado nas indústrias brasileiras, se não no todo, pelo menos em algumas partes ou concepções.⁴

O pós-fordismo, ou ainda a terceira revolução industrial, também encontra no Brasil relação com o modelo japonês (ou com o toyotismo), passa a ser cópia do modelo; no caso da indústria automobilística, priorizada neste estudo, estas mudanças podem ser sentidas por diversas modernizações, como a automatização dos processos, enfim a flexibilidade é marco também na indústria automobilística entre outras no Brasil. Foi a indústria automobilística que se renovou tecnologicamente com mais força no país. Para Leite, os princípios da multifuncionalidade, a gestão da qualidade total, a padronização, o *just-in-time* entre outras inovações assimiladas por este setor, estão muito lentamente sendo absorvidas por outras indústrias e setores.

Carvalho e Schmitz analisam este processo da seguinte forma:

⁴ Durante os anos 70 e 80 várias técnicas de gestão foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista tendeu a assumir valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar “nova significação” para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. O aspecto essencial do toyotismo é expressar através de seus dispositivos e protocolos organizacionais (e institucionais) – uma nova hegemonia do capital na produção como condição política (e sociocultural) para a retomada da acumulação capitalista, uma hegemonia do capital voltada para realizar uma nova captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital (ALVES, 2001, p.3).

O uso da nova tecnologia produz ganhos na produtividade do trabalho, economias de matéria prima e melhorias na qualidade. De fato, a experiência nas fábricas brasileira sugere que é possível colher alguns benefícios da automação programável, mesmo quando é adotada em níveis muito mais baixos de substituição da força do trabalho. (1990, p.152)

É necessário não esquecer que as diversas significações que o trabalho adquire ao longo da história da humanidade, trazem grandes conquistas para o ser humano, como também perdas significativas, independentemente dos aspectos que ora são positivos, ora negativos e por isto mesmo contradição inerente ao próprio capitalismo, o progresso traduz-se na essência da história da humanidade. Isto não significa defender o capitalismo como dado e acabado na história da humanidade, como processo natural a ser encarado como definitivo; ao contrário, é a partir do entendimento destas contradições que se pode defender a sua superação.

Albuquerque (1990, p. 19), afirma que:

No processo de construção de uma nova sociedade, libertária, socialista, pluralista e antiburocrática, é indispensável a utilização de todos os avanços que a humanidade conquistou [...] A socialização das informações acumuladas, a criação de acessos reais e democráticos a todo o patrimônio científico e tecnológico da humanidade, tudo isso são pressupostos mínimos para a construção de uma sociedade nova.

O trabalho e seu papel na vida do homem no atual estágio do capitalismo assume caráter ainda mais perverso, se levarmos em consideração aspectos de desemprego, desmonte de ocupações, entre outros. Segundo Forrestier (1997, p.22): “[...] não temos outra utilidade a não ser a que nos é conferida pelo trabalho, ou melhor, pelo emprego, por aquilo em que nos empregam [...]”

Isto nos leva a questionar (ou reafirmar) a ideia de que o fortalecimento da pessoa pelo trabalho executado na sociedade capitalista associou-se à noção de emprego no formato institucional. Liedke (1999, p.273) aponta para o seguinte:

O trabalho como emprego, como função a ser desempenhada na ou para a produção [...] tornou-se importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo ao longo de seu processo de socialização e, igualmente, para o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intra e extra grupal.

Portanto pensar na crise do trabalho advinda da crise na sociedade capitalista é sobremaneira uma crise direcionada ao entendimento da forma e o trabalho adquire concretamente no capitalismo:

Nesta vertente, entretanto, é possível constatar pelo menos duas maneiras bastante distintas de compreensão da chamada *crise da sociedade do trabalho abstrato*: aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias – com a qual já manifestamos nossa discordância – e aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho estranhado, fetichizado, e, portanto, *desrealizador* e *desefetivador* da atividade humana autônoma. (ANTUNES, 1995, p. 85-86)

Assim, é importante salientar que as mudanças situadas no mundo do trabalho, não são apenas as geradas pela introdução de novas tecnologias no processo produtivo, mudanças significativas e que diferem (criam) este momento do anterior, mas são observadas também nas novas formas de gestão do trabalho, sendo que a principal característica sentida aí diz respeito às novas formas de organização e gestão japonesas, importadas e utilizadas como parâmetros (por exemplo: o just-in-time [JIT] / kanban e os Círculos de Controle de Qualidade [CCQ]⁵. No Brasil a “novidade” mais difundida nesta direção foi a proposta da gestão da Qualidade Total, enfatizada pelo “Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade” (PBQP), instituído pelo Governo Collor, visando garantir maior eficiência, produtividade e qualidade nos setores econômicos brasileiros.

O JIT um dos principais conceitos do toyotismo, é considerado método de administração (tal qual o taylorismo), do novo modelo de gestão da força de trabalho, consiste basicamente em baixar custos, eliminando qualquer atividade desnecessária e suprimindo qualquer desperdício no processo produtivo. Segundo Slack (1997, p. 355):

O Just-in-Time é “uma abordagem disciplinada, que visa aprimorar a produtividade global e eliminar os desperdícios. Esta abordagem possibilita a produção eficaz em termos de custo, assim como o

⁵ O primeiro CCQ do qual se tem registro no Brasil, foi o de uma fábrica japonesa, no Estado de São Paulo, no início da década de 80 do século XX (SALERNO, 1985). Apesar das técnicas avançadas, os trabalhadores através de seus sindicatos, não reagiram bem. Para eles não passou de mais uma forma de adaptação forçada dos trabalhadores por parte dos empresários.

fornecimento apenas da quantidade necessária de componentes, na quantidade correta, no momento e locais corretos, utilizando o mínimo de instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos”. Ele é alcançado através da aplicação de elementos que requerem um envolvimento total dos funcionários e trabalho em equipe. Uma filosofia-chave do Just-in-Time é a simplificação. Existe um certo consenso no sentido de que além dos objetivos técnicos relacionados à melhoria da qualidade e economia de custos, os CCQ têm também um objetivo ideológico expresso na busca gerencial de envolver os trabalhadores com as metas das empresas e criar uma identidade entre a direção e os operários” (LEITE, 1995, p.41).

Impõe-se, portanto, a percepção de que a partir das orientações colocadas nas sociedades capitalistas gerando mudanças no mundo da produção, das quais advém novo modelo de flexibilidade e competitividade, surge a necessidade de redefinição do perfil do trabalhador ajustado às novas exigências, demandando-se, agora, mais habilidade, criatividade, cosmovisão e maior poder de percepção (MACHADO, 1996), devendo possuir, ainda, capacidade perceptiva, raciocínio lógico e aptidão para comunicar-se e resolver problemas. O trabalhador estará “qualificado” para a nova realidade quando se definir a partir do novo modelo de qualificação profissional (PRONKO, 2001: 3):

[...] não só rompe com o paradigma de qualificação anterior, que privilegiava a especialização, como também com o modelo comportamental requerido ao trabalhador. O silêncio e a fragmentação de tarefas dão lugar à comunicação e à interatividade. Identifica-se a definição de um novo patamar de qualificação, vinculado ao *savoir-faire* dos trabalhadores e ao ambiente subjetivo do sujeito: abstração, criatividade, dinamismo, comunicação etc. Mesmo em setores com baixo nível de automação nota-se a elevação do patamar de qualificação em virtude do processo de reestruturação produtiva. Essa elevação é resultante de um inter-relacionamento da cadeia produtiva, no sentido de que as organizações vinculadas, direta ou indiretamente, ao mercado externo irradiam as inovações organizacionais e tecnológicas para o mercado interno.

Para Pochmann (2000, p. 53), as mudanças observadas no mundo atual do trabalho se traduzem no seguinte:

Em relação às novas técnicas de gestão de produção deve ser ressaltada a necessidade de ampliar a concepção a respeito do processo produtivo, diante da desverticalização da produção, da terceirização das tarefas e da subcontratação da mão-de-obra. Em outras palavras, a renovação das formas de envolvimento do mundo

empresarial (direção, fornecedores, trabalhadores diretos e indiretos, vendedores, distribuidores, manutenção e assistência técnica) com o processo produtivo. Ao mesmo tempo, as inovações nas técnicas de gestão da produção parecem requerer uma rede de informações on line sobre todo o processo produtivo.

Ferreti e Silva Júnior (1997, p.9-10) atentam para esta questão da emergência de novo saber para os trabalhadores no mundo atual do trabalho:

Aqui surge em cena o elemento novo no debate sobre qualificação, apoiado na valorização que a produção capitalista passa a emprestar à flexibilidade na produção. Contrariamente ao que se dava no taylorismo-fordismo, o saber constituído pelos trabalhadores no cotidiano da fábrica passa não apenas a ser reconhecido, como requisitado e premiado. O chamado saber tácito ou qualificação tácita, oriunda da experiência dos trabalhadores individuais e do coletivo do trabalho ganha proeminência porque se reconhece sua força para a resolução dos problemas diários com que a produção se defronta. A valorização desse saber e sua incorporação à produção recebem um nome: modelo da competência, em que esta significa não apenas o saber/fazer, o domínio do conhecimento técnico, mas principalmente o saber/ser, a capacidade de mobilização dos conhecimentos (não apenas técnicos) para enfrentar as questões problemáticas postas pela produção.

Diversos estudos constataam a redefinição do perfil do trabalhador, dentre os quais, os trabalhos de Carvalho (1987) que realizou pesquisas em empresas automobilísticas de São Paulo, apontaram que as mudanças exigidas para os trabalhadores colocam a escolaridade e a ampliação de conhecimentos e aptidões como capacidade de comunicação, flexibilidade, habilidades de cálculo, como exigência básica; Gitahy e Rabelo, em 1993, destacam que as empresas avançam para esquemas de recrutamento e seleção cada vez mais exigentes. Segundo Leite (1994), nos últimos anos, as empresas têm buscado suprir as deficiências na formação dos trabalhadores a partir da implementação de programas de formação básica oferecidos por elas mesmas.

O “modelo da competência” não é, portanto, novo nem mais racional que os outros. Ele corresponde à concepção das relações de trabalho e da organização que valoriza a empresa, o contrato individual de trabalho, a troca da “mobilização” pessoal contra marcas de reconhecimento (inclusive salariais), a integração forte na organização hierárquica, ao contrário do modelo da qualificação, que implica a negociação coletiva, o da competência tende a apagar o fato de que o reconhecimento salarial é resultado da relação social dinâmica e não de face a face

entre o indivíduo provido de “competências” a priori e da empresa que as reconhece nele e as transformam em “desempenho” mais ou menos suscetível de ser medido, que não são saberes técnicos nem know-how prático. Diante da ausência de modelos ou regras organizando as negociações coletivas⁶ essas “competências” tornam-se rapidamente pretextos para a exclusão dos mais frágeis, dos mais velhos e dos menos diplomados.

Como o termo “qualificação”, o termo “competência” é, antes de tudo categoria utilizada para definir o novo modelo implementado há pouco no processo produtivo, no interior das organizações, para ‘ensinarem’ o trabalhador a desempenhar as tarefas de forma mais racional e produtiva. Elas só podem ser objeto de compromisso, ao mesmo tempo quanto ao reconhecimento “individual” das “competências” e quanto à legitimidade “coletiva” das “qualificações”.

Um dos aspectos enfatizados, principalmente pelos empresários em relação à qualificação do trabalhador, demonstra a preocupação destes à necessidade urgente de elevação dos níveis de escolaridade do trabalhador. Pesquisas recentes, realizadas pelo Sesi e Senac, concluem que as empresas têm intensificado a busca de mecanismos para suprir deficiências de escolaridades e formação básica, por meio de programas de alfabetização e cursos supletivos para os seus trabalhadores.

Segundo Machado (1998) organismos internacionais como BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD – Banco Mundial e CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, preconizam a necessidade de elevação do poder de competitividade dos chamados países em desenvolvimento por meio do investimento em educação básica, responsabilizando-a pela promoção do desenvolvimento econômico.

Assiste-se, assim, à ampla difusão e utilização de programas “emergenciais” como Telecurso, Programas de Teleducção, construções de salas de aula nos ambientes de trabalho, o que parece ser, a princípio, resposta duvidosa em relação à educação brasileira que vive drástica situação enfrentando sérias crises. Segundo dados do MEC, isto se comprova pelas altas taxas de evasão e repetência, bem como de analfabetismo.

⁶ Deve-se atentar aqui, para o enfraquecimento das negociações coletivas devido ao enfraquecimento dos sindicatos na atualidade, um dos aspectos mais degradantes do ponto de vista do trabalhador.

A constatação é a de que as mudanças ocorrendo atualmente na economia mundial têm provocado novas demandas em relação à qualificação do trabalhador em todas as áreas e níveis, atingindo tanto as condições objetivas quanto subjetivas do trabalho que mais crescem, exigindo menor qualificação do trabalhador (mercado informal, comércio); por outro lado, dos trabalhadores que permanecem no mercado formal, principalmente nas indústrias, é requerida qualificação cada vez maior. Segundo Dupas, analisando o setor industrial de 1991 a 1998:

No total do período, a grande alteração foi a dramática queda de empregos industriais e o forte crescimento de postos de trabalho nos serviços, setor em que o informal é mais típico. Essas conclusões devem ser relativizadas pela tendência recente de deslocamento de atividades industriais das regiões metropolitanas para cidades menores, visando condições sindicais e de salários mais favoráveis ao empregador. Ainda assim a tendência geral e as conclusões básicas se mantêm. Em síntese, a evolução da distribuição das pessoas empregadas nas metrópoles sofreu, nesse período, importante transformação com o salto nos serviços e a queda na indústria (1999, p.128).

Em seis anos (1987-1994), a indústria brasileira perdeu 100 mil postos de trabalho. Em um ano (1995), perdeu 390 mil, quase quatro vezes mais, e isso aconteceu mantendo-se o crescimento econômico. Por outro lado, as oportunidades de trabalho no setor de serviços mostram realidade diferente. Nos anos de 1970 do século XX, essas oportunidades representavam 15% do mercado; hoje já temos áreas metropolitanas onde essas oportunidades estão entre 25% a 40% do mercado.

A tendência do aumento de setor de serviços continua plenamente em vigor, de acordo com dados do IBGE de março de 2002:

O número de pessoas ocupadas ou trabalhando apresentou aumento de fevereiro para março de 2002 (2,2%) e de março de 2001 para março de 2002 (3,1%). O crescimento na ocupação de fevereiro para março de 2002 resultou da elevação do número de pessoas trabalhando nos setores do comércio (5,1%) e dos serviços (4,7%). Foi observada queda nos setores da construção civil (-5,5%) e da indústria de transformação (-3,8%). Considerando a posição na ocupação, observou-se elevação no número de trabalhadores por conta própria (4,9%), empregadores (2,9%) e empregados com e sem carteira de trabalho assinada (0,8% e 2,4%, respectivamente). A elevação do número de ocupados de março de 2001 para março de 2002 deveu-se ao acréscimo do número de trabalhadores nos setores do comércio (5,2%), dos serviços (4,9%) e da indústria de

transformação (3,0%). A construção civil apresentou queda (-5,2%). Em relação à posição na ocupação, cresceu o número de trabalhadores por conta própria (8,4%) e de empregados com e sem carteira de trabalho assinada (2,3% e 1,5%, respectivamente) e diminuiu o de empregadores (-2,7%). (IBGE, 2002).

Os deslocamentos ocupacionais, principalmente para o setor de serviços, são demonstrados na análise abaixo:

A nova dinâmica do mercado de trabalho vem resultando em grandes deslocamentos setoriais. Para se ter uma idéia, na década de 40, o setor de serviços concentrava apenas 20,5% dos empregos no país. Nos anos 90, esse número havia praticamente triplicado, passando para 59,5%.¹³ deslocamentos por setor econômico. (...) O dinamismo desse setor na criação de empregos no Brasil se explica por três razões principais:

- aumento de sua participação na economia;
- o fato de que o setor funciona como um amortecedor do desemprego gerado em outros ramos de atividade. Com a demissão da mão-de-obra das indústrias, proliferam formas alternativas, informais, de gerar renda, como o pequeno comércio e vendas;
- a crescente participação feminina na força de trabalho.

Os setores de serviços que mais tendem a crescer nos próximos anos são:

— Telecomunicações e Informática: neste setor, a tendência é o aumento da exigência quanto à qualificação formal da mão-de-obra, perda de empregos em empresas de porte muito grande (mil empregados) e de crescimento do emprego nas categorias micro, pequena e média empresas. – Comércio: as três categorias do setor (comércio de veículos, motocicletas e combustíveis; atacadista e varejista) empregaram em 1998 um total de 4,5 milhões de pessoas. A expansão deste setor é fortemente ligada à atividade econômica do país.

— Setor Financeiro: o setor apresentou recuperação em 2000 após ser fortemente atingido pela crise de 1999. Existe um grande movimento de concentração no setor associado à internacionalização do setor financeiro. O potencial de emprego é grande já que existem incentivos para a expansão do setor.

— Turismo: é um dos campos mais promissores para a geração de empregos e crescimento econômico do país. Em sua ampla cadeia produtiva, o turismo repercute em 52 segmentos diferentes da economia e mantém cerca de 5 milhões de empregos, formais e informais. A meta para o ano 2003 é aumentar para 6,5 milhões o fluxo de turistas internacionais e para 57 milhões o de turistas nacionais. (ARROIO e REGNIER, 2002, p. 3-4).

Pierre Morin (1986) , ao analisar a expansão do setor terciário, conclui que isto se explica pelo aumento da complexidade da produção. A produção industrial em economia avançada tem necessidade de serviços crescentes. Ao mesmo tempo, essa complexidade se dá, em especial, no âmbito da distribuição e no consumo, dando ênfase assim ao setor de serviços. Ocorre que, se os setores industriais perdem grande número de postos no processo de reestruturação, o mesmo não ocorre em outros setores da economia como o de serviços.

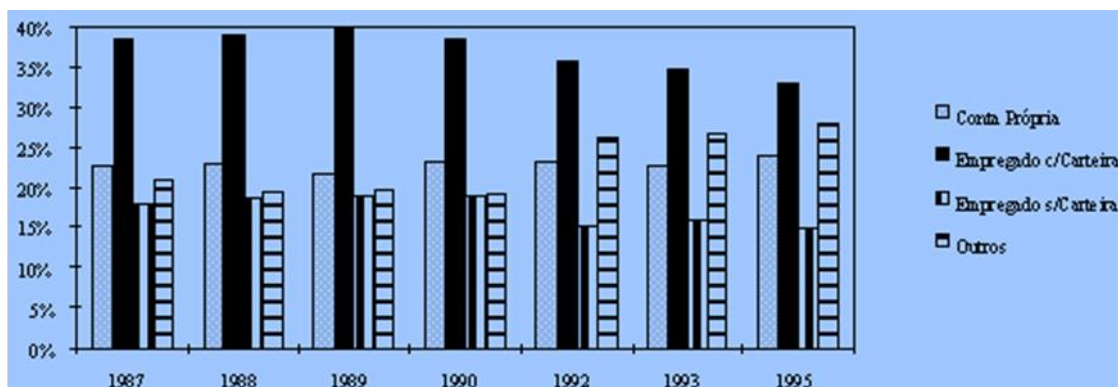
O desenvolvimento do setor terciário tem compensado parcialmente a recessão dos setores primário e secundário. O crescimento de todo setor de serviços, no entanto, não é ilimitado.

Alguns autores também defendem que o emprego, tal como o conhecemos, está com os dias contados. Friedmann (1968, p.23), por exemplo, diz que os empregos tomarão a forma de meio-empregos e empregos temporários: “[...] empregos a meio tempo, formas variadas de subemprego, conservação de postos ultrapassados [...] Onde recolocar o homem? É urgente encaminhar esses trabalhadores livres [...] para outros campos que não o do trabalho”.

Verificamos assim, que o trabalho reconhecidamente formal, de jornada organizada, carteira assinada, benefícios garantidos (enfim, a forma emprego), tende a ser desvalorizado.

Segundo Gitahy (1994: 152-153): “[...] Este quadro aponta para modificações significativas na estrutura do mercado de trabalho e novos desafios para as instituições e atores sociais envolvidos nesse processo”.As oportunidades estão migrando para novas relações de trabalho (trabalhos temporários, de horário parcial, projetos com prazo determinado...). Trabalhar de forma assalariada, por período longo, em mesma empresa, em mesma atividade será, no futuro, mais exceção que regra. As mudanças tecnológicas atuais demonstram cenário em que a quebra de paradigmas é o centro. Muito se tem falado e questionado sobre isto. No mercado de trabalho dentre estas mudanças observadas, a terceirização é, sem dúvida, em muitas situações, a “precarização” das relações de trabalho, os Dados do IBGE, mostram a relação entre pessoas com carteira de trabalho assinada nas principais metrópoles brasileiras (7,6 milhões), os sem carteira assinada (4 milhões) e os que trabalham por conta própria (3,8 milhões). O número de trabalhadores com carteira assinada é menor que a soma dos sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria.

Gráfico 1 – Pessoal ocupado assalariado



Fonte: PME/IBGE

Outro aspecto que merece acompanhamento é o que diz respeito às formas de inserção da população no mercado de trabalho. Verifica-se que no curto prazo o grau de informalidade no período apresenta um crescimento em relação ao de formalidade, porém, mesmo tendo se mostrado em crescimento no período a taxa de informalidade ainda se encontra em patamares inferiores àqueles com inserção no mercado formal. Apesar disto a queda apresentada nos setores formais pode ser considerada um grave reflexo da crise iniciada nos anos de 1970 e no processo de reestruturação produtiva; esta capacidade frágil de crescimento do mercado formal e/ou sua estagnação reflete a precarização dos postos de trabalho; a criação de subempregos, terceirização e informalidade.

A perspectiva apontada pelas transformações sociais e laborais dos anos de 1990 e início dos anos 2000 traduzem-se de fato numa reconfiguração do trabalho em relação a diminuição de postos, eliminação de ocupações, surgimento de novas ocupações e sobremaneira aumento das ofertas no setor de serviços.

2.3 O TRABALHO, O EMPREGO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O AUGEN A DÉCADA DE 1990 NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

As mudanças apontadas no mundo do trabalho e no emprego, em geral, interferem sobremaneira na discussão e nas proposições para a qualificação profissional do trabalhador. Entre as posições apontadas, devem-se destacar duas

tendências opostas: a que aponta para o atendimento direto das cobranças do setor produtivo e visa atender as necessidades do capital e obviamente para o modelo das competências e, por outro lado, aquela que, apesar de não poder deixar de atender ao mundo produtivo, preocupa-se com as necessidades do trabalhador não apenas para adaptá-lo ao mercado, mas para torná-lo cidadão mais realizado Peliano (2000, p,7):

A qualificação utilizada ou requerida, aquela que é, de fato, operacionalizada pela empresa usuária, segundo os critérios elaborados, via-de-regra, pela seção de planejamento de produção da empresa. A qualificação efetiva ou experienciada, aquela absorvida e desempenhada de fato pelo trabalhador na execução do seu trabalho. A verdadeira qualificação deve ser vista como aquela que necessariamente altera para melhor a qualificação (efetiva) do trabalhador. Caso contrário, é mero treinamento para operar uma máquina ou equipamento ou mera instrução para os propósitos da organização do trabalho da empresa.

É assim, que, alguns autores, entre os quais se destacam Machado (2000), Castro (1993), Frigotto (1989), Hirata (1996), Antunes (2001), Ferreti e Júnior (1997), Picanço e Fartes (1991) acrescentam ao debate a preocupação com análise do caráter subjetivo presente na qualificação, considerando-se o lugar do homem neste processo, no cotidiano do trabalho, na natureza das relações aí estabelecidas e vivenciadas.

Lançar mão desses enfoques é indispensável para o entendimento das formas pelas quais os sujeitos (trabalhadores) recebem e recriam as estratégias impostas pelas novas formas de organização do trabalho, que se expressam tanto na prática do consentimento como nas manifestações de sua subjetividade, quer sejam estas últimas resultantes de ações espontâneas ou organizadas ou quer sejam também de aceitação, de coação ou de resistência (PICANÇO e FARTES, 1991. p, 20).

Essas questões partem do pressuposto segundo o qual pensar em qualificação profissional na atualidade deve se dar para além das teorias formuladas, ou das concepções dos empresários e/ou dos educadores que discutem a temática; pretendemos ampliar essa discussão a partir da visão dos sujeitos envolvidos no processo de produção, inseridos no mundo do trabalho; os próprios trabalhadores, entendendo que, no processo de produção, inseridos no mundo da

qualificação, estão presentes, além dos aspectos técnicos, aspectos relacionados aos trabalhadores, por exemplo, etnia e gênero, que variam de acordo com o contexto social do sujeito, como condições econômicas, políticas e culturais e constitui-se a partir da experiência histórica dos diferentes grupos profissionais (CASTRO, 1992).

A noção que pressupõe a necessidade premente de investir na qualificação do trabalhador possibilita a falsa ideia de que estamos pensando e propondo ideais de valorização real desta qualificação como possibilitadora de resolução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na atualidade.

Entre vários aspectos que discutem a subjetividade no trabalho, um dos mais relevantes é o aspecto do gênero, principalmente em relação à posição da mulher no mercado de trabalho. Diversos estudos têm sido elaborados sobre as mudanças ocorridas no trabalho pela inserção feminina. Segundo o IBGE, a taxa de pessoas com nove ou mais anos de estudo na população feminina cresceu 106%, na última década do século XX, enquanto a masculina cresceu 81%. A participação da mulher na população economicamente ativa aumentou 70% de 1970 a 1990. De fato, a admissão da mulher no período de cinco meses é 86 % maior que as demissões em todo o país; em relação aos homens esta taxa é 37% maior.

O número de homens admitidos apenas é significativo na faixa de pouca escolaridade, nas funções menos qualificadas. Por outro lado, os maiores índices de demissão dos homens estão na faixa de maior qualificação: no 2º grau e superior. Em relação aos salários há também desigualdade observada entre homens e mulheres. Exige-se da mulher trabalhadora escolaridade no mínimo três vezes maior que a dos homens para que estas se equiparem ou os superem.

As qualidades requeridas para as operárias e para os operários eram muito diferentes: habilidade manual, meticulosidade, acuidade visual, submissão ao controle direto dos chefes, para elas, e para eles, de acordo com o posto, força física, aprendizado de uma profissão, e formação mais ou menos técnica, responsabilidade. (HIRATA, 2002, p. 179)

Ainda sobre isto, Neves (2001, p. 105) analisa:

É justamente na análise da relação empresa/sociedade que percebe-se as diferenças estabelecidas pelo novo modelo de acumulação flexível. Diferenças que mostram a forma heterogênea e desigual da

inserção de países no novo modelo e no mercado mundial, do desenvolvimento de regiões e setores produtivos e também das relações de gênero, etnia e geração. Do ponto de vista do trabalho feminino, o que se observa é que apesar das inovações tecnológicas a divisão sexual do trabalho permanece.

A atenção para a questão de gênero demonstra a necessidade de questionamento sobre o modo de os padrões de gênero interferir no cenário atual, visto que ainda existe a ideia de que as mulheres denunciam o sofrimento do trabalho enquanto os homens temem o questionamento de sua masculinidade se assim o fizerem. Dejours (1999); neste aspecto, fica claro que influências culturais sobressaem-se em muito na discussão da subjetividade e trabalho. Neste caso, a questão em pauta é gênero.

Antunes(2001) também chama a atenção para a questão gênero na discussão do trabalho atual. Para ele o aumento da mão de obra feminina, que já atinge a 40% da força de trabalho, é também consequência da nova sociedade, salientando que estas mulheres, na necessidade de aumentar o rendimento familiar, sujeitam-se também a postos mal remunerados, subempregos e inclusive à posição de ganhar menos que o homem pela execução da mesma atividade. Entram em discussão os fatores subjetivos em voga neste quadro.

Machado (1996, p.14), naquele estudo, discute a qualificação profissional a partir de vários significados impostos e atenta para a necessidade de se ampliar a discussão acerca do papel do sujeito nessa discussão. Segundo a autora:

Considera-se fundamental o influxo das novas políticas de organização do processo de trabalho e de gestão da força de trabalho e seus impactos sobre o modo de ser do trabalhador, a subjetividade humana e as relações intersubjetivas, que envolvem os coletivos dos trabalhadores.

Ainda sobre o assunto, apontam Ferreti e Silva Júnior (1997, p.2):

[...] é necessário compreender como se organizam a economia e o universo simbólico-cultural e aí o concurso da educação – a partir das novas formas de trabalho e suas relações e mediações com a produção de uma nova subjetividade no atual estágio da história da humanidade.

Pressupomos ser de fundamental importância estudar o papel do sujeito no processo de trabalho, bem como os aspectos subjetivos presentes na aquisição das qualificações requeridas pelo novo modelo de produção e gestão da sociedade pós-industrial onde o discurso ideologicamente reconhece agora o indivíduo e as especificidades individuais no mundo da produção.

Por outro lado, fica ainda o questionamento quanto à relação trabalho-educação, quando se reflete, com alguns autores, a predominância do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, ou, em outras palavras, a sociedade do não trabalho, principalmente se considerarmos o número de excluídos do mundo produtivo, que aumenta gradativamente. Impõe-se aqui um repensar dos papéis sociopolíticos de todos os atores da história para não incorrerem no erro de repetir as falácias do passado, unindo educação e trabalho de forma linear, sem questionarmos as posições de cada um na construção da cidadania. Segundo Frigotto (1996, p.405): “É também no plano político-prático, uma forma eficaz de neutralizar as imposições tecnocráticas que reduzem e subordinam o educativo ao mercado e ao processo de produção globalizada e excludente”.

Fica ainda a questão: pressupõem-se, na atualidade, novas formas de ver, sentir e agir do homem perante todas as transformações analisadas, a maioria delas impulsionadas pelo avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, caracterizando, além de novas formas de produção, também novas formas de relação capital-trabalho, o que se traduz para alguns em reelaboração do capitalismo, sendo necessário então se enfatizar cada vez mais as diferenças, contradições ou relações dialógicas entre a proclamada crise dos paradigmas e a emergência de novos paradigmas; se estamos proclamando o novo a partir do velho, alguns autores, como, por exemplo, Rouanet (2003), chamam a atenção para a necessidade de se ter profundo entendimento da modernidade antes de se analisar a pós-modernidade.

Os índices demonstram taxas alarmantes de desempregados e nos debruçamos na busca de soluções para resgatar esta dignidade, garantindo ao homem seu lugar social: o trabalho. Entre as soluções propostas, a qualificação vem sendo apontada como fator importante. A compreensão das contradições inerentes a este processo é fundamental para o questionamento do espaço que as instituições, entre elas a educacional, ocupam na formação do homem; é necessário

perceber este processo em suas contradições e totalidade, entrelaçado na dimensão histórica Arendt (1982, p.37).

Se o desemprego tem crescido cada vez mais e, se é no trabalho que depositamos todas as nossas esperanças e súplicas, então há aqui um tipo de déficit que deve ser saldado de alguma forma. Como podemos ter “dignidade” se não temos emprego? Ora, isso leva-nos de imediato a uma observação que só poderia vir à luz com uma exploração mais minuciosa. Trata-se do seguinte: podemos supor que a máxima “o trabalho dignifica o homem” sofreu uma elaboração no inconsciente das pessoas e agora pode ser psiquicamente lida como: “o trabalho é a identidade do homem”. Dessa forma, trabalhar, estar empregado, não é apenas uma ocupação transitória, como se fosse um visitante que se hospeda em nossa casa e logo se vai. De modo algum. É um meio de se representar psiquicamente e de situar-se na existência. Se essa constatação for verdadeira, temos de tomar um tempo maior do leitor para elucidá-la melhor, aproveitando, para isso, boa parte das reflexões efetuadas mais acima.

Entendemos que o trabalho continua sendo central na vida humana e inerente à essência humana. Segundo Dejours (1999) ele é ainda responsável por causar saúde e sofrimento, tanto para os que têm emprego, quanto para os que estão desempregados. Até em letras de música popular encontram-se referências a isto: “[...] e sem o seu trabalho... o homem não é nada...” da canção *Um homem também chora*, de Gonzaguinha.

O trabalho como sofrimento, ou como algo a se cumprir cotidiana e rotineiramente parece ser o entendimento do senso comum. Verifica-se discursos que traduzem uma conceituação de trabalho, bastante verificada em experiências diárias, a maioria dos trabalhadores o denomina de atividade física, intelectual ou mental, ligada à sobrevivência, subsistência do homem ou da sociedade; algo que pode ser remunerada ou não; sempre a representam como um “fazer algo”

É neste ponto que é vista a ênfase na qualificação/requalificação, como possibilitadora ou mantedora de posição privilegiada neste mundo. Por este ponto de vista, o discurso redentor da qualificação se faz presente como tábua de salvação, independente de cargo e salário, de estar empregado ou não; todos devem se qualificar. É engodo dizer que com qualificação/programas de qualificação novos empregos serão criados; por melhor que possam ser os cursos, os programas

ou as escolas de qualificação, isto de nada adianta se as vagas no mercado não existem, estão sendo extintas ou diminuindo cada vez mais.

Este é um problema do poder socioeconômico do país. Porém a defesa por educação pública, gratuita, de qualidade é cada vez mais atualizada. Entretanto, esta é mais uma necessidade momentânea do mercado, parecendo forma de anestesiar as reais necessidades do trabalhador, servindo para congelar suas reivindicações mínimas como a garantia do emprego por parte do capital e não como sendo sua exclusiva responsabilidade a manutenção de condições dignas de existência.

[...] não temos outra utilidade a não ser a que nos é conferida pelo trabalho, ou melhor, pelo emprego, por aquilo em que nos empregam [...] Se o Padre Eterno lançasse hoje a maldição: 'Ganharás o pão com o suor do teu rosto!', isso seria entendido como uma recompensa, como uma bênção! Parece que se esqueceu para sempre que, até há bem pouco, o trabalho era muitas vezes considerado opressor, coercitivo. Infernal, geralmente. (FORRESTER, 1997, p.22).

Se consideramos assim que o trabalho é determinado na sociedade capitalista, economicamente, quando a ação do homem sobre a natureza, visando transformá-la é predeterminada por uma necessidade exterior ao homem, visando à produção de recursos que geram lucros e serão transformados em riqueza/capital, o trabalho passa a ser “valor”, vendido ao capital, numa relação de alienação e exploração. É necessário que o trabalho seja historicamente entendido, de acordo com as suas interrelações e interdependências.

No contexto dos anos 1990 do século XX, com o boom da aceleração do desenvolvimento tecnológico, reestruturação produtiva e globalização o novo cenário nos demonstrava uma mudança nos moldes produtivos, e consequentemente na demanda de qualificação profissional. Passado o vigor das transformações e enfrentando o cenário da crise financeira global cabe definir os rumos do trabalho, do emprego e das exigências para a qualificação profissional.

As transformações apresentadas e ora vivenciadas no contexto global capitalista ainda tornam frágeis quaisquer perspectivas de análises mais aprofundadas, porém não podemos nos furtar a discussão de alguns aspectos que correspondem aos objetivos deste trabalho. Para alguns autores o debate da centralidade do trabalho é posto novamente à tona vez que o modelo produtivo

prescinde cada vez mais do trabalhador tradicional, produtivo. Isto explica-se a princípio pela tendência cada vez mais constante e definida do trabalhador parcial, terceirizado, precarizado e localizado na esfera do setor de serviços mais do que na esfera da produção.

No entanto, isso reforça nosso posicionamento de que mudam as formas, as relações, os lugares e tempos do trabalho; muda a sua perspectiva de trabalho-emprego, mas não altera a verdade de que é ainda o trabalho que move a produção e o consumo, princípios básicos do capitalismo e é também ainda o trabalho que define a capacidade de sobreviver dos trabalhadores. Além disto, o grande drama que assola a classe trabalhadora é exatamente a negação do trabalho, o desemprego, subemprego e a informalidade.

[...] não é impróprio afirmar que os enxugamentos da empresa e as reduções de pessoal são a política da empresa que adota o “toyotismo” e que não são medidas de urgência para diminuir custos operativos, medidas essas tomadas em contextos de crise, tratando-se na verdade de uma prática estrutural. A gestão do “toyotismo” é uma máquina de produzir desempregados. (OLIVEIRA, p.2004, p. 23).

Se atentarmos para as características do sistema capitalista de produção no decorrer de seu desenvolvimento histórico até a atualidade desenvolvimento exposto acima, e se examinarmos o sistema de formação de mão de obra para este, os conhecimentos transmitidos, a metodologia adotada, os recursos utilizados, formam com plena capacidade os trabalhadores esperados (e neste contexto, o perfil dos formadores adapta-se ao modelo) e o sistema cumpre a sua missão. No entanto se considerarmos o trabalhador e as suas necessidades de conhecimento, de informação e de acesso ao exercício pleno de sua cidadania, é necessário outro conceito de educação, muito além dos limites da formação que ora se propõe (tecnicista, treinadora, adaptadora) e, que, principalmente considere o *homem* no processo.

3 O PERCURSO DA DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo discute, inicialmente, os conceitos e as práticas da qualificação profissional em perspectiva histórica, analisando os avanços de sua trajetória e as diferentes funções adquiridas por ela ao longo da sua história. Discute ainda as reformulações do sistema de formação profissional no Brasil. Do modelo da formação meramente técnica ao modelo das competências, ressalta-se a importância da discussão sobre o trabalhador como sujeito ativo deste processo.

No processo de construção destas competências, é preciso, pois, propiciar uma formação que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e de serviços e como atores na sociedade civil, atendendo a critérios de equidade e democratização sociais. (DELUIZ,1996, p.3):

A perspectiva de análise deste estudo pretende inserir-se na discussão sobre a temática trabalho-educação, amplamente difundida nos meios educacionais brasileiros e aprofundada a partir da década de 1980 do século XX, quando diversos educadores Salm (1980), Frigotto (1989, 1993,1995,1996), Machado(1989,1992,1994,1996),Arroyo(1996,1999),Kuenzer(1987,1992,1996,1997, 1998), Picanço (1991), Ferretti e Silva Junior (1997), entre outros), se propuseram analisar de que forma esta relação vem ocorrendo ao longo da história da educação brasileira, e como ela deveria se dar.

No levantamento bibliográfico delimitamos neste período uma amplitude de produções, especialmente Teses de Doutorado, posteriormente publicadas em que partiam do propósito de discutir a relação entre educação e trabalho e partindo deste temas mais amplo, discutir a qualificação do trabalhador, o papel da educação, o mundo produtivo e a categoria trabalho. As primeiras e mais significativas produções vão se iniciar com a tese de Claudio Salm em 1980 em que ele se propõe realizar uma crítica ao papel da educação frente à qualificação do trabalhador. Kuenzer (1996, p.25) analisa esta produção:

o autor questiona a insistência em apontar-se a escola como locus de reprodução da força de trabalho em conformidade com as necessidades do capital, uma vez que, dada a crescente extensão

da escolaridade, isto equivaleria a afirmar que o capitalismo cria obstáculos à sua valorização. Por que indaga o autor o capital, que tem se libertado de todas as ordens de limitação que lhe são impostas “dependeria dessa instituição pesada chamada escola para resolver seus problemas com a força de trabalho? [...]

Outro trabalho relevante foi a tese de doutorado de Gaudêncio Frigotto: *A produtividade da escola improdutiva* defendida em 1984 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Nessa obra, o autor procura discutir como a escola cumpre uma função em favor da burguesia ao reproduzir as relações de existência sociais existentes no capitalismo. Acácia Kuenzer entra neste debate em 1985 ao apresentar sua tese de doutorado na PUC/SP intitulada: *A pedagogia da fábrica: as relações e produção e a educação do trabalhador*. O seu trabalho pretende discutir como o trabalhador é educado a partir das relações de produção no cotidiano do trabalho. A relevância da discussão deste tema tem seu ápice nas propostas elaboradas e divulgadas por Lucília Regina de Souza Machado sobre a educação politécnica. A sua tese de doutorado *Unificação escolar e hegemonia* apresentada também na PUC/SP, em 1984, faz esta proposta que tem como principal ponto de partida a proposição da adoção do trabalho como princípio educativo.

Além da expressividade destas teses não se pode desconsiderar a importante contribuição dada por Miguel Arroyo ao debate. Este autor produziu e participou do debate acerca do tema da relação educação e trabalho através de palestras e de produções neste período, com alguns trabalhos fundamentais: a sua tese de doutorado, apresentada na Universidade de Stanford, intitulada *The making of the worker: education in Minas Gerais*. Stanford University, 1981, e dois artigos importantes: *Educadores e trabalhadores se identificam: que rumo tomará a educação no Brasil?*, e *O direito do trabalhador à educação*. Na mesma linha de discussão da relação educação e trabalho, a produção de Arroyo se pronunciava, a nosso ver, para uma linha em defesa do direitos do trabalhadores à educação, sobretudo a educação básica.

Algumas questões estão presentes nas preocupações dos educadores que discutiram/discutem esta temática, perpassando toda a produção acumulada: Qual o vínculo da escola com o mundo do trabalho? A escola auxilia na qualificação do profissional, ou esta se dá independente da educação formal? Se a escola contribui para a qualificação profissional, a que interesses atende? Aos do capital ou aos do

trabalho? Qual o papel do sujeito/trabalhador nesse processo? Se e como a subjetividade do trabalhador interfere na aquisição da qualificação profissional.

Outra iniciativa ocorrida neste período e que perpassa a história da discussão e pesquisas na área da Educação e Trabalho no Brasil ocorre em 1981 com a criação do grupo de Estudos de Educação e Trabalho na Associação Nacional de Pós - graduação e Pesquisa em Educação. Foram pioneiros neste GT, Miguel Arroyo (1996, 1999), Gaudêncio Frigotto(1989, 1993,1995,1998), Acácia Kuenzer (1987,1992,1996,1997,1998,2002, Eunice Trein (1991) e Iracy Picanço (1991) entre outros.⁷

O grupo de Educação e Trabalho da ANPED surge em 1981, na reunião anual que se realizou no Rio de Janeiro. Para essa ocasião, o professor Miguel Arroyo preparou um texto para a discussão, com o intuito de propor as bases para a organização desse grupo, a partir da identificação de áreas de pesquisa e ação que deveriam constituir-se em objeto de estudo (KUENZER, 1996, p.49).

Dedicando-se à socialização e proposição de temáticas para pesquisas na área, o GT de Educação e Trabalho passa por uma inversão em sua denominação 21 anos depois em 1986. Para muitos, isto poderia não passar de uma simples nomenclatura, mas para os pesquisadores isto se dá devido a uma postura teórico-metodológica: duas questões se colocam neste momento – a primeira diz respeito à tomada de decisão do GTTE em assumir uma postura marxista de compreensão do fenômeno em pauta e a segunda de assumir a centralidade do trabalho enquanto categoria fundante do ser humano e enquanto princípio educativo. ⁸ O Grupo de Trabalho passa a se denominar então GT Trabalho e Educação que persiste até a atualidade. Ao falar sobre isto, kuenzer afirma:

Em resumo, a área se constituiu a partir de opções epistemológicas bem definidas, que tomam a produção do conhecimento como práxis transformadora, tendo no horizonte a superação do capitalismo através da construção, não idealizada, mas historicamente possível, do socialismo. Com base nestas opções, buscou-se a construção de um corpo teórico que passou a contribuir significativamente para a constituição de uma teoria pedagógica que aponte para o socialismo a partir das condições concretas do caso brasileiro. (1998, p. 56)

⁷ Eunice Trein e Iracy Picanço também dedicaram estudos e pesquisas na área de Educação e Trabalho.

⁸ Esta denominação é a assumida neste trabalho e a proposição adotada na nossa proposição de Tese.

A importância do GTTE da ANPED para os pesquisadores da temática não pode ser desconsiderada uma vez que é neste grupo que se aglomeram pesquisas realizadas em diversos grupo de diversas instituições. O GTTE serve ao longo do tempo de propositor e instigador das questões que são ou se apresentam relevantes na relação entre o mundo do trabalho e o mundo da educação.

O que distingue, basicamente, um grupo de trabalho é a atividade coletiva em torno de certos objetivos comuns. O GT Trabalho e Educação da ANPED caracteriza-se como um grupo de pesquisadores dessa área de estudos, tendo em vista a natureza da entidade a que pertence. Não seria um grupo de pesquisa em senso estrito, porque seus participantes não pesquisam, necessariamente, juntos. O GT Trabalho e Educação funciona como fórum de debates em torno de uma temática comum: as relações que se estabelecem entre o mundo do trabalho e a educação, nelas cabendo formação profissional, formação sindical, reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho, trabalho e escolaridade, subjetividade e trabalho etc. (TREIN e CIAVATTA, 2003, p.140)

Destacamos a importância de se estabelecer duas tendências nesta discussão ao longo da história: a primeira que nos impele a entender as instâncias da educação formal/propedêutica e a educação profissional. Esta dualidade é expressão no contexto educacional de uma realidade social e produtiva: a divisão de classes e a divisão social do trabalho. Entender este mecanismo é fundamental para se estabelecer o entendimento de que a discussão do trabalho e sua relação com a educação não pode se efetivar apenas no momento em que se prepara para o mercado (oficialmente no ensino médio) a discussão sobre o trabalho deve permear a educação básica, média e superior sendo parte integrante do currículo numa perspectiva interdisciplinar. O mais interessante a destacar é que o ensino superior é formação profissional, mas esta pauta não tem sido enfrentada nas discussões, pesquisas e produções, sente-se uma lacuna em relação a discussão da temática trabalho e educação na universidade. É como se não fosse papel da universidade formar profissional, ou pior ainda como se formássemos os profissionais da elite intelectual que se enquadram no mercado linear e imediatamente. Discutir a concepção do trabalho do educador, por exemplo, que se dá num espaço que não é o fabril, é necessário diante deste quadro de transformações e novas exigências. Muda-se o perfil do trabalhador? Será? Ou

estará a educação de fato tão arcaica e dissociada do contexto que não se preocupa com isto?

A Literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p.31)

A segunda tendência diz respeito às modificações e/ou incorporações teóricas das categorias que foram gestadas no contexto social e/ou no mundo produtivo e conseqüentemente incorporadas a estas pesquisas. O desenvolvimento de categorias como globalização, tecnologias da informação e comunicação, trabalho flexível e trabalhador flexível, competência e empregabilidade são conceitos que surgem e se firmam na década de 1990 do século XX.

Segundo dados coletados no site do Grupo de Estudos de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal Fluminense (UFF), o montante de Trabalhos apresentados no GTTE da ANPED chega a 114⁹. Este levantamento está apresentado no Anexo I.

Na nossa trajetória em busca deste levantamento bibliográfico, identificamos GTs em Trabalho e Educação, estabelecidos e catalogados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), um na Universidade Federal do Pará (UFPA), outro na Universidade Federal do Ceará (UFC), um na Universidade Federal do Paraná (UFPR), um na (UFF) Universidade Federal Fluminense e dentre estes, o mais consolidado a nosso ver, com uma linha de ação que inclui entre pesquisas, realização de eventos anuais, publicação de revistas impressas e eletrônicas: o da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG): Núcleo de Estudos Trabalho e Educação (NETE) , já publicou trinta e dois números de Trabalho & Educação – Revista do NETE/FAE/UFMG, entre 2002-2008.¹⁰

⁹ Para maiores informações sobre os trabalhos e pesquisas acesse o Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/resumo-trabalhos-apresentados.htm>

¹⁰ O NET/FAE/UFMG tem se dedicado às pesquisas na área de Educação e Trabalho e publica uma revista eletrônica e impressa – Trabalho & Educação além de realizar eventos como simpósios sobre o tema.

As tendências assumidas por estas pesquisas englobam temáticas de relevante contribuição para a discussão da relação entre o mundo do trabalho e a educação em todos os seus níveis. A compreensão de que ao longo da sua trajetória foram gestadas novas e desafiadoras categorias de análise é o que possibilita entender e relacionar as questões da escola inserida na sociedade capitalista e as demandas que a ela são postas pelo mundo produtivo; é neste sentido que as pesquisas apontam para as contradições e divergências entre o que se coloca como realidade no atendimento às demandas do mundo produtivo, às políticas públicas para a educação e às necessidades dos trabalhadores.

Desde a sua criação, o GT Trabalho e Educação vem se pautando por duas preocupações centrais: entender o mundo do trabalho como processo educativo, vale dizer, compreender a pedagogia que se desenvolve nas relações sociais e produtivas no modo de produção capitalista e identificar os espaços de contradição que engendram a construção de uma nova pedagogia comprometida com os interesses da classe trabalhadora. (TREIN e CIAVATTA, 2003, p.143,144).

Enquanto as pesquisa, produções e proposições avançam defendemos a importância e necessária defesa de se defender o papel político-social da educação formal, a defesa por acesso e permanência e principalmente ações que devem levar o trabalhador a refletir sobre o seu papel na sociedade. Pensar em trabalho é pensar na essência humana, pensar em educação é pensar além das necessidades competitivas, exploradoras da lógica capitalista: “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. (MÉSZÁROS, 2005, p.27).

Universalizar a educação, defender uma qualificação social para a classe trabalhadora em contrapartida a lógica imposta pelo capital é ainda o desafio desta relação. Incorporar novas bases do saber, a educação precisa dar um salto de qualidade para romper com a lógica da formação profissional.

3.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO: O PERCURSO DA DISCUSSÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PREPARAÇÃO PARA O MERCADO AO MODELO DAS COMPETÊNCIAS

A partir da pesquisa realizada para mapear o desenvolvimento da discussão sobre Trabalho e Educação no Brasil desde as primeiras iniciativas oficiais para a instituição deste tipo de ensino na educação brasileira, passando pela década de 80 do séc. XX, quando o debate se intensifica, realizamos um estudo sobre a qualificação profissional do trabalhador inserida nesta discussão. Procuramos estabelecer as concepções que permearam este debate. Inicialmente apresentando os conceitos e as práticas da qualificação profissional em perspectiva histórica, analisando os avanços de sua trajetória e as diferentes funções adquiridas por esta ao longo da sua história. Discutimos ainda as reformulações do sistema de formação profissional no Brasil. Do modelo da formação meramente técnica ao modelo das competências, ressalta-se a importância da discussão sobre o trabalhador como sujeito ativo deste processo.

A análise parte da reflexão sobre a retrospectiva histórica da qualificação profissional inserida na temática trabalho-educação, entendendo-se que ela moveu nas últimas décadas vários educadores, destacando-se em diversos períodos da história, sendo, por isso, tema de grande número de pesquisas e produções teóricas, razão por que pretende avançar nas perspectivas postas nessas discussões. Para tanto, salientamos que a produção acadêmico-educacional sobre a temática trabalho-educação no Brasil, foi intensificada a partir do fim dos anos 1970, retomando grande importância nos anos 1990. As discussões em pauta foram requeridas pela necessidade de se esclarecer o papel da educação em relação à formação do trabalhador, passando pela busca do entendimento da educação.

Neste contexto, duas perspectivas podem ser destacadas para a análise da questão na literatura educacional: a que aponta para visão de relação de unilateralidade entre a educação e o mundo do trabalho, qualificação dada pela escola que se ateve sempre à perspectiva de atender às necessidades impostas pelo mercado de trabalho; assim, a educação é determinada pela imposição das qualificações exigidas pela tecnologia em uso, visão teoricamente fundamentada e

explicada pela “Teoria do Capital Humano”¹¹ que relaciona linearmente trabalho e educação. Neste modelo, categorias como desenvolvimento e modernidade apontam para a educação como instrumento capaz de acelerar o desenvolvimento individual e social.

A educação, sendo premissa para o avanço, é considerada investimento capaz de garantir benefícios econômicos futuros; a estrutura educacional deve então funcionar de modo a atender às necessidades impostas pela produção, fornecendo mão de obra que se adapte aos paradigmas produtivos existentes, o que torna a noção de qualificação reducionista e incorre ainda no erro histórico de pressupô-la como possibilidade real, por exemplo, de garantia de emprego aos trabalhadores. Essa concepção se faz presente nas políticas públicas difundidas na legislação educacional brasileira, com muita ênfase, desde as origens da educação profissional no Brasil. Na busca da superação desta ideologia que perpassa o ensino profissionalizante, a segunda perspectiva busca retomar o sentido da formação do homem integral na educação profissional, a chamada educação omnilateral.

Surgiram nos anos 80 do século XX novas teorias, tentando superar esta visão direta e linear da relação trabalho-educação e delinear novos rumos para a educação profissional, aparecendo entre outras propostas, a da teoria histórico-crítica e da educação politécnica. Ambas propuseram educação voltada para a formação do cidadão crítico-reflexivo para o trabalho. A politecnia propôs a adoção do trabalho como categoria central na educação (pautada nos estudos de Gramsci). Estes estudos propuseram a educação politécnica advogando o trabalho como categoria fundamental que deve formar o homem “omnilateral”.

A educação profissional no Brasil surgiu em 1909, quando o Governo Federal criou, pelo Decreto Lei Nº 7756, de 23 de setembro, assinado pelo Presidente da República Nilo Peçanha, os primeiros cursos profissionalizantes, inaugurando dezenove escolas de aprendizes artífices subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, similares aos Liceus de Artes e Ofícios, distribuídas pelas diferentes Unidades Federativas da União. A destinação destas escolas era

¹¹ A “Teoria do Capital Humano” cuja origem é datada em 1950 tem seu surgimento nos Estados Unidos e o Professor Theodore W. Schultz é considerado o formulador desta teoria. Para estudos aprofundados da “Teoria do Capital Humano” é importante a leitura das obras: *O valor econômico da educação* (1963) e *O capital humano – investimentos em educação e pesquisa* (1971) ambas de Schultz.

juntamente oferecer um ensino regular paralelo aos jovens das camadas mais pobres.

Assim como a divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, à medida que rompendo a unidade ente teoria e prática prepara diferentemente os homens pares que atuem em posição hierárquica e tecnicamente diferenciados no sistema de ensino no Brasil não foi diferente, ou seja, naturalmente houve a dualidade estrutural do ensino: de um lado um sistema diferenciado com uma finalidade específica (preparar pobres, marginalizados para atuarem no sistema produtivo, nas funções técnicas. Segundo MONTJOIS (1949, p.67) “Abrir estabelecimento desse gênero é combater vitoriosamente a inatividade e a miséria, mas por outro lado temos o ensino propedêutico destinado à elite.

Vale ressaltar que esta perspectiva permanece ainda hoje. Em todas estas iniciativas fica claro que a educação, subordinada ao interesse econômico, funciona como qualificadora de mão de obra, de força de trabalho, reforçando cada vez mais as relações de exploração capitalista.

A partir deste período inicial e passando por diversas iniciativas, como a criação de escolas técnicas e dos Liceus nos anos 1930 (em 1937 as escolas de aprendizes artífices passaram a ser chamadas de Liceus Industriais).¹² Ainda naquela década, com novas modificações ocorrendo em vários setores da sociedade, principalmente nos aspectos sociopolítico-econômicos, o setor educacional também sofreu “inovações”, sendo de grande importância a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável pela instalação das primeiras universidades e também pela obrigatoriedade do ensino primário; além disto, deu-se novo impulso à profissionalização com a criação da Inspetoria de Ensino Profissional, transformada depois em Departamento de Ensino Profissional.

A Lei Orgânica do Ensino ou Reforma Capanema, criada em 1931, regulamentou o ensino secundário, como também organizou o ensino profissional comercial. A separação entre o ensino secundário e o ensino industrial transparece em muitos de seus artigos. Essa dualidade só foi abrandada e discutida na década de 1950 do século XX, época esta de grandes transformações, pois o Brasil passava

¹² Em 1959, transformaram-se em autarquias federais, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, passando em 1967 a serem denominadas Escolas Industriais Federais e em 1968 recebem a denominação de Escolas Técnicas Federais.

de uma economia rural para uma economia industrializada e urbanizada, processo iniciado em meados de 30 daquele século, mas intensificado nesse período.

O ensino profissional viveu marco importante nos anos 1940 do século XX, quando, com a substituição do modelo de importação e o crescimento do parque industrial brasileiro, foi estendida a agências de formação profissional, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto Lei 4048 de 22 de janeiro de 1942. Em 1943, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-lei N. 6.141 – de 28 de dezembro de 1943; sendo criado o SENAC pelos Decretos Leis 8621 e 8622 de 10 de janeiro de 1946. Tais Decretos dispunham sobre a responsabilidade sobre a aprendizagem dos trabalhadores comerciários estabelecendo deveres dos empregadores em relação a isto.

O objetivo destes empreendimentos era o de atender à demanda de mão de obra qualificada, o SENAI e o SENAC servindo aos setores secundário e terciário da economia, custeados e mantidos pelas indústrias e empresas do comércio e serviços a partir do repasse de verbas dos trabalhadores; apresentando proposta curricular essencialmente prática e desenvolvendo-se paralelamente ao sistema regular de ensino.

A partir daí, deparamos com novas iniciativas no ensino profissionalizante nos anos 1960 do século XX, destacando-se a difusão da “economia da educação” que se tornou disciplina específica do currículo escolar; fundamentada na teoria do “Capital Humano” (Schultz e Becker)¹³, entre outros. Essa teoria aponta para a relação direta e linear entre os processos educativo e produtivo, e trazia ainda implícita a ideia do “valor econômico da educação”, a educação era vista como investimento e ao formar mão de obra qualificada conduziria ao crescimento econômico pessoal e social; essa ideia fazia crer que a escola, por meio da profissionalização, assegurava ascensão social do indivíduo.

Sintetizando, veremos que a teoria do capital humano pressupõe a possibilidade da educação promover o trabalho e, por meio dele, o cidadão e o país.

Para Frigotto (1993, p.120-121):

A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua ‘ineficiência’ e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a

¹³ Theodore W. Schultz e Gary Becker são considerados os precursores da teoria do capital humano tendo sido inicialmente conhecidos no Brasil pela via da Economia da Educação. A teoria do Capital Humano teve uma repercussão entre as décadas de 1960 e 1970.

tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – ‘o capital humano’.

Nos anos 1970 do século XX, foi promulgada a Lei 5692/71, trazendo como ponto principal a extinção da dualidade do ensino. A nova lei estabelecia a igualdade educacional, ao determinar a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau, bem como a educação para o trabalho no 1º grau. A princípio, a lei trazia a ideologia do término da dualidade presente na educação brasileira, mas uma de suas funções era conter a demanda pelo ensino superior, o que reforçava, na prática, esta dualidade. Por diversas razões teórico-práticas a Lei ficou inviabilizada.

A respeito da viabilidade desta lei, Kuenzer (1987, p.10) fez a seguinte afirmação:

As condições desiguais de acesso à escola, aliadas à falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias à viabilização da nova proposta, à falta de professores qualificados, às dificuldades metodológicas de articulação entre teoria-prática [...] acabaram por impedir a efetivação da proposta.

Diante desta retrospectiva, analisamos outra corrente de discussões que buscou redefinir as bases da relação trabalho-educação. Vários estudos surgidos no contexto educacional destacaram a necessidade desta redefinição, quanto a se avançar na reflexão do trabalho como princípio educativo, possibilitando o entendimento para além da formação estreita que atenda às necessidades impostas pelo mundo produtivo. Nesta perspectiva, surgiu a proposta de educação “politécnica”, “omnilateral”, advogando que o trabalho é categoria fundamental e central, ponto de partida da relação trabalho-educação.

Nesta proposta a qualificação assume amplitude além das fronteiras da neutralidade imposta pelo modelo de treinamento técnico, sendo vista à luz do movimento mais amplo no qual está a sociedade brasileira, apesar do processo de globalização, de inovações tecnológicas. Cabe à escola tarefa de, preparar o aluno para as atividades de trabalho, mas prepará-lo para postura crítica, assumindo papel político, social e econômico, como agente consciente deste processo. Alguns autores, entre eles prioritariamente Machado (1998, p.11), propõem a educação unitária orientada pelos estudos de Gramsci. “Ela se propõe como escola única,

porque, sob a hegemonia do proletariado, o socialismo pretende realizar a emancipação geral; e do trabalho porque é ele que lhe dá o conteúdo da unificação educacional”.

Após esta trajetória, surgem no cenário mundial em finais do século XX intensas e significativas mudanças no trabalho, nos processos econômicos e sociais destacando-se novos padrões da sociedade, forjados, sobretudo, a partir da introdução de novas tecnologias, tornando o sistema produtivo cada vez mais globalizado, configurando outra realidade quanto à produção de bens e serviços, registrando a passagem do modelo Taylorista/Fordista para novo modelo de acumulação capitalista, a “acumulação flexível” (HARVEY, p.1994), forjada no bojo do processo de reorientação do capitalismo mundial; instalando-se, assim, novos padrões em que a integração e a flexibilidade representam as bases orientadoras da produção.

Na década de 1990 do século XX, numa sociedade caracterizada pela globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva, a discussão sobre os rumos da educação profissional, cada vez mais, se torna preocupação de educadores comprometidos com a reflexão sobre a educação dos trabalhadores. Em contrapartida a estas preocupações, mais uma vez as políticas públicas voltadas para a educação brasileira desconsideram as propostas dos educadores engajados nessas discussões e propõem uma nova-velha fórmula para o ensino profissional, desvinculando-o da formação geral, proposta da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – Nº 9394/96.

As ações para qualificação/requalificação profissional neste momento histórico e sob a égide do Governo Fernando Henrique Cardoso nas primeira e segunda gestões, no período de 1995 a 1998 e 1999 a 2002,, neste período estas ações são implementadas principalmente por meio do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) por meio do Ministério do Trabalho (MTE), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para gerenciar os recursos do FAT foi criado o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) que constitui-se estratégia essencial para a gestão das políticas de emprego-renda e qualificação do governo. desenvolve o programa de qualificação e/ou requalificação profissional, divulgando a tão famosa e conhecida máxima – o ensino garante lugar no mercado de trabalho, a velha e conhecida linearidade, sempre presente na legislação e nas propostas que discutem a relação entre educação e trabalho (principalmente do

trabalho visto reduzido ao mercado) e pautava-se na premissa de que qualificação profissional é garantia de emprego o que deu prosseguimento à lógica linear entre educação e mercado de trabalho já vista por nós. A meta do PLANFOR era o “treinamento de 20% da População Economicamente Ativa (PEA) por ano e a meta era a “empregabilidade”.

Esta ação funcionava para a prevalência de espantar a preocupação incipiente com o nível de desemprego que excluía um significativo e crescente contingente de trabalhadores do mercado de trabalho. O PLANFOR surge baseado nas ações que defendem a lógica da educação profissional como educação para atender ao mercado produtivo e como política pública do governo alia-se às políticas de geração de emprego e renda. O conceito gerador do PLANFOR pauta-se pelo conceito de “empregabilidade” O PLANFOR foi aprovado em 1995 e acontece de 1996 a 2002, como uma política desenvolvida pelo MTE.

O PLANFOR, portanto objetiva:

Construir, gradativamente, oferta de EP (Educação Profissional) permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência nessa área, pelo menos 20% da PEA (População Economicamente Ativa) que soma hoje, no Brasil, 71 milhões de trabalhadores do setor formal e informal. (BRASIL, 1999, p.6).

A grande referência que se tem ao avaliarmos esta ação no bojo das demais ações voltadas para a formação profissional no Brasil é a certeza da continuidade do paradigma taylorista/fordista, dos anseios neoliberais e a desvinculação da formação profissional e educação geral.

3.2 A (DES)ESTRUTURAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A reforma da educação profissional no Brasil está inserida na modernização pela qual passa a sociedade, resultante da reestruturação capitalista, entre outros aspectos, ela traz no discurso a ideia de integração do país ao mundo globalizado pela via deste modelo educacional.

Partindo da evolução do ensino profissional analisada, em que se pode observar certa visão linear entre ele e o mundo do trabalho, chega-se à atualidade tendo como característica da reforma a mesma linearidade – a reforma proposta e

encaminhada obedece às exigências do mercado de trabalho (como sempre se observou) e busca agora se adaptar ao perfil de trabalhador exigido, adequando-se às exigências por maior qualidade, produtividade e flexibilidade na formação da força de trabalho. Está pautada, ainda, em concepção instrumental, de caráter empresarial, estreitamente vinculada às demandas do capital.

A concretização desta reforma acontece na legislação imposta pelo governo brasileiro visando implementar a educação profissional e a educação geral no ensino médio. O modelo implementado nas políticas públicas é, na verdade, imposição de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), entre outras. Todas as ações da presente proposta, segundo várias análises, opõem-se às conquistas obtidas na Constituição de 1988. O artigo 205, fala da educação como direito de todos, dever do Estado, da família e da sociedade visando o desenvolvimento da pessoa; o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho; o artigo 208, no inciso II, trata da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio (sem nenhuma referência à educação profissional); e o artigo 214 estabelece que a Lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração decenal visando a articulação e desenvolvimento do ensino nos diversos níveis e a integração das ações do poder público, objetivando a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhora da qualidade do ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país. Várias, portanto, são as referências à formação para o trabalho.

Constata-se, nas análises realizadas, que a política educacional voltada à formação profissional fragilizou o ensino médio, redefinindo o tradicional conceito de formação profissional que passa a ser vista como escolaridade básica e pré-requisito à capacitação específica, posterior nos centros tecnológicos, nas universidades ou nas empresas.

A formação profissional passa a ter, nesta perspectiva, caráter de educação continuada, aliada àquela oferecida e articulada no ensino regular. O ensino médio e a educação profissional tornam-se modalidades separadas de ensino, com apenas algumas frágeis e incipientes articulações entre elas. Inviabilizando, por conseguinte, a frequência à educação profissional dos alunos que mais precisam dela, os trabalhadores Stark (1999). Kuenzer (2002) considera “elitista” a desvinculação da formação técnica do ensino médio.

Percebe-se que ela não respeita as prioridades de formação integral do indivíduo, não apenas inserindo-o mercado de trabalho, mas como cidadão em todos os setores da sociedade. Além disso, seus objetivos definidos no art. 1º do Decreto nº 2208/99, regulamentando a educação profissional, deixam claro a preocupação em formar para o exercício de atividades produtivas para o mercado de trabalho. Inclusive ao discutir currículo para este nível de ensino, o MEC utiliza expressões como habilidades e competências. Ao estabelecer os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Ministério da Educação afirma: (MEC 1999, p.18-19):

A organização em módulos deverá proporcionar maior agilidade às instituições de formação profissional uma vez que os cursos, programas e currículos poderão ser reestruturados e renovados periodicamente, segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho.

Não podemos esquecer que é exatamente no estabelecimento de Parâmetros Curriculares que o governo reafirma suas políticas relativas a todos os níveis de ensino e no contexto neoliberal e globalizado as definições destes pressupõem e reafirmam a lógica social. Sobre isto Escarião afirma:

No campo do currículo o fenômeno da globalização é percebido no âmbito das políticas educacionais que são expressas e implementadas pelo Estado. Os seus efeitos também podem ser entendidos como impactos que se conjugam, principalmente, em consequência da revolução tecnológica e da globalização do mercado que constituem o elo que unifica os objetivos de uma minoria poderosa que detêm o poder econômico em um mundo globalizado. (2006, p.110)

Esta concepção da educação profissional separa, na verdade, a qualificação profissional da habilitação profissional, empreendendo formação profissional – o saber fazer de Souza e Silva (1997), deixando de lado o real sentido da educação profissional – o saber pensar de Demo (1997). Desconsidera-se novamente o papel do trabalhador, suas necessidades, em prol do trabalho e das necessidades do capital, o que não surpreende, vez que esta é a lógica da sociedade capitalista. Tudo isso, atinge duramente as instituições públicas de formação profissional, pois,

são obrigadas a moldar-se ao sistema totalmente em desacordo com os amplos debates ocorridos sobre a educação do trabalhador.

A proposta do PNE da sociedade brasileira, elaborada e assumida pelo (II Congresso Nacional de Educação) CONED¹⁴, realizado em Belo Horizonte em 1997, critica duramente a legislação que, de maneira conservadora, mantém a dicotomia histórica entre formação acadêmica e formação profissional, em integração direta e subordinada da escola à produção, sem considerar o necessário respaldo da sólida formação científica, humanística e política para o trabalhador.

A qualificação profissional deve estar integrada ao sistema nacional de ensino regular e às lutas pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, realizando formação profissional aliada à sólida educação básica, tanto na formação inicial como na continuada. A formação integral deve pautar-se por métodos democráticos de gestão, tanto das políticas quanto dos programas institucionais, com controle dos fundos públicos por parte dos diferentes setores envolvidos. O Sistema “S”¹⁵, por exemplo, que também recebe recursos públicos, precisa de avaliação para rever o seu papel na formação profissional do país e a sua necessidade para os trabalhadores.

A proposta do PNE do governo brasileiro nomeia o que até aqui temos chamado de educação profissional, de educação tecnológica e formação profissional. Nas observações gerais, diz que a formação para o trabalho em nosso país é heterogênea e sua oferta escassa. Esta heterogeneidade, no entanto, é considerada positiva, pois atende à demanda diversificada.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394 de 1996, o Ensino Médio passa a ser considerado a etapa final da Educação Básica e tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos do Ensino Fundamental e, principalmente, possibilitar ao aluno o ingresso em carreiras técnico-profissionais: no seu parágrafo 2º do artigo 36, seção IV o aluno pode optar entre o Ensino Médio de caráter propedêutico ou pelo Ensino Médio Técnico Profissionalizante. A Educação

¹⁴ A proposta do PNE que foi elaborada pela Comissão Organizadora do **II Congresso Nacional de Educação (IICONED)**, após a realização de discussões em conferências, mesas-redondas, comunicações e apresentações de trabalhos sistematiza as propostas consideradas como referências da Sociedade brasileira e é aprovado na plenária final do Congresso.

¹⁵ O Sistema “S” é formado por agências de Formação Profissional que atendem a demanda de formação de mão de obra para os setores produtivos da economia, o setor primário, secundário e terciário. Formado por várias agências as mais difundidas e divulgadas são O SENAC, SENAI, Sesi e SENAR

Profissional passou por nova reforma e sua regulamentação dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Esse ramo da educação passa a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com o objetivo de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

Quanto à estrutura da Educação Profissional prescrita no artigo 3º, I, II e III do Decreto-Lei nº 2.208/1997, tem-se os níveis: a) Básico, que se destinou à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores independente de escolaridade prévia; b) Técnico, destinado à habilitação profissional para alunos egressos do Ensino Médio; c) Tecnológico, correspondente aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinado aos alunos oriundos do Ensino Médio Técnico.

Finalmente, no Governo do Pres. Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, a política nacional de qualificação profissional – representada pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) que substitui o PLANFOR, surge como um programa do Ministério do Trabalho e Emprego e novas possibilidades parecem imporem-se para o ensino profissional. A luta dos pesquisadores da área de Trabalho e Educação era uma nova regulamentação que colocasse abaixo o decreto de 1997. É em 2004 que isto ocorre com a homologação do Decreto nº 5154 de 23 de julho 2004 que regulamenta o parágrafo 2º dos artigos 36, 39 e 41 da LDB 9394/96. A adoção de princípios e diretrizes para um ensino médio integrado à educação profissional é um esforço para finalmente superar-se a dicotomia entre conhecimentos propedêuticos X conhecimentos e a possibilidade de um ensino médio profissional integrado à formação integral. Há que se considerar aqui os princípios da discussão da educação omnilateral Gramsciniana traduzida nas propostas de Educação politécnica de MACHADO (1989), entre outros.

Assim, observa-se que esta política de educação profissional desconsidera toda a discussão empreendida há muito tempo sobre o caráter educativo do trabalho, jogando por terra a perspectiva de visão que ultrapasse aquela do trabalho como emprego, deixando clara, portanto, a real preocupação, a empregabilidade.¹⁶ A noção de empregabilidade é utilizada no presente estágio do capitalismo mundial,

¹⁶ A noção de empregabilidade pode ser definida como a responsabilização do trabalhador por conseguir emprego e por mantê-lo. Cabe a ele decidir-se pela qualificação adequada, sendo responsável por sua absorção ou exclusão do mercado de trabalho. Conforme KUENZER, (2000) é a concepção que atinge um poder político-ideológico determinante na relação capital *versus* trabalho.

sob a égide da globalização e usada sempre que se discute a qualificação profissional. Para Alves,

O conceito de empregabilidade representa, em si, os paradoxos do toyotismo, seja naquilo que ele representa de nova —verdade tecnológica (Marcuse), com suas exigências de novas qualificações para o mundo do trabalho assalariado, seja naquilo que representa de uma incapacidade em realizar uma hegemonia social ampla [...]. O conceito opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da —produção enxuta, totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar como eixo estruturador de sua política de formação profissional o conceito de empregabilidade, que aparece como relativo consenso nos discursos neoliberais ou sociais-democratas, como requisito básico para superar a crise do desemprego. (2007, p.250):

Com a noção de empregabilidade assumida em torno da qualificação profissional e nos programas oficiais de formação do trabalhador, impõe-se novamente o objetivo político de individualizar as responsabilidades, posição adotada no ideário liberal. Cada indivíduo se responsabiliza por se manter no emprego e ainda por manter ou garantir o seu nível salarial. É como se a empregabilidade fosse ‘ente’ superior e onipotente, acima de quaisquer determinantes sociopolíticos e econômicos.

A empregabilidade perpassa duas vias: ela traz à tona as expectativas do modo produtivo em relação a própria subjetividade do trabalhador quando espera ver em que sentido e proporções ele é flexível e adapta-se ao novo modelo socioeconômico e principalmente às condições do mercado de trabalho e em que sentido o sujeito trabalhador flexível, polivalente busca por si só a qualificação/requalificação necessárias aos processos de transformação produtiva. Assim é facilmente compreendida a lógica do discurso oficial do setor produtivo (indústrias, empresas, serviços) a importância vital da qualificação profissional. O perverso aqui é mais uma vez a adoção pela classe dominante de um recurso já conhecido: utilizar-se de um direito de qualquer trabalhador à educação e qualificação profissional em benefício próprio e como explicação plausível para o desemprego, subemprego ou informalidade.

A noção de competência, para os linguistas é trabalhada por Ropé e Tangui (1994, p.16). Para essas autoras, competência significa ter a capacidade para resolver problema, numa situação dada. A ação é medida sempre por seus resultados:

Qualquer que seja o método adotado, o objetivo permanece, com efeito, o mesmo, tornar socialmente aceitáveis as diferenças salariais. A 'lógica das competências' tende, como indica seu nome, a fazer com que se aceitem essas diferenças como resultado de propriedades e de ações individuais, na medida em que a avaliação é apresentada como uma auto-avaliação.

A valorização atual que se dá à capacidade de abstração, concentração, boa comunicabilidade, percepção aguçada, raciocínio apurado, entre outros requisitos, são a base dos conhecimentos definindo a competência do trabalhador, individualmente e, a priori, a garantia da sua empregabilidade.

[...] a relação que tem sido estabelecida entre educação e trabalho como condição sine qua non, para o desenvolvimento, tão apregoada no contexto econômico e político descrito, está se construindo muito mais num processo social de legitimação do desemprego da precarização social, que estão ocorrendo no mercado de trabalho, do que uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços (SEGNINI, 2002, p. 8).

Esta ideia traduz bem o modelo competência/empregabilidade, amplamente difundido na atualidade, principalmente nas políticas públicas. Vejamos como estas concepções são utilizadas no âmbito das reformas da educação profissional no Brasil:

[...] podemos dizer que alguém tem competência profissional quando mobiliza e articula conhecimentos, habilidades e atitudes para a resolução de problemas não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação profissional. Assim, age eficazmente diante do inesperado e do inabitual, superando a experiência acumulada transformada em hábito. Este deixa de ser rotina e libera o profissional para a criatividade e a atuação transformadora. (CNE, 199, p.33)

É importante ressaltar aqui que noções como competência e habilidades não são novas nem foram inventadas na contemporaneidade, como alguns discursos fazem crer, na verdade elas são ou já foram utilizadas historicamente, como na

economia da educação, na teoria do capital humano. Também os enfoques dados a estas noções podem ter diversas significações dependendo do autor de cada discurso.

Estas noções assumem alto grau ideológico sendo politicamente utilizadas em situações dadas. Hirata (1992) considera a noção de competência bastante imprecisa e marcada política e ideologicamente pela sua origem – o discurso empresarial. Afirma ainda que a noção de competência não contempla a ideia de relação social que deve definir o conceito de qualificação, na visão dos trabalhadores.

Avaliando o tratamento dado à formação profissional na LDB 9394/96, Demo analisa o fato de que a legislação se omite das discussões empreendidas pela sociedade civil por seus representantes legitimamente constituídos. Demo (1997, p. 93) bem descreveu esta situação:

A omissão é puro atraso. Não é escondendo a cabeça na areia que se enfrenta o mundo moderno. Isso é tanto mais angustiante porque é cada vez maior a convicção de que estaria na educação a estratégia mais efetiva para enfrentarmos a modernidade, sobretudo no sentido de uma cidadania plantada na competência humana de manejar bem o conhecimento moderno.

Neste sentido, a formação profissional apresenta lógica apoiada na racionalidade financeira, tendendo à privatização quando oferece possibilidades legais para a retirada da responsabilidade do Estado com a educação profissional. Além disto, a política educacional para educação profissional é conservadora, pois, ao dicotomizar teoria e prática na formação profissional retoma a concepção taylorista-fordista que supõe ruptura entre o fazer e o pensar, traduzindo-se em perda na busca da igualdade na educação.

Os organismos internacionais já citados fazem com que as nações do Terceiro Mundo se alinhem, na verdade, se subordinem a este modelo econômico em que o Estado sai de cena como agente promotor e responsável pela educação, para ser mero “gerenciador” das finanças públicas. Na ótica capitalista, temos formação profissional reducionista, articulada aos interesses do capital, dos empresários, visando sempre contribuir para o aumento da produtividade e do desenvolvimento das sociedades capitalistas. Com isto, serve aos interesses do

poder dominante, reproduzindo as relações preestabelecidas socialmente. Os aspectos pedagógicos desta formação são, então, técnico-operacionais.

A Concepção de Qualificação profissional separa-se, portanto, em duas possibilidades. Primeira, a que se refere à ótica do capital, a que as indústrias oferecem e que foram e ainda são contempladas nas políticas públicas para a educação do trabalhador e as propostas dos diferentes setores formados por trabalhadores (via sindicatos, associações etc...) e pelos intelectuais que se preocupam com esta realidade. Segunda, a perspectiva a defesa da necessidade de qualificação profissional passa pela concepção de qualificação profissional social, que em acordo com Kuenzer (1998) é a qualificação entendida como um processo social e historicamente determinado nas relações que os homens estabelecem entre si no cotidiano de suas práticas produtivas.

Hoje, entretanto, nesse contexto complexo e incerto, as empresas têm percebido que não há regras universais, válidas a toda e qualquer situação, nem princípios que devam ser seguidos rigidamente, porque as circunstâncias mudam tão rapidamente que as exceções passaram a ser regras. Aprender com a ação, defender uma postura de observação e reflexão, desenvolver uma cultura de aprendizagem permanente passaram a ser o desafio maior para os trabalhadores e as empresas atualmente, o que confere uma maior centralidade às questões da educação profissional, da qualificação e da requalificação. (DULTRA E BASTOS, 2009, p. 53)

Ressaltam-se aqui polos diferentes no tratamento da questão qualificação-capital-trabalhador: se a atualidade pressupõe no bojo de todas as transformações advindas do mundo globalizado, novas formas de ver, sentir e agir dos homens, ressalta-se neste contexto a necessidade da discussão dos aspectos subjetivos presentes nesta aquisição: ao questionar-se em que bases se estabelecem as relações humanas no mundo do trabalho, bem como quais são as experiências e vivências aí construídas, há que se buscar respostas no cotidiano do trabalhador que possam nos levar a problematizar, refletir e discutir o que está posto na realidade da qualificação profissional no Brasil.

A formação profissional na atualidade deve partir do entendimento de que ao mesmo tempo em que interessa aos detentores do capital dispor de força de trabalho qualificada (ainda que em menor escala, como nos alerta MACHADO, 2000), para a produção, em contrapartida a este interesse, surge um total descaso

com relação à discussão efetiva e ampla da questão da qualificação. Para Ferretti & Silva Júnior:

A definição do que seja qualificação profissional, bem como de quais seriam as qualificações desejadas no momento se constitui numa pequena amostra em relação a isto, principalmente no que diz respeito a aliar a ideia de qualificação a prestígio profissional, salário, poder, etc [...] (1997, p.122).

Diante deste quadro, pensar em formação profissional deve ir além de pensar em treinamento, adestramento técnico, visando atender aos desafios impostos, ao novo perfil de trabalhador exigido, à habilidade das “competências” e à competitividade cada vez mais exacerbada, deve-se agora na concepção neoliberal de educação do trabalhador pela via das propostas de qualificação profissional ater-se muito mais ao “saber-ser”, “saber-aprender” do que ao “saber-fazer”. Ora, o indivíduo simplesmente ‘é’ e ‘sabe’. Este saber-ser na verdade nos reporta ao “saber-ser” requerido pelo capital, o saber-ser que adapte-se ao modelo proposto

Torna-se necessário um cuidado de não cometermos o erro de proclamar as necessidades impostas por este contexto como as necessidades dos nossos alunos trabalhadores, ou as nossas necessidades enquanto educadores; senão faremos o discurso da dualidade, da exclusão.

Para Frigotto:

No plano da proposta político-pedagógica de formação profissional a perspectiva aqui denominada de civil democrática ganha possibilidade efetiva na medida em que consigamos estruturar formas cada vez mais coletivas de organização do conhecimento, do trabalho pedagógico e de sua avaliação. Romper com a divisão disciplinar estanque e com as formas individualistas e competitivas de conhecimento e de ensino, sem dúvida, é um elemento crucial. É também, no plano político-prático, uma forma eficaz de neutralizar as imposições tecnocráticas que reduzem e subordinam o educativo ao mercado e ao processo de produção globalizada e excludente. (1996, p.10)

Na busca de caminhos para estabelecer os rumos da qualificação profissional no Brasil, a partir de elaboração de políticas públicas, ou intercambiada pelo movimento sindical, no caso da gestão tripartite é notório que os poderes políticos e governamentais tem saído na frente e imposto os rumos desta qualificação, rumos

estes que atendem aos interesses da classe dominante. Os trabalhadores mediados pelos sindicatos estão num processo intenso de entendimento das mudanças ocorridas e nos parece haver ainda um tateamento em busca de que se estabeleçam contrapropostas que façam valer os direitos dos trabalhadores.

No entanto se considerarmos o trabalhador e as suas necessidades de conhecimento, de informação e de acesso ao exercício pleno de sua cidadania, é necessário outro conceito de educação, muito além dos limites da formação que ora se propõe (tecnicista, treinadora, adaptadora) e, que, principalmente considere o *homem* no processo.

De forma geral, as proposições para a formação profissional revelam e desvelam a forma metódica e instrumental do setor produtivo e das políticas públicas na tarefa de realizá-la. Atento às exigências do mundo produtivo, as propostas vão adaptando-se e introduzindo-se e a seus formadores e alunos na nova ordem mundial, numa relação íntima com a formação de um novo homem, mais reflexivo, mais dinâmico e principalmente muito mais “*adaptado*”, a sensação que fica é a de que “*veste-se a roupa conforme a ocasião*”.

Aliado ao mundo globalizado as ações relativas à formação profissional, propõe mudanças que pressupõe “novas”, no entanto adequa-se ao mundo do trabalho, às reestruturações do modo de produção ao avanço das novas tecnologias, à globalização; enfim (re) torna ao princípio da linearidade no relacionamento com o mundo do trabalho e no entendimento deste tão somente como “mercado”. Em relação à esta questão, principalmente ao Programa de Qualificação (proposta amplamente divulgada, inclusive pela mídia).

3.3 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GLOBALIZAÇÃO

A qualificação profissional tem sido preocupação de diversos educadores no que diz respeito à educação do trabalhador. Analisando essa trajetória, verificamos que este tipo de educação vem cumprindo a função de preparar para o mercado de trabalho, sendo formação meramente técnica. No mundo atual, diante das transformações que vêm ocorrendo devido à globalização, o trabalho sofre grandes e rápidas mudanças, colocando novos desafios ao trabalhador e, consequentemente, à sua formação.

Diante disto, propomos reflexão acerca da importância da subjetividade na aquisição da qualificação profissional. Se considerarmos o trabalhador moldado pelo capitalismo em suas diversas fases, ou mesmo que ele é “subjetivado”, a nova ordem mundial, o advento das novas tecnologias pressupõe novo homem, “novo” tipo de sujeito, definido, sobretudo, pela capacidade de adaptação, resolução de problemas e flexibilidade, atributos considerados essenciais ao mundo da produção reestruturado.

Isto também pressupõe a formalização de um novo pacto social que estabelece entre outras possibilidades uma nova relação entre indivíduo e sociedade mediada pelo campo profissional através das novas competências propostas. É necessário, portanto, analisar estes aspectos quando se propõe elaborar ou discutir políticas públicas para a formação profissional.

Neste sentido, diversas propostas estão em voga e a legislação federal trata de implementar o seu novo/velho modelo dicotômico, como pode ser observado acima. Na realidade através deste modelo baseado nas competências continua existindo de fato a dualidade proposta para a educação no país.

Diante das exigências impostas pelo novo cenário do trabalho, pensar em formação profissional deve ir além de treinamento, adestramento técnico, visando atender aos desafios do novo perfil de trabalhador exigindo agora a habilidade das “competências” e, pela competitividade cada vez mais exacerbada, o discurso reitera a necessidade de qualificação profissional como possibilidade de acesso e permanência no mercado de trabalho. A Questão que paira nesta perspectiva é uma contradição da própria proposta: qualificação garante vaga no mercado?. Assim, a reestruturação produtiva, tendo na introdução de novas tecnologias uma de suas principais mudanças, provoca a necessidade de permanentes buscas de atualização e qualificação a fim de capacitar o trabalhador a dominá-las e utilizá-las no trabalho.

Chega-se assim a um caminho em que a grande questão que se coloca é se estas buscas partem dos trabalhadores por uma série de motivações, entre elas o medo do desemprego, ou são impostas pelas empresas pela necessidade desta nova mão de obra? Para Freitag (1999, p. 20): “A falta de qualificação domina os empregados e desempregados, sendo que estes acreditam ser esta, justamente, a causa de sua demissão”. A individualização das responsabilidades recai mais uma vez nos trabalhadores e as empresas ao oferecerem programas de qualificação, requalificação e treinamentos assumem a postura do *Deus que Salva*.

No entanto, há também a perspectiva de que a expansão da noção de aptidões compreendidas no processo de execução, acarretado pela automação e informatização da produção, pode não levar necessariamente ao aumento de qualificação e muito menos à suspensão do processo de alienação, porque as exigências feitas à força de trabalho de certos tipos de atitudes – tomada de decisões, por exemplo, ou com formação educacional mais sólida, não significam a superação da clássica separação entre concepção e execução, entre trabalho intelectual e manual. O pressuposto é de que cabe ao trabalhador realizar tudo isto o que pode trazer consequências negativas a si próprio tais como: homogeneização dos indivíduos, conflitos intraclasses e a formação de uma nova relação simbólica entre o trabalhador e o processo de trabalho, fortalecendo a discurso de valorização da qualificação profissional.

A utilização de novas tecnologias pode diferir da utilização de equipamentos convencionais; no primeiro caso, a tarefa é mais simples, o manejo mais fácil, por isto mesmo pode ser tanto ou mais parcial e limitada que no sistema tradicional. Nos dois casos, o trabalhador é impedido do acesso ao processo total de produção, ou do conhecimento sobre este. Aspecto importante a ser considerado sobre isto é a observação feita por Braverman, (1977, p. 33), de que a introdução de formas mais avançadas de maquinaria, em que a ciência foi incorporada ao processo de trabalho, tanto compôs como complementou o taylorismo no avanço da separação entre concepção e execução, de modo que essa tendência, aliada à outra determinante, no caso o controle gerencial, aponta invariavelmente para a desqualificação e fragmentação do trabalho.

Todavia, a autora observa a existência de tendência à polarização das qualificações, uma vez que nem todos os que manejam as novas tecnologias têm seu trabalho flexibilizado. Porque o conteúdo de certas atividades laborais dos novos processos não necessitam de grande complexibilidade. Esta vertente contrapõe-se a outras que defendem que o processo requer a (re)qualificação. Machado (1994), por exemplo, sustenta a tese de que seria incorreto concluir de forma linear e dedutiva sobre as inovações que transformaram rapidamente o espaço fabril implicarem, necessariamente, ganhos de qualificação para o conjunto dos trabalhadores. Para ela, seria o caso dos trabalhadores diretos que executam funções simples como observar alarmes, as luzes de painéis e a execução de funções previamente estabelecidas segundo as prescrições dos técnicos.

O que de fato parece ocorrer no discurso em evidência no momento é que não há tendência generalizante e uníssona de qualificação da força de trabalho, à medida que, paralelamente à tendência da qualificação, apresenta-se outro processo apontando para a desqualificação de crescente contingente de trabalhadores de alguns ramos industriais. Enfim, quanto mais distante se está da forma pela qual estas mudanças vêm transcorrendo, tanto mais sabemos que as novas formas de gestão do trabalho não alteraram a divisão deste entre concepção e execução próprias do fordismo (Laranjeira, p. 1997). Alguns autores, entre os quais Neto 1989, questionam, inclusive, se de fato há ruptura com este ou se o período denominado pós-fordismo não será apenas a continuidade que não traz mudanças significativas na ruptura da divisão do trabalho.

Em síntese, a adoção dessas inovações elevaria de forma absoluta a qualificação média de pequeno grupo de trabalhadores, se comparada a formas tradicionalmente conhecidas, contrapondo-se de maneira relativa aos conhecimentos alcançados pela humanidade; se, por outro lado, a grande massa de trabalhadores está diante de processo de desqualificação. Antunes (1997, p. 70), nesta mesma perspectiva, vai acrescentar que tal transformação traz consigo mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais) e alteração qualitativa (o trabalhador converte-se, em alguns ramos, mais qualificado, “supervisor e vigia do processo de produção”), tornando-se operador vigilante, técnico de manutenção, programador, controlador de qualidade, pesquisador, engenheiro, tendência presente nas indústrias mais automatizadas, funções que o fazem deter controle relativo tanto em relação à produção quanto aos outros trabalhadores.

Este paradigma, longe de causar impactos consoantes, como o que seria esperado, desenvolve duas concepções contraditórias relativas ao processo de qualificação do trabalho. A primeira seria a ideia de redefinição do processo taylorista de uso da força de trabalho pela precarização dos contratos e das tarefas, o que significa a intensificação de características negativas presentes há muito tempo nas relações de produção; a segunda apresentar-se-ia por formas de gestão que qualifiquem o trabalho, enriquecendo as tarefas e estimulando a participação e responsabilidade dos trabalhadores.

Dessa forma, tal metamorfose causada pelas transformações do espaço fabril mostra-se heterogênea, variando de ramo para ramo, de setor para setor, o que

acarreta a desqualificação em alguns ramos, bem como a diminuição dos postos de trabalho e a requalificação em outros. A leitura desta realidade não pode considerar que estas mudanças ocorrem aleatoriamente apenas devido ao desenvolvimento tecnológico. Fica claro que não há perspectiva de que isto por si só representem os avanços ou retrocesso na condição do trabalhador. As consequências a priori são resultado do que o espaço fabril propõe e da forma como ele se organiza. Nos entrelaçamentos que ocorrem nas relações e na dinâmica que move a sociedade, a qualificação deve ser entendida numa perspectiva também dinâmica. Para Machado:

A noção de qualificação não pode ser entendida como uma construção teórica acabada e de que se trata de um conceito explicativo e articulador de diferentes elementos de regulações técnicas e sociais, no marco das relações de trabalho. (1996, p.35)

A tese de que a qualificação é redentora dos trabalhadores, responsável pela segurança de seus postos de trabalho¹⁷ é questionada por Lojkine (1995, p.235), segundo ele, a qualificação não assegura aos trabalhadores, por si, posição de tranquilidade, as mudanças são profundas e gerais; apesar de participar de programa de qualificação ou requalificação, este trabalhador pode ser despedido ou remanejado para setores diferentes dos atuais, como veremos ao discutir o trabalho atual.

Examinando a recente literatura especializada no assunto, verifica-se que o desenvolvimento tecnológico passou a exigir dos trabalhadores operações cognitivas mais amplas, sobretudo relacionadas à compreensão mais geral dos princípios científicos subjacentes a este processo. Daí a generalização do discurso que aponta para a ampliação da qualificação em relação a conhecimentos científicos/tecnológicos e à dimensão comportamental para todos os trabalhadores.

Kuenzer (1998,p.55) vê nos novos investimentos na força de trabalho, por meio de novas estratégias que objetivam viabilizar a extração da mais-valia, a continuação da objetivação da velha concepção taylorista de redução dos tempos mortos. Para essa autora, a aplicação das novas estratégias, visando ampliação do capital, não se dá em detrimento dos velhos princípios de gestão capitalista. Parece inexorável que, enquanto o capitalismo não se

¹⁷ O discurso oficial propaga a ideia de que a qualificação ou requalificação pode ser responsável pela garantia de se conseguir emprego. (Ao desenvolver os programas de qualificação e requalificação com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, grande publicidade foi divulgada na mídia para difundir isso).

esgotar como modelo econômico, a lógica da obtenção de lucros continuará ad infinitum.

Por esta perspectiva, os requerimentos de formação dependem do tipo de qualificação demandada e estão associados às necessidades definidas pelas empresas no que tange à política de organização e gestão do trabalho, e estas, por sua vez, são definidas a partir da sua específica atividade industrial. Como as técnicas de produção, apresentam características próprias, exigem, por isso mesmo, tipo de qualificação correspondente Cattani (1997, p. 94):

Neste sentido, a qualificação do trabalho pode estar conjugada à polivalência, ao enriquecimento das tarefas e ao aumento das responsabilidades dos operadores diretos. Ela integra assim o sistema técnico e o sistema de relações humanas definidos pela empresa.

De certa forma, isto demonstra que a passagem da noção de qualificação como ensinamentos direcionados ao fazer para a noção de competências se define pela necessidade do modelo produtivo atual em que as nuances de mudanças e flexibilizações demandam profissional trabalhador que acumule conhecimentos no exercício de sua prática; isto torna a qualificação também flexível e dinâmica. Esta noção traduz-se também num aspecto do falado desemprego estrutural, quando se observam exigências profissionais para determinado cargo, além da formação inicial que o trabalhador possa ter. Pressupõe-se que esta experiência poderá garantir os tais saberes tácitos. Machado (1998, p. 29):

A preocupação com o emprego constitui, hoje, uma questão de grande relevância social e é compreensível que as escolas estejam atentas a este problema cada vez mais grave. Neste sentido é próprio do trabalhador, no afã de se autovalorizar no mercado, que é levado a se ver a se propor a ser um valor de troca vantajoso. A luta contra o desemprego, na sociedade do capital, é também uma reivindicação de integração do trabalho ao capital. [...] A estratégia da integração se impõe como necessidade de sobrevivência e, neste nível de relação, o trabalho tem apenas o significado de meio de se ganhar a vida.

Quando o trabalho adquire unicamente o significado de meio de sobrevivência, o trabalhador assume posição de risco e convive no dia a dia com os

medos que a situação atual do trabalho lhe impõe, entre eles o principal medo é o do desemprego; socialmente a carga de negatividade dessa situação é enorme, uma vez que todos convivem com o ônus do desemprego.

Sobre a gravidade desta situação, dois estudiosos assim se expressaram:

O Brasil tem muito a avançar em relação ao tema do trabalho. Até agora não conseguiu constituir uma política pública do trabalho capaz de enfrentar adequadamente as novas bases do problema do desemprego. (POCHMANN, 2001, p. 124).

Para Segnini,

O desemprego de trabalhadores, em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que já marcam há muito o Brasil, até então, miséria, pobreza, não acesso à educação e saúde. Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados e qualificados, como, por exemplo, ocorreu intensamente na última década com os bancários no país. (2002, p.8)

De certa forma, este problema social trazido pelo desemprego tecnológico-estrutural, serve de base para o discurso oficial de qualificação/requalificação do trabalhador como garantia de emprego e renda. Isto explica, em certo sentido, o aumento de projetos ou programas de formação realizados, desenvolvidos pela própria empresa para seus quadros profissionais.

Formando os profissionais elas garantem, além dos conhecimentos técnicos, o convencimento ao tipo de atitude esperada do profissional. Essa, não pode ser adquirida por meio da formação prévia: elas são inatas ou elaboradas pela experiência direta, na prática, em situação real. Elas são parte da personalidade dos profissionais que é, de fato, o principal instrumento de trabalho. Elas permitem a mobilização – conceito-chave da abordagem interacionista do trabalho Becker (1960)¹⁸ – indispensável à realização de objetivos que dependam das políticas institucionais e dos contextos da atividade (por exemplo, a gestão da heterogeneidade dos públicos escolares ou o tratamento a populações em risco).

¹⁸ Becker foi um autor eu deu grande contribuição à sociologia americana através de sua participação na “Escola de Chicago” desenvolvendo seus estudos na linha interacionista, na década de 60. Um de seus trabalhos mais conhecidos no Brasil é: Becker, Howard S. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, The Free Press de 1963.

Segundo estudos já apresentados de Lucilia Machado(1998) o conceito de qualificação não pode ser entendido a partir de definição única, aplicável indistintamente. Assim, a qualificação diz respeito ao saber/fazer que o indivíduo possui para assumir dado posto de trabalho, o grau de conhecimentos/habilidades necessários para o trabalhador exercer determinada função ou posto de trabalho; é conceito histórico por natureza, varia sobre o contexto social (condições econômicas, políticas e culturais) em que estão os diferentes grupos sociais.

Buscando definir o conceito de qualificação, encontramos em Freyssenet (1990) a discussão de seis diferentes aspectos sobre a qualificação:

- O conhecimento sobre a tarefa, requerida para o posto, assegurando a qualidade do ponto de vista do capital;
- A qualificação real do trabalhador, seja a que ele realmente utiliza (qualificação real útil) em dado estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou outros conhecimentos que não entrem no processo de trabalho;
- A qualificação atribuída oficialmente aos postos de trabalho resultante da luta social;
- A qualificação que se atribui oficialmente ao trabalhador, depois da formação recebida, seja ela escolar, treinamento em serviço, ou experiência acumulada;
- A qualificação exigida na contratação para determinado posto de trabalho, que varia com as condições do mercado de trabalho;
- A soma de conhecimentos em processo de trabalho dado, a qualificação global e, por fim, a qualificação atribuída pelos organismos de estatística, tanto aos empregos como aos trabalhadores.

Neste sentido, o conceito de qualificação extrapola tanto os muros da escola quanto dos locais de trabalho e retoma a velha preocupação a respeito do papel da escola para o trabalhador.

Na contemporaneidade, podemos sintetizar essa discussão da qualificação a partir de quatro teses desenvolvidas por Paiva (1990, p. 99-100):

1. A tese da desqualificação – o capitalismo de nossos dias não estaria conduzindo a terceira etapa do esquema trifásico (O esquema trifásico (artesanato – qualificação; mecanizações-desqualificação; nova fase de racionalização-requalificação e polivalência) Ao contrário ele se reproduziria mantendo as características da transição

do artesanato à manufatura, provocando uma desqualificação progressiva em termos absolutos e relativos.

2. A tese da requalificação – a automação, o consumo de massa, etc., estariam a exigir a elevação da qualificação média das forças de trabalho.

3. A tese da polarização das qualificações – aparece combinada com qualquer das outras e afirma que o capitalismo moderno necessitaria de um pequeno número de trabalhadores qualificados, enquanto a grande massa se veria frente a um processo de desqualificação.

4. A tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa – o capitalismo contemporâneo necessitaria de trabalhadores mais qualificados em termos absolutos (a qualificação média se elevaria), mas a qualificação relativa, considerando-se o nível de conhecimentos socialmente disponíveis, se reduziria em comparação com épocas pretéritas.

Estas perspectivas levam ao desenvolvimento da ideia de “competência”, amplamente difundido no novo contexto do mundo do trabalho que pressupõe novos parâmetros de formação e a reconfiguração do mundo produtivo comprova outrossim a quarta tese de Paiva.

Ao implantar e cobrar o desenvolvimento de novas habilidades ligadas ao modelo da “competência”, há forte discussão no que diz respeito ao trabalhador já que este modelo não leva a desenvolver habilidades única e simplesmente, e sim desenvolver capacidades que propiciam cada vez mais o avanço do capitalismo. Assim, do ponto de vista deste trabalhador, estas habilidades não são suficientes para garantir atuação e desenvolvimento mais humano e democrático.

Para Deluiz:

[...] se essas competências são necessárias ao sistema produtivo, não são suficientes quando se tem como perspectiva a expansão das potencialidades humanas e o processo de emancipação individual e coletivo. No processo de construção destas competências, é preciso, pois, propiciar uma formação que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e de serviços e como atores na sociedade civil, atendendo a critérios de equidade e democratização sociais. (1996, p.3):

Vale ressaltar que o modelo das competências – ligado à noção de empregabilidade amplamente utilizado por empresários – define a participação individual e solitária do trabalhador no mundo do trabalho: cabe a ele garantir o seu próprio aprendizado e emprego por meio destas noções. Deluiz (2001, p.2):

A competência é, portanto, um atributo subjetivo. Isto exige que se desloque o foco dos processos educativos dos conteúdos disciplinares para o sujeito que aprende, gerando a possibilidade de efetiva e contínua transferência das aquisições cognitivas. [...] o que implica recorrer a todo tipo de aquisições cognitivas, desde os saberes e conhecimentos formalizados aos saberes e conhecimentos tácitos.

Por empregabilidade entende-se a capacidade de obter emprego e manter-se nele por requisitos individuais, apesar do mercado encontrar-se em constante mutação. As políticas públicas de formação do trabalhador não podem ser dissociadas de políticas socioeconômicas de desenvolvimento de um país como todo. É necessário também se procurar entender a globalização articulada em dado contexto sociopolítico e econômico dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, globalização que serve para implementar os níveis de pobreza e de dependência.

A noção de competência discutida dissemina a possibilidade de acomodação, apatia dos trabalhadores em relação às situações dadas. O discurso exigindo profissional criativo, dinâmico e líder omite ao trabalhador que se ele não se enquadrar a estas exigências ele será excluído deste mundo do trabalho. Omite que estas características o tornam muito mais sujeito à exploração e condições de trabalho muito mais desafiantes e exigentes.

Segundo Ferreti (1997), é necessário tomar conhecimento das situações sociais em que o conceito de competência é utilizado, pois a utilização desenfreada possibilita maior exploração da classe trabalhadora, oculta por discurso falsamente progressista e democrático.

Pesquisas realizadas por autores como Hirata e Leite (1994), sobre o trabalho e a qualificação na atualidade, baseando-se na realidade das indústrias no Japão, constata que a tese da elevação da qualificação da força de trabalho, com o advento das novas tecnologias, ocorre apenas para número reduzido de trabalhadores, a maioria da mão de obra ou está desempregada, ou se tornou desqualificada e pouco valorizada,

Finalmente, cabe refletir que todas essas discussões acerca da globalização e seus efeitos no mundo atual vêm se impondo cada vez mais como desvio a ser enfrentado por profissionais de diversas áreas do conhecimento e pelos trabalhadores no seu cotidiano.

Ainda sobre a globalização e seus efeitos devastadores para o trabalhador (ou para todos os cidadãos), Chesnais (1996, p.139) a considera nova forma de desenvolvimento capitalista, em que os estados nacionais são submetidos à liberalização e à desregulamentação. Segundo este autor:

Os cenários relativos ao futuro de um 'mundo global' que parecem mais prováveis, para os membros desse grupo, são os que chamam de "cada um por si", transição, na hipótese mais otimista, para o cenário da "paz triádica" e, na hipótese pessimista, para o cenário do apartheid global. O cenário de cada um por si já está em ação, e será provavelmente o cenário dominante dos próximos vinte anos. [...] a competitividade e a produtividade são erigidas em dogma absoluto nos países onde o podem ser.

Um dos aspectos da globalização é o processo de mundialização do capital. Ianni adverte que ela engloba o desenvolvimento da cultura em escala mundial, o surgimento de novos padrões e valores sociais, culturais, político e econômicos. A mundialização do capital dá-se a partir do desenvolvimento do capitalismo internacional, mundialização financeira, cultural, social Ianni (1993, p.11-12):

Em boa medida, a mundialização cultural, principalmente no que se refere à cultura de massa, é grandemente realizada e orquestrada pela mídia impressa e eletrônica. Ela se organiza numa indústria cultural, inclusive como setor produtivo altamente lucrativo, de alcance mundial. Chega nos lugares mais distantes, cantos e recantos.

Para Chesnais (1996, p.1), a globalização ("mundialização" para os franceses) não é apenas nova fase do capitalismo, mas fase que traduz novo modo de desenvolvimento capitalista contrastado com modelos de acumulação passados.

A mundialização (os franceses usam o termo 'mundialização' ao invés de 'globalização') é bem mais que uma fase suplementar do processo de internacionalização do capital industrial, desencadeada há mais de um século. Estamos diante de um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial ou, em outros termos, de uma nova modalidade de regime de acumulação. Por trás do termo vago de 'mundialização' encontra-se um novo regime de acumulação, ao qual dou o nome de 'regime mundializado sob égide financeira'. Os traços característicos deste regime podem ser definidos por contraste com o modelo de acumulação 'fordista', que prevaleceu durante os '30 anos gloriosos' (do final dos anos 40 ao fim dos anos 70), e com o modelo imperialista 'clássico' que dominou até a crise de 1929.

Neste percurso teórico encontramos a base para verificar que a concepção de qualificação profissional assumida pelo capital reforça a ideia de um “novo” trabalhador em conformidade com a nova ordem mundial imposta e principalmente em conformidade com as mudanças imprimidas pelo mundo do trabalho. A perspectiva de uma sociabilidade do trabalhador segundo Antunes (1997, p.36-37), Lukács. ao descrever a fase do capital frente às transformações ocorridas enfatiza a necessidade do entendimento de uma nova subjetividade gestada no seio deste processo:

A nova fase do capital, sob a era da "empresa enxuta", da empresa toyotista, [...] retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais fortemente e intensamente a subjetividade existente no mundo do trabalho. Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente.

Mais uma vez pautam-se ideias da instabilidade do sujeito trabalhador, da perda de seus poderes frente ao trabalho e a necessidade de uma redefinição do trabalho/trabalhador frente às tecnologias cada vez mais avançadas e “inteligentes”.

4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHADOR: A NOÇÃO DE SOCIABILIDADE HUMANA

Este capítulo apresenta a subjetividade humana sob múltiplas visões, principalmente no mundo produtivo onde entende-se que há uma subjetivação humana. Atenta-se para a concepção de sociabilidade no trabalho, de Lukacs, buscando apoio teórico para a análise do programa de formação profissional da Fiat Minas e da visão de trabalhador ali discutida.

[...] não podemos obter um conhecimento imediato e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo possível é um conhecimento *post festum* através da aplicação do método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco, e segundo o qual, portanto, o estágio mais primitivo pode ser reconstruído — intelectualmente — a partir do superior, de sua orientação e tendências evolutivas, (LUKÁCS, 2004, p. 57).

4.1 SOCIABILIDADE HUMANA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A partir de todas as considerações sobre as mudanças em curso no mundo e em especial no trabalho, cabe-nos a reflexão acerca da sociabilidade humana no trabalho neste novo cenário. Isto se torna elemento fundamental na discussão e entendimento do objeto desta tese: a qualificação profissional dos trabalhadores. Uma categoria que está posta é a da subjetividade do trabalhador. Assim, pressupomos que, ao vivenciar o cotidiano do trabalho, os sujeitos a ele vinculados, criam formas, práticas e significados para seu fazer, advindas da cultura, experiências, práticas sociais, sexo, aspirações, desejos e não podemos desconsiderar que: “O modo de produção capitalista é também um modo de produção de subjetividade e que ‘tanto capitalistas quanto trabalhador’ estão dominados pela lógica do ‘capital’” (GALLO, 1998).

Gramsci (1989, p.382) também traduz bem esta ideia quando discute a formação do “homem trabalhador” no período do fordismo industrial; ao discutir o “americanismo/fordismo”, Gramsci analisa como o sujeito é forjado pelo mundo do trabalho. Sua ideologia possibilitou o surgimento de novo tipo de homem,

correspondente ao novo tipo de produção. Foi o processo histórico de criação do novo trabalhador para o capital e para o poder dominante da sociedade capitalista.

Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção: até agora esta elaboração acha-se na fase inicial e por isto aparentemente idílica. [...] as iniciativas puritanas só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicológico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador [...]; se for imposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (GRAMSCI, 1984, p. 397).

Da mesma forma, a questão da subjetividade está diretamente relacionada aos estudos sobre o trabalho na sociedade atual, quando observamos, na passagem do fordismo para o pós-fordismo (ou após-fordismo),¹⁹ individuação ocorrida no trabalho humano, entre outras características deste momento. Interessa-nos questionar aqui que homem é este do qual estamos tratando. Torna-se fundamental o entendimento das subjetividades, a partir do entendimento do homem, ou ainda, da noção de sujeito. “Para além de produtos, bens e serviços, o capitalismo produz sujeitos, dentre os quais o sujeito do trabalho” (TEVES, 1995: 18).

Complementando Teves:

A cada etapa da história ocidental correspondem determinadas racionalidades. Em cada uma delas forjam-se subjetividade próprias, que se objetivam como modos singulares de ver, sentir e agir no mundo. Se os órgãos do sentido são naturais, sua ação de captação do mundo é socialmente desenvolvida. O olhar do homem medieval mapeava o seu ‘território’, criava seus referentes cognitivos a partir das condições objetivas daquela época. O que se destacava pela ação do olhar medieval. Evidentemente, esse olhar diferiu no Renascimento, nos primeiros movimentos da modernidade, e hoje aparece como um grande desafio para todos nós. (1995, p.72)

Para alguns autores, por outro lado, a noção do sujeito se solidifica ou se constrói nas relações sociais, no contexto em que ele se encontra (TEVES, 1995, p. 19).

¹⁹ Alguns autores classificam em três os estágios de regulação do capitalismo: o fordismo, o pós-fordismo e o após-fordismo (après-fordisme), corrente francesa, organizada em torno das contribuições críticas de Robert Boyer e Jean-Pierre Durand e seus colaboradores.

É necessário deslocar a noção de sujeito da noção de indivíduo. Subjetividade significa, pois, produção no registro do social, relação direta com a contingência sócio-histórica que afeta o indivíduo. Quer queira quer não, o sujeito está ligado aos fluxos sociais, materiais, e dos signos que o circundam, atravessam-no e constituem-no. O sujeito está no mundo, o mundo está no sujeito.

Ainda sobre este aspecto afirma Eizirik (1995, p. 22): É na prática, na ação concreta que se dá à construção do sujeito “[...] Deleuze nos ensina: ‘o sujeito se define como um movimento, movimento de se desenvolver a si mesmo’.

Portanto, a concepção atual de trabalho entendido como emprego, faz o sujeito se sentir reconhecido socialmente. Para Dejours (1999)²⁰, o reconhecimento cotidiano do trabalho é esperado pelo trabalhador, que dele necessita e espera a partir dele realizar ótimo trabalho; o que torna esta a visão de trabalho construtor de subjetividade. Assim, o sujeito é constituído no e para o social, é ativo, mutante, transformador e transformado.

A totalidade particular dos trabalhadores se mostra influenciada nos processos de trabalho, a subjetividade é exercida nos processos de subjetivação da vida humana cotidiana. Subjetivar o homem no/pelo trabalho e em processos de precarização em toda sua vida socioeconômica e cultural é manobra de poder.

O homem que surge da sociedade disciplinar não terá as mesmas características que teve o homem renascentista, o medieval ou o antigo. A modernidade assistiu, pois a uma nova constituição do sujeito, melhor dito, dos sujeitos sujeitados a práticas sociais que interatuam com elas, e que se reestruturam tão rapidamente como uma nova disposição no campo do saber e nas relações de forças conforme a ordem estabelecida; a disciplina, por definição, regulamenta tudo. A disciplina não deixa escapar nada. Não só ela não permite o *laissez-faire*, mas seu princípio é que as coisas mais ínfimas não devem ser deixadas entregues a si mesmas. A menor infração à disciplina deve ser corrigida com tanto maior cuidado quanto menor ela for. Já o dispositivo de segurança [...] deixa fazer [*laissez-faire*]. Não é que deixa fazer tudo, mas há um nível em que o *laissez-faire* é indispensável. Deixar os preços subirem, deixar a escassez se estabelecer, deixar as pessoas passarem fome, para não deixar que certa coisa se faça, a saber, instalar-se o flagelo geral da escassez alimentar.

²⁰ Christophe Dejours é um dos estudiosos da psicodinâmica do trabalho que busca discutir como os trabalhadores a partir da sua subjetividade buscam formas de manter o equilíbrio e a saúde no seu cotidiano de trabalho, buscando defender-se dos problemas oferecidos por sua realidade.

Discutir a noção de sujeito/subjetividade tem sido objeto de estudo de diversos autores e diversas disciplinas ao longo do tempo, tornando seu estudo desafio, pois constatamos que este conceito é interdisciplinar, diversas têm sido as dificuldades relacionadas ao termo, principalmente no que concerne a sua ligação com o mundo do trabalho; a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia são algumas das disciplinas que se preocupam com esta discussão e com a possibilidade de estabelecer a noção ou o conceito de subjetividade.

De forma geral, podemos afirmar que é conceito que trata do humano em suas várias dimensões, estuda a “formação individual e a atuação social do sujeito no mundo” (CORRÊA, 2001). Mais uma vez parece-nos estar de volta a velha dicotomia objetividade/subjetividade, no seio do capitalismo, dando-se uma à outra condições de refletir sobre o homem no processo de criação, produção de si mesmo e dos bens materiais inerentes ao capitalismo.

Se considerarmos o trabalhador moldado pelo capitalismo, em suas diversas fases, ou mesmo que ele é “subjetivado” na nova ordem mundial, feito “novo” tipo de sujeito, sobretudo definido por sua capacidade de adaptação, resolução de problemas e flexibilidade, atributos considerados essenciais ao mundo da produção reestruturado, estaremos considerando o homem apático, conformado, interagindo sem questionamentos. Realmente, o novo modo de gestão da força de trabalho, derivado das transformações no setor, é bastante eficaz nesta subjetivação.

Por outro lado, não poderemos desconsiderar que ainda há formas de resistência:

Essa nova faceta do sistema empresarial tem levado muitos trabalhadores a uma reação apática e/ou conformista, em função da conjugação de mecanismos sistemáticos de subjetivação com um ambiente onde predominam o medo e a insegurança de perder seus empregos. Entretanto [...] ainda existem pontos de resistência que nos permitem supor que novas formas de resistência e talvez organização possam vir a surgir e a se estruturar. (CORRÊA, 2001, p.10-11):

Etimologicamente o termo subjetividade quer dizer qualidade ou caráter de subjetivo que vem do latim *subjectivu* e significa relativo ao sujeito, existente no sujeito. Descartes, Marx, Foucault, Sartre e Gramsci, todos têm se deparado com a

questão do sujeito utilizando-se em seus estudos de referências que os levaram compreender a sua construção e inserção no mundo.

Outra possibilidade que se coloca para o estudo do trabalho na atualidade é a partir dos estudos de Lukács (1979), principalmente na “Ontologia do ser social”. Este autor discute o trabalho humano e a possibilidade do desenvolvimento de uma sociabilidade humana. “Não há limites ao desenvolvimento humano, a não ser aqueles construídos pelos próprios homens”.

Para Lessa (1994) nos seus estudos sobre a ontologia do ser social, Lukács (1979) lança profunda investigação sobre a natureza humana desenvolve as categorias trabalho, reprodução, alienação e estranhamento e partindo do marxismo discute a possibilidade de emancipação humana, da superação da situação de exploração do homem pelo homem, no trabalho, na sociedade capitalista; na obra de Marx temos a Gênese da discussão do ser humano determinado historicamente e também que o trabalho é pressuposto ontológico da sociabilidade. Para ele, o homem retira sua existência da natureza com o trabalho e, portanto, é o trabalho que torna a existência possível. Neste sentido, o trabalho é categoria fundante do ser social. Se este trabalho é socialmente desenvolvido, para Marx ele desvela o indivíduo. Se o trabalho é alienado, por sua situação de explorado, o homem é subjetivado na produção, ele deixa de existir como subjetividade. Encontra-se aí a relação objeto/sujeito: o homem na objetivação do mundo tem a existência determinada pela divisão do trabalho, pela relação entre propriedade privada/propriedade particular, pelo capital/trabalho. O trabalho deixa de ser realização humana. A diferenciação entre homens e animais demonstrada por Marx, é assim colocada por Lukács:

[...] é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é de modo ideal. (1978, p.04).

Para Lukács (1989:12), é pela práxis, portanto, que o homem se constrói na sociedade. “A totalidade do ser social, nos seus traços ontológicos fundamentais, é construída sobre as posições teleológicas da práxis humana”.

Esta posição de Lukács (1979, p.03) vai ao encontro da ideia de que, para Marx, o material sobrepunha-se à consciência, pois a realidade é móvel e dinâmica:

[...] Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. ... Para uma filosofia evolutiva materialista, ao contrário, o produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sob esta base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões irrealistas – que ela é carente de força.

Para Lukács (1979) “não há nenhum tipo de subjetividade que não seja social nas suas raízes e determinações mais profundas”. Neste sentido, as relações que se estabelecem entre a totalidade social e os atos singulares e que têm na cotidianidade suas expressões imediatas, fazem com que as ações pessoais expressem significado para além da simples decisão individual. Porém, “em circunstâncias normais” permanece campo de manobra em que as decisões pessoais atuam no sentido de responder às necessidades imediatas. Daí a importância de se levar em conta, além das determinações causais, o momento subjetivo, a consciência que possam ter as individualidades sobre os processos de estranhamento a que são submetidas no cotidiano do trabalho ou em sociedade.

Com o predomínio da produção voltado ao valor de troca, vale dizer, ao mercado, o mundo da mercadoria passa a dominar os homens como se fosse ser sobrenatural, separado deles.

Quando isto ocorre, o intercâmbio do homem com a natureza torna-se submisso à lei do mercado, da troca, o que torna esta relação homem/natureza invertida: ao transformar a natureza com a predominância nessa direção, o homem aliena sua própria vida genérica e, conseqüentemente, aliena (estranha) sua própria relação com o outro homem. Ocorre aqui mutilação e desvalorização do ser humano, principalmente em relação ao trabalhador. Para Marx (1983, p.706):

No sistema capitalista... todos os meios para desenvolver a produção se convertem em meios para dominar e explorar o produtor, mutilam o operário reduzindo-o a um homem parcial, degradam-no a uma insignificante peça de máquina; aniquilam, com o tormento do seu trabalho, o conteúdo do próprio trabalho...; deformam as condições nas quais ele trabalha... transformam o

período de sua vida em tempo de trabalho...sob o rolo compressor do capital.

Ao trabalhar a categoria de estranhamento, Lukács (1979) afirma que é: “um fenômeno exclusivamente histórico-social que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento em si, e a partir desse momento assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras”.

Para Roy (1996, p.98) Lukács, ao utilizar a palavra ‘trabalho estranhado’ reporta-se às formas sociais e econômicas que o capitalismo utiliza para extrair do homem, o trabalho excedente – mais valia – e produzir valores de troca. [...] O homem perde assim, sua ‘natureza específica pessoal de ser social’, pois o trabalho estranhado coloca a essência do homem em contraposição à sua existência.

Quando o homem deixa de ser dono do produto de seu trabalho, uma vez que vendeu a força de trabalho, ele está abrindo mão do que lhe é inerente, como ser humano e nisto o capitalismo exerce função com grande capacidade: que é a de criar desejos e transformar as relações dos homens de relações para com outros homens em relações com produtos, que passam a fazer parte dos desejos e aspirações de cada um que nem sempre pode possuí-lo.

De acordo com Mance:

Podemos dizer que cada ser humano articula seus desejos, sonhos, esperanças e projetos sob uma utopia. A utopia de cada um é justamente aquilo que cada qual quer realizar em sua vida particular, um norte da existência pessoal. A utopia pessoal está sempre marcada pelo processo de individualização ou subjetivação e compõem elementos do imaginário pessoal, sob cujos signos encontram-se disposições afetivas modelizadas ou não sob os códigos do capital que sobrecodificam diversas linguagens em uma sociedade capitalista. Toda utopia emerge como uma certa negação da realidade presente efetiva, e se volta para a sua transformação, a fim de realizar os desejos utópicos. Ora, sendo a dimensão utópica uma característica própria a todas as subjetividades humanas, o sistema capitalista se especializa em manipulá-la a fim de realizar seus objetivos intervindo ao âmbito mais íntimo da vida privada. O capitalismo que é responsável pela realidade de pobreza e angústia em que vive a maioria da população, é também o grande provedor de ilusões e fantasias, promovendo a construção de utopias alienadas e alienantes pelos indivíduos sempre insatisfeitos.

Parece-nos que isto vislumbra a possibilidade, ou mesmo a necessidade, de se estudar o humano situado histórica e socialmente. (1994, p.4). Grifo meu.

A relação entre a sociedade e o indivíduo é, além de dinâmica, muito complexa. No processo de construção de nossa individualidade como seres humanos vamos assumindo as linguagens, os signos, a cultura, as normas e regras da sociedade em que vivemos. Somos determinados por ela, em todas as dimensões desta individualidade, porém, por sermos dinâmicos, interagimos com o mundo que nos cerca ora passiva ora ativamente. Na mesma sociedade que somos condicionados podemos ser propositores e/ou agentes de mudanças. A importância das práticas de qualificação profissional fundamentadas numa concepção de educação parece-nos encontrar nestes autores aportes para o desenvolvimento do homem enquanto ser social que no trabalho se desenvolve enquanto ser criador e, portanto, transformador.

Consideramos, portanto, que nenhuma atividade humana é apenas o resultado de experiências individuais, mas resultam de suas experiências sociais, coletivas, principalmente interativas, podendo-se afirmar ou reafirmar que neste aspecto objetividade/subjetividade; indivíduo/sociedade; trabalho e sociabilidade vivenciam dialeticamente esta construção e, assim, o espaço do trabalho, consideravelmente espaço de construção, é privilegiado para a expressão do homem sujeito social. Esta 'noção' de sociabilidade pelo trabalhador definida por Lukács, segundo Ruy Moreira (2004, p.92) define-se assim: "a sociedade humana como um contexto relacional global, integrando as esferas inorgânica, orgânica e social num todo articulado pelo trabalho. O trabalho como sendo fundante do ser social onde o homem não é apenas ser racional, mas ser da práxis, e que esse trabalho se dá na sociabilidade capitalista como trabalho assalariado. Contrapondo-se a isso, a saída da sociabilidade capitalista para a nova sociabilidade plenamente emancipada parece ser somente a educação pela via da qualificação profissional a mediadora dessa sociabilidade emancipada. Na *Ontologia do ser social* LUKÁCS (1997: 9) afirmou que "Não há limites ao desenvolvimento humano, a não ser aqueles construídos pelos próprios homens". Ao definir a atividade humana como inerente ao Ser Homem, Marx (1983, p.150) afirma:

Pressupomos o trabalho humano numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colméia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que

ele constitui o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente.

Marx (1983) coloca a condição subjetiva/objetiva nas relações de produção. A própria condição de produção é a responsável pelo modo de forjar a subjetividade humana.

A relação posta no capitalismo e vista aqui, entre individualidade/generalidade, nos leva a repensar, dada nossa necessidade de estudar a produção de subjetividades na contemporaneidade, qual é o fundamento ontológico desta construção. Como se dará no capitalismo cada vez mais tecnológico, informatizado e midiaticizado a construção da emancipação humana?

Para Antunes, este novo paradigma produtivo tenta afirmar:

[...] uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível estaria isenta da alienação (do estranhamento) do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. É assim que, sob a égide de uma atividade 'criadora' e 'livre', determina-se o trabalho cooperativo em equipe, levando a uma rotatividade de tarefas, a um trabalhador polivalente. (1995, p.17)

Consideradas como determinações ontológico-universais do ser social, as dimensões – o em si e o para si – se articulam pela mediação de diferentes particularidades historicamente produzidas. Dessa forma, as mediações de cada particularização fazem com que um ou outro polo da relação seja, a cada instante, mais ou menos predominante, decisivo para os processos em curso.

O estranhamento discutido por Lukács (1979) demonstra o trabalho como meio de subsistência. Assim podemos entender e é assim que cada dia mais ele é no nosso cotidiano; neste trabalho o produto é estranho ao homem, torna-se distante dele, que não se reconhece em sua obra. Estas características no modelo produtivo atual tendem a se agravar. Porém, como Lukács (1979) chama a atenção para o fato de não existir nenhuma subjetividade que não seja social em suas raízes mais profundas, assim, as relações entre os indivíduos e a totalidade social pautam-se no fato de que as ações individuais encontram eco na necessidade de satisfação de suas necessidades individuais. Daí a importância de se levar em conta, além das determinações causais, o momento subjetivo, a consciência que têm ou não as

individualidades dos processos alienantes a que os sujeitos são submetidos no cotidiano da vida social Chanlat (1996, p.118 - 128).

Se os métodos de gestão Tayloriano e neotayloriano apelam à energia muscular e corporal e o método de gestão tecnoburocrático à razão, o método de gestão fundado na excelência exige um comprometimento total e uma adesão passional. Ele encara o ser humano como uma pessoa consagrada aos desafios e à superação de si mesma. Essa busca poderá efetuar-se no interior dessa organização excelente convertida numa equipe de combatentes.(CHANLAT, 1996, p.121.)

A busca da totalidade humana no e pelo trabalho, se por um lado torna-se cada vez mais complexa pelas situações historicamente determinadas, por outro é o eixo central que move o homem. No embate das forças as possibilidades de emancipação podem se dar pelo indivíduo, pelo próprio trabalho, pela transformação/superação deste trabalho estranhado, devendo para isto ocorrer transformação/superação das relações sociais de produção, dadas.

Se não entendemos assim, caímos no risco do determinismo, que leva a crer no fim das liberdades, das individualidades, da cidadania, da democracia; enfim, no fim do ser humano. Para Marx:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (1983, p.942).

Através do desenvolvimento científico e tecnológico no trabalho pressupõe-se que o indivíduo alcançará a sua liberdade do domínio de exploração e alienação efetivados no capitalismo, apesar desta realidade não se concretizar ela deve ser o horizonte a ser perseguido. Se não entendemos assim, caímos no risco do determinismo, que leva a crer no fim das liberdades, das individualidades, da cidadania, da democracia; enfim, no fim do projeto emancipatório humano.

5 A FIAT MINAS – FIASA – FIAT AUTOMÓVEIS S.A, NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA

Este capítulo apresenta aspectos relacionados à origem e evolução da indústria automobilística no Brasil, buscando analisar as proporções que esta assume no perfil industrial. Descreve a Fiat Automóveis, as empresas que compõem o grupo Fiat, principalmente no setor de formação profissional. Analisa por fim a noção de sujeito presente nos discursos dos programas de formação profissional da empresa.

Nós devemos capacitar o Grupo Fiat para operar no mercado mundial a partir de posição de força, impulsionado por sua capacidade de criar valor, sua determinação em alcançar a excelência no mercado e a satisfação do cliente, e por sua disposição em acelerar o processo de envolvimento e de aprimoramento profissional de seus empregados. A Fiat que queremos liderar no segundo século de sua história é uma Fiat profundamente renovada, dinâmica, flexível e pronta para aproveitar todas as possibilidades de crescimento [...] (FRESCO E CANTARELLA, 2001, p. 25)

5.1 A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

A indústria automobilística é considerada peça fundamental para o desenvolvimento da economia nas sociedades capitalistas. Ela é responsável pela garantia de mercado em expansão, sendo um dos setores produtivos no qual observa maiores inovações, tanto na gestão quanto no processo de trabalho. Segundo Castro (1994), esta indústria é responsável por 10% do PIB do Brasil, sendo grande geradora de empregos. O primeiro carro motorizado chegou em 1891 ao Brasil.²¹

Castro (1994: 116), analisando a indústria brasileira em reestruturação produtiva e das inovações tecnológicas, acredita que a indústria automobilística é fundamental no Brasil:

²¹ De acordo com dados da ANFAVEA, foi em novembro de 1891, que entrou no Brasil um carro Peugeot. O seu proprietário era Alberto Santos Dumont.

[...] indicadores conjunturais insistentemente veiculados ao longo de 1993 [...] davam conta do crescimento da produção, da produtividade e da capacidade de integração competitiva em alguns setores, como a automobilística que se constituem em carros chefes da indústria no Brasil.

A Ford foi a primeira a montar escritório e linha de montagem na cidade de São Paulo, seguida pela General Motors do Brasil. Contudo, foi o presidente Juscelino Kubitschek, com a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), pelo decreto nº 39.412 de 1956, quem impulsionou a produção de automóveis no Brasil. Segundo Bronzo:

Esse grupo buscou atrair investimentos estrangeiros diretos e oferecer incentivos à produção local de veículos automotores. Por outro lado, impôs fortes restrições aos processos de importação de automóveis e de componentes. O planejado foi 'queimar etapas' no processo de desenvolvimento da indústria no País, sem a fase da produção artesanal (craft production), fundamentado ao surgimento da produção em massa na indústria automobilística nos países do norte. (2001, p.40)

Em 28 de setembro de 1956 foi inaugurada em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, a primeira fábrica de caminhões, com motor nacional, da Mercedes-Benz. É necessário destacar que a indústria automobilística influencia também outros setores da economia. É também nesta indústria que se verificam facilmente as passagens dos modos de produção da base artesanal de produção à produção flexível e a incorporação das inovações tecnológicas atuais.

Do taylorismo/fordismo ao toyotismo, da utilização da gerência científica aos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), a dinamicidade desta indústria é reconhecida mundialmente (conforme destacado no capítulo sobre o trabalho). Fator que poderia alarmar, mas que está sendo bem absorvido são os efeitos da globalização, financeira e principalmente comercial. Com o acirramento das disputas por mercados cada vez mais competitivos, o setor automobilístico tem sido obrigado a se reestruturar, sendo realizadas fusões em grandes montadoras.

As modificações no modelo de produção da indústria automobilística devem ser pensadas no contexto das transformações ocorridas na economia capitalista mundial após a crise dos anos 1970. Assim, as mudanças na linha de produção e no processo de desverticalização das atividades produtivas da indústria automotiva fizeram parte das

alterações mais gerais ocorridas na indústria manufatureira mundial. A constituição de um novo padrão de acumulação de capital *pos-fordista* resultou na reestruturação produtiva e nas modificações das formas de concorrência e de localização industrial. O surgimento de um novo paradigma tecnológico, sustentado pela microeletrônica e pela tecnologia da informação e comunicação, permitiu que as atividades de produção ganhassem características de flexibilidade. (CAMARGO, 2006, p.79)

Estudiosos do setor automotivo, porém, alertam para o fato de que certas resistências são encontradas por parte dos empresários, principalmente em relação às inovações na gestão do trabalho que prometem maior participação por parte dos trabalhadores. Por exemplo, Carvalho e Schimitz (1990) mencionam que nos anos 90 do século XX, ainda há fortalecimento do fordismo. Coutinho e Ferraz (1995, p.3-4), destacam o fato de que, ainda neste período, boa parte da indústria brasileira ainda opera com maquinário e instalações consideradas tecnologicamente defasadas. Dados de pesquisa realizada pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – (USP), em novembro de 2001, indicam que, na década de 1990 e início do ano 2000, esta indústria sofre um processo acelerado de mudanças, sendo estes os principais aspectos:

[...] a indústria automobilística está passando por importantes transformações, que vão muito além do prescrito nos escritos originais sobre produção enxuta (*lean production*). Tomando como referência as montadoras e as grandes empresas de autopeças, podemos considerar, grosso modo, uma certa periodicidade nas transformações operadas recentemente: Reestruturação interna da produção. Nos anos 80/90, essa indústria procurou adequar-se ao padrão de eficiência de operações estabelecido pelas empresas japonesas do setor, sendo a Toyota o ícone e o modelo de referência. Just - in -time, trabalho em equipes, poka yoke, círculos de controle de qualidade (CCQ), qualidade total (TQC/TQM) simbolizaram, ao lado da automação microeletrônica, a busca desse padrão. De uma forma ou de outra, tudo indica que as grandes empresas reestruturaram seu aparelho produtivo interno de forma rápida e intensa: a redução absoluta e relativa do emprego no setor é um indicador disso, e há inúmeros estudos de caso sobre novas relações de fornecimento. Os anos 90 e o seu contexto de liberalização do comércio, dos fluxos de capital, da consolidação ou criação de blocos de comércio (CEE, NAFTA, ASEAN e mesmo Mercosul), a promessa de crescimento da demanda em países 'emergentes' (entre os quais Brasil, Argentina e México, mas também ícones mais significativos de mercados até então pouco acessíveis e potencialmente decisivos, como China, Rússia, Índia), que contrabalançaria a estagnação e o baixo crescimento de mercados como o europeu, levaram as grandes empresas do setor a um processo intenso e concentrado de internacionalização. O Brasil foi

um dos países que mais recebeu unidades industriais de montadoras, seja de novas entrantes como Renault, Mercedes-Benz automóveis, Chrysler, PSA-Peugeot/Citroën, unidades pequenas da Honda, Toyota e Mitsubishi, seja de novas fábricas da VW, VW Caminhões (agora VW Veículos Comerciais), Ford, GM (além da remodelação de unidades já existentes das empresas já aqui localizadas). Tal processo encontrou no Brasil um campo fértil para experimentações de arranjos organizacionais que atribuem a determinado tipo de empresa de autopeças um novo papel, qual seja, o de capitanear a chamada 'modularidade'. Esse 'novo' ator, conhecido como 'sistemista' (ou 'modulista', 'moduleiro', conforme a gíria local), é protagonista de primeira linha nos arranjos conhecidos como 'consórcio modular' ou 'condomínio industrial'. Atividades de projeto de produto. Como a definição do produto é decisiva no sucesso do negócio automotivo, envolvendo consideráveis quantias (da ordem de grandeza de bilhão de dólares) e prazos relativamente longos (da ordem de grandeza de 2 – 4 anos, ou mais), a atividade de projeto recebeu especial atenção, ganhando mesmo prioridade frente a outras atividades de escritório. Compartilhar custos de desenvolvimento de produtos via sua produção em diversos países passa a ser o objetivo perseguido pela estratégia de 'carro mundial', que deu lugar à de plataforma mundial, visando possibilitar adequações e adaptações para mercados com diferentes características" (PRONKO. 2001 p. 4-5).

Vários autores vêm se preocupando com estudos em relação à indústria automobilística, e seus estudos contribuem para o entendimento da dinâmica deste setor. Entre eles destacam-se: Salerno (2002), Marx (1983), Neto, 1989.

A indústria automobilística no Brasil passou por momentos diferenciados, nos anos de 1970 e de 1980 do século XX. No primeiro período houve crescimento significativo de produção e vendas e no segundo há queda destas, principalmente nas vendas internas, provocando crise do setor. No entanto, nos anos de 1990 daquele século, o mercado deu sinais de recuperação. Com o Mercosul, o Brasil passou a integrar-se principalmente com a Argentina, mas o que impulsionou de fato o fim da crise foi a produção de automóveis populares, sendo a Fiat a grande responsável por este processo, segundo Bronzo:

O impulso na demanda por carros populares reativou o mercado brasileiro. A Fiat foi a primeira montadora brasileira a lançar o carro popular no País o que lhe conferiu e até hoje confere uma competência reconhecida pelo mercado nesse segmento de veículos. (2001, p.144)

Este crescimento e desenvolvimento do mercado automobilístico brasileiro, segundo Regueira (1999), foi a competitividade em relação à Argentina o que levou

o Brasil a criar programa de incentivos para a indústria automobilística; o grande medo era o da invasão de veículos Argentinos. Para esta autora, grande característica da indústria automobilística brasileira é a fabricação de carros populares, como o Fiesta, o Ka, o Palio e Uno, enquanto na Argentina, por exemplo são fabricados carros de valores e modelos mais avançados como o Pólo, o Silverado e o Escort.

5.2 FIAT AUTOMÓVEIS: A FÁBRICA

A FIATSA – Fiat Automóveis S.A. é empresa do Grupo Fiat, grupo internacional que tem a FIAT/Minas instalada no estado de Minas Gerais – Brasil, mas surgida na Itália, sob o nome de fabbrica Italiana Automobili Torino (Fábrica Italiana Automobilística de Turim) no ano de 1899, na cidade italiana de Turim, na iniciativa empreendedora de Giovanni Agnelli e outros investidores motivados pelo impulso industrial deste país do final do século XIX. Inicialmente dedicou-se a fabricação de automóveis para a elite (principalmente automóveis de passeio), mas, com sua expansão, popularizou a produção, destacando-se entre outras iniciativas, pela fabricação de carros esportivos atingindo a preferência de grandes corredores.²²

A partir daí, passa a atuar em áreas afins, fabricando de carros a aviões, de barcos a trens e tratores ou outras máquinas agrícolas. De acordo com Bellini (2007, p.109)

Nascida originalmente como uma fábrica de carros, a Fiat logo expandiu suas atividades com a produção de veículos comerciais, barcos, aviões, trens, tratores e máquinas agrícolas. Essa diversificação produtiva rapidamente levou à expansão internacional da empresa. Já em 1930, mais de 60% de sua receita vinha de operações no exterior. Desde 1950, a Fiat tem presença comercial em mais de 15 países da Europa. O Fiat Group é o maior conglomerado industrial da Itália e está entre os fundadores da indústria automobilística europeia. Desde suas origens, seu desenvolvimento foi assinalado por uma marcante projeção internacional e uma forte propensão para a inovação. Focalizado no setor automotivo, o Grupo projeta e produz automóveis, caminhões, tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas, motores, transmissões, peças fundidas, autopeças e sistemas de automação industrial, entre outros. A Fiat desenvolve suas atividades industriais e de serviços por meio de sociedades localizadas em 50 países e mantém relações

²² Dados obtidos no site oficial da FIAT Brasil. Disponível em: <http://www.fiat.com.br/mundo>. Acesso em: setembro de 2012.

comerciais com clientes em mais de 190 países. Os números do Fiat Group no mundo:

- 178 fábricas
- 114 centros de Pesquisa&Desenvolvimento
- 180 mil empregados
- 2,3 milhões de automóveis e veículos comerciais vendidos

A Fiat é o maior grupo industrial privado da Itália e dos maiores grupos industriais do mundo. É formada por cerca de 803 companhias, que operam industrialmente em 61 países, desde sua inauguração até a atualidade:

[...] a presença nos mercados de todo o mundo, que qualifica a política do Grupo Fiat é o resultado de uma evolução empresarial que sempre olhou o mercado internacional como um desafio a ser superado e vencido. Hoje a Fiat busca o crescimento investindo em sete países, considerados prioritários para a empresa: Brasil, Argentina, Polônia, Turquia, Índia, China e Rússia. (Grupo Fiat on line, 2001, p.4).

Após o final da primeira década do século XX, a empresa começa a se expandir para fora da Itália e a internacionalizar seu capital e produção. Dos Estados Unidos da América até a Europa, na Ásia e demais países, o grupo passa a ser complexo industrial automotivo. Esta expansão traz a necessidade de implementação da produção, o que faz com que utilizem os princípios da administração científica, utilizando a Linha de Montagem Fordista e os Princípios Tayloristas da Administração.

Em 1899, o Brasil é um país pautado no modelo agrícola monocultor, com população de apenas 17 milhões de habitantes, quando a Fiat nasce na Itália. Com a imigração italiana, os primeiros produtos da marca Fiat encontram espaço neste cenário. A primeira concessionária Fiat, no entanto, somente foi inaugurada em São Paulo, na década de 30, pela família Matarazzo. A Fiat Automóveis S.A. foi fundada em 1973 e em 1976 inaugura a sua montadora em Betim/MG, entrando assim competitivamente no mercado brasileiro. Deste período em diante a empresa tende a se expandir entre outras coisas no aumento de número de funcionários e de lucro.

Instalada em Betim (MG), desde 1976, a Fiat Automóveis opera atualmente em três turnos, com capacidade produtiva para até 800.000 veículos por ano. A fábrica Fiat em Betim é a maior instalação da empresa fora de seu país natal, a

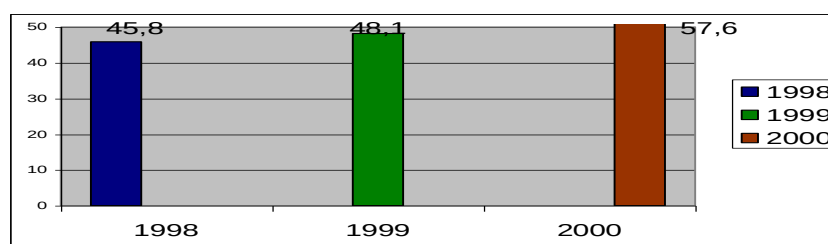
Itália. A Fiat implementa processo de mudanças organizacionais, principalmente a partir da década de 1980 e durante a década de 1990, com o uso de novas tecnologias na produção e de novas técnicas organizacionais e gestoras. No processo de produção a introdução da automação a partir da base microeletrônica, veio garantir aumento de produtividade e competitividade nos mercados tanto interno quanto externos, dentre as inovações mais significativas, a adoção da certificação de competências, do *Just- In-Time*(JIT), do trabalho em equipe e programa de terceirização são utilizados.

A fábrica racionalizada e a estrutura reticular são também características da Fiat automóveis. Bronzo (2001, p.104):

A arquitetura reticular exemplifica um traço fundamental do comportamento corporativo recente: ao mobilizar capacidades e recursos para operar em um ambiente concorrencial profundamente redesenhado, as empresas estariam buscando paralelamente ativar e manter canais de relacionamento mais eficazes com outras empresas do campo organizacional [...] determinando o grau de confiança que funda os relacionamentos entre as empresas [...].

Segundo dados do ano 2000, a Receita Líquida mundial (em euros) do Grupo, foi a seguinte:

Gráfico 2 – Receita Líquida Mundial



Fonte: Dados obtidos na Revista Expresso do Grupo Fiat no Brasil, edição de ouro, 1999.

O Grupo Fiat tem sido dos maiores exportadores de produtos manufaturados do país, tendo vendido em 2000, US\$857 milhões. Dados recentes informam ainda que dentre as 20 empresas com maior crescimento de receita líquida no estado de Minas Gerais em 2000, a Fiat foi a primeira colocada, com crescimento de 12% (de R\$ 64.409049,00 em 2001 e R\$ 55.739.073,00 em 2000 ficando à frente da Usiminas, Acesita, e Belgo Mineira.²³

²³ Dados obtidos no Informe Especial do Jornal Estado de Minas, Dia da Indústria de 24/05/2002.

As atividades do Grupo Fiat no Brasil são diversificadas. Suas atuações em diversas regiões estão assim distribuídas:

- Sedes em Minas Gerais, São Paulo e Paraná;
- Escritórios Regionais na Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo;
- Fábricas em Minas Gerais, Paraná e São Paulo;
- Fundação Cultural em Minas Gerais.

Fazem parte do grupo Fiat no Brasil as seguintes empresas: a) no setor automotivo, a Fiat Automóveis, New Holland, Fiat Allis, Case, Magneti Marelli, Teksid, Iveco, Iveco Fiat e Comau. b) nos setores de serviços diversificados estão a Fiat Finanças, Banco Fiat, CNH Capital, Phenix Seguradora, Fides e Fiat Engineering; c) no setor das finanças, o grupo atua com o Banco, serviços de seguros e corretagem, financiamentos, entre outros. Esta estrutura passa a ter esta divisão a partir de 1998, quando o grupo que antes tinha cada empresa com sua própria equipe passa a centralizar atividades comuns a todas elas. O que caracteriza as empresas redes, segundo Chesnais (1997) é o controle sobre a operação de várias empresas realizado por grande empresa, pela utilização de novas tecnologias (teleinformática), sem, contudo absorvê-las. Na Fiat, todas as empresas da rede são do próprio Grupo Fiat. Bronzo (2001: 91) analisa as vantagens das empresas reticulares:

Com o objetivo de economizar nos processos de aprendizagem e de inovação, as redes podem definir vantagens tanto sobre os custos de contratação com os mercados, quanto sobre os custos de coordenação dos mesmos, através da hierarquia e da verticalização.

Este autor levanta ainda a questão de que as inovações na Fiat foram muitas e bastante expressivas, de acordo com Bronzo:

No que se refere a inovações tecnológicas e organizacionais implementadas pela Fiat nos últimos anos, bem como aos benefícios alcançados pela empresa na implementação de tais inovações sobressaem algumas dimensões competitivas fundamentais, dentre elas: novas certificações e metodologias para a qualidade (QS 9000); uso intensivo dos laboratórios de

protótipos; implementação de trabalho em grupos/equipes; programas de terceirização; redução progressiva do número de fornecedores e impulsão do JIT interno e externo. (2001, p.92):

Estas inovações compõem preocupação dos dirigentes da Fiat em suplantando o modelo taylorista/fordista com o projeto da fábrica racionalizada.

Para Neves:

Segundo o curso sobre as LÓGICAS DA FÁBRICA RACIONALIZADA DA FIAT AUTOMÓVEIS, as características que serão buscadas com o novo sistema são as seguintes: interfuncionalidade; trabalho em grupo e em paralelo; comunicações horizontais; liderança baseada mais na autoridade profissional que sobre o controle hierárquico; delegação decisória. (1996, p.3)

Na parte cultural está alocada a Fundação Torino. Atendendo em média a 1500 estudantes, vem desenvolvendo suas ações na educação, esporte e cultura. E no setor de formação temos a ISVOR Fiat do Brasil, responsável pela formação e treinamentos da Fiat.

A Fiat Automóveis foi criada em Betim em 1976, indo muito além de simplesmente fabricar automóveis, como já vimos, sua atuação se dá em diversos setores; politicamente, os anos 70 do século XX é marco sociopolítico e econômico no Brasil em termos de expansão industrial e Minas Gerais se insere neste quadro expandindo a industrialização, sendo a Fiat empresa importante desse momento.

As divisões entre as empresas são as seguintes:

CNH – Responsável pela produção de tratores e máquinas agrícolas (Piracicaba, SP, Curitiba, PR e Contagem, MG).

O ano 2000 viu o surgimento oficial, no Brasil, da CNH, a empresa resultante da compra da Case Corp., dos Estados Unidos, pela New Holland, a empresa do Grupo Fiat voltada para a produção de tratores e colheitadeiras. A fusão das atividades destas duas empresas no Brasil foi aprovada em setembro sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), decisão que permitiu o imediato início de ações para a otimização dos recursos materiais e humanos das duas empresas, em sintonia com o que já vinha ocorrendo nos demais países. Para aumentar a eficiência de suas operações e integrar suas fábricas com enfoque na estratégia de plataformas globais, a CNH decidiu concentrar suas atividades no Brasil em três pólos produtores: Piracicaba (SP), Curitiba (PR) e Contagem (MG). Com isso, a produção de máquinas de construção da Case de Sorocaba (SP) foi transferida para a unidade de Contagem. (Mundo Fiat On Line, 2002: 1).

IVECO – Responsável pela produção de veículos comerciais (caminhões) (1979/Sete Lagoas/MG).

O sucesso da Iveco no Brasil, que já havia despertado a atenção do mercado em 1999, foi ampliado em 2000, ano em que a empresa vendeu 4.031 veículos, 29,9% acima dos volumes registrados no ano anterior. O caminhão leve Daily seguiu puxando o bom desempenho da montadora: 2.818 unidades em 2000, quantidade 28% superior à de 1999 e com a qual o modelo respondeu por uma fatia de 30% de seu segmento no mercado brasileiro. A Iveco também comercializa no Brasil os caminhões médios da linha Eurocargo e os caminhões pesados Eurotech. No total, as vendas da empresa já representaram, em 2000, cerca de 6% do mercado geral de caminhões do Brasil. (Mundo Fiat On Line, 2002, p.1).

Magneti Marelli – Produz componentes automotivos (Atua em 6 cidades brasileiras).

No setor de componentes automotivos, a Magneti Marelli transformou-se em uma das maiores empresas européias do setor, sendo, por exemplo, padrão de excelência no projeto, desenvolvimento e produção de sistemas eletrônicos de controle do motor. (Mundo Fiat On Line, 2002, p. 4).

Teksid – Produz produtos metalúrgicos (Sede em Betim) Atende a praticamente todo o setor automotivo do Brasil: “[...] já a Teksid, que produz peças fundidas em ferro, alumínio e magnésio, transformou-se na maior do mundo em seu setor em capacidade produtiva”. (Mundo Fiat On Line, 2002, p. 4).

Comau do Brasil – Desenvolve serviços automatizados de produção e engenharia de manutenção – Por meio da Comau Systems, passou a fornecer sistemas de produção e a Comau Service – Responsável por manutenção industrial e que também atende a quase todo o setor automobilístico do país.

A Comau está presente no Brasil desde 1995, quando entrou no mercado brasileiro com a prestação de serviços especializados em Engenharia de Produtos. Em seguida passou a atuar como fornecedor de sistemas automatizados de produção para a indústria automobilística, nas áreas de carroçaria, sistemas de movimentação e robótica. Em 1998, numa iniciativa pioneira em termos mundiais, a Comau passou a oferecer no Brasil serviços de manutenção industrial, por meio de uma nova empresa, a Comau Service.

No ano 2000, a Comau Service foi absorvida pela Comau do Brasil que, por sua vez, criou duas divisões, a Comau Systems (para o fornecimento de sistemas de

produção) e a Comau Service. Juntas, as divisões Systems e Service fazem da Comau do Brasil uma empresa apta a oferecer ao cliente pacote completo e exclusivo de soluções para os processos de fabricação da indústria automobilística. (Mundo Fiat On Line, 2002: 4). Pode-se perceber que as atividades da Fiat, diferentemente do que a maioria pensa, vão muito além da fabricação e distribuição de automóveis, elas passam também por setores financeiros e culturais, atividades que dão sustentação ao grupo como todo.

A participação das empresas do Grupo Fiat no faturamento em € (Euros), é a seguinte.²⁴

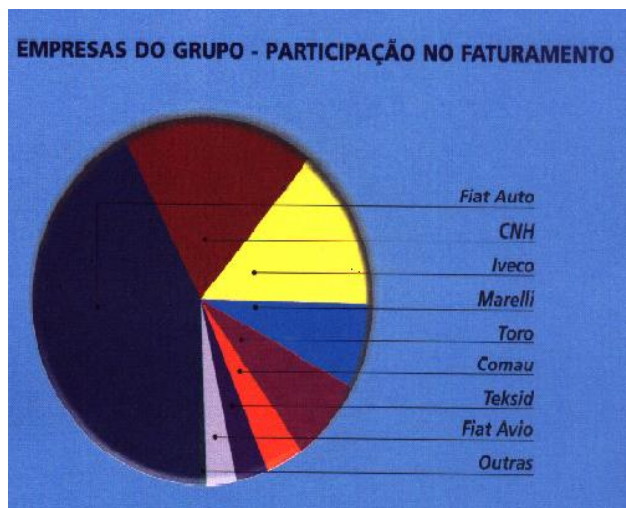
Tabela 2 – Resultados mundiais.

Crescimento em todas as empresas do grupo			
	Faturamento	Faturamento	Crescimento %
	2000	1999	1999/2000
TOTAL GRUPO FIAT MUNDIAL	57.555	48.123	+19,6
FIAT AUTO	25.361	24.101	+5,2
CNH	10.770	5.246	+105,3
IVECO	8.661	7.387	+16,6
MAGNETI MARELLI	4.451	4.062	+9,6
TORO	4.363	3.922	+11,2
COMAU	2.440	1.693	+44,1
TEKSID	1.873	1.682	+11,4
FIAT AVIO	1.491	1.361	+9,6
Valores em milhões de euros (€1.000.000)			

Fonte: Dados obtidos no Informe Especial do Jornal Estado de Minas, Dia da Indústria de 24/05/2002.

A seguir temos o gráfico 3 – Empresas do Grupo Fiat – participação no faturamento. Por número de funcionários as maiores empresas do grupo são: A Fiat automóveis – 11.500, a Teksid 3.500, a Comau Service 2.250, Fiat Allis 1.170 e Magneti Marelli 1.163:

²⁴ Ibidem.



Fonte: Dados obtidos na Revista Expresso do Grupo Fiat no Brasil, edição de ouro, 1999.

A partir daí, sendo reconhecida como grande e respeitada empresa, a Fiat atua, partindo de princípios científicos rígidos de gestão, trabalhando inclusive com alguns valores que são elaborados e devem ser seguidos por seus trabalhadores.

Oportunidades iguais O Grupo se propõe a oferecer as mesmas oportunidades no trabalho e promoção profissional a todos os empregados. Os responsáveis de todos os departamentos devem garantir que em todas as fases da relação de trabalho, como a admissão, a formação, a retribuição, as promoções, as transferências e a cessação da relação, os empregados sejam tratados de acordo com suas capacidades de atender às necessidades da função evitando qualquer forma de discriminação principalmente discriminação de raça, sexo, idade, nacionalidade, religião e convicções pessoais. Além disto O Grupo reconhece que a motivação e o profissionalismo de seu pessoal são fatores essenciais para manter a competitividade, a criação de valor para os acionistas e a satisfação do cliente. Os princípios indicados a seguir confirmam a importância do respeito ao indivíduo, de acordo com as leis nacionais e as Convenções fundamentais do O.I.L., garantem igualdade de tratamento e excluem qualquer tipo de discriminação. (GROUP FIAT, 2012.p,6-7)

É necessário salientar que estes valores traduzem bem a concepção de empresa moderna, reestruturada, globalizada. Os trabalhadores devem respeitar normas, regras, valores e cumprir sua missão, “vestindo a camisa da empresa”. Muitas são as iniciativas da Fiat para desenvolver o aspecto humano em suas empresas, de acordo com o discurso da própria empresa. Alguns programas visam incentivar a integração trabalho/capital ou trabalhador/indústria, por exemplo: a) o Dia da Noiva – iniciativa que visa premiar as noivas funcionárias da empresa que se casam, cedendo a elas no dia de seu casamento, carro da empresa, com motorista,

para levá-las ao casamento. b) O programa Portas Abertas é outra iniciativa, coordenada pela atual assistente social da Fiat, Telma Machado, visa integrar as famílias dos trabalhadores da empresa e consiste na realização de reuniões para discussão de temas atuais. C) Na área da educação, iniciativas como prêmios e concursos também são realizadas visando estimular e integrar os alunos.

O discurso, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores da Fiat precisa ser analisado; o discurso dos empresários é uma amostra de sucesso, desenvolvimento, dinamismo e expansionismo do grupo em todos os seus setores e empresas. As inovações são consideradas responsáveis por toda esta história de sucesso, porém como qualquer outra empresa capitalista, é necessário olhar o outro lado do discurso. O caso do desemprego causado pelas inovações, independente de todo o desenvolvimento e aumento de vendas e lucros, é um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores.

Segundo Tauile

A verdade é que há uma dimensão tecnológica/organizacional que transcende a dimensão macroeconômica. A utilização, cada vez mais freqüente e mais intensa, de novas tecnologias de automação flexível e de novas formas de organização social da produção, faz com que a indústria, em qualquer lugar do mundo, gere relativamente poucos empregos para um dado volume de produção (ou por unidade de produto). Resulta que a atividade industrial não é mais capaz de gerar postos de trabalhos suficientes para resolver o problema do (des)emprego em economias minimamente desenvolvidas. É o caso das montadoras automobilísticas. De maneira objetiva, o novo cenário da indústria automobilística no Brasil – que, além dos novos entraves, inclui a inserção no Mercosul – implica, inequivocamente, um aumento de pressão competitiva sobre as empresas, especialmente sobre aquelas instaladas antes. A redução do volume de emprego, ou dos custos do trabalho (ainda que estes não sejam tão elevados, é importante frisar), passa a ter relevância significativa nas estratégias de sobrevivência em ambiente de acirrada concorrência, especialmente quando se levam em conta os crescentes índices de subcontratação praticados. (1999, p.1):

Outro problema apontado, além do desemprego, diz respeito ao próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que não consegue responder às necessidades sociais. É ainda Tauile (1999, p.3) quem aponta isso de forma bastante clara:

Por exemplo, a especialização, típica da divisão do trabalho taylorista e fordista, estava sendo substituída pela polivalência e pela

multifuncionalidade, típicos do toyotismo e da produção enxuta. Aqui, como lá, o problema está posto: reinventar o quadro de relações trabalhistas no limiar de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. Aqui, entretanto, nossos problemas são agravados. Agravados por uma crise endêmica de nosso capitalismo, que não consegue ser sequer moderno, mas sim selvagem; que não consegue livrar-se de uma posição periférica e submissa em relação aos desvarios do capitalismo financeiro internacional.

A reestruturação percebida acima e as mudanças que ela traz, têm levado gradativamente ao desmonte dos sindicatos, dificultando a resistência ou as negociações entre trabalhadores e patrões. Com a política de disseminar missões, como: vestindo a camisa da empresa, entre outros aspectos da nova gestão, o desemprego e a redução dos trabalhadores tem sido fato constante. Neto, ao estudar as relações de trabalho em diversos setores industriais, aponta para o fato de que na Fiat, a postura adotada é totalmente anti-sindical.

Segundo Neto (2001, p.130): “A Fiat não participou das negociações da câmara setorial Automotiva como o fizeram as montadoras do ABC. A taxa de sindicalização na Fiat (cerca de 10%) é de 7 a 8 vezes menor que no ABC [...]”.

Entre os aspectos nos quais estas questões interferem diretamente está o da formação do profissional; as empresas têm se preocupado com a formação básica além da qualificação profissional. Cada setor tem elaborado políticas diferentes para a qualificação ou requalificação dos trabalhadores, nas próprias fábricas ou em convênio com escolas profissionalizantes. Em alguns casos até mesmo o Telecurso é utilizado e esta formação básica é realizada por cursos à distância”

Para Carvalho, 1998, p.102),

Ao privilegiar o mundo do trabalho, o Telecurso 2000 reflete as preocupações dos capitalistas com as novas formas de organização, gestão do trabalho e da produção e com as demandas que estariam sendo exigidas pelo atual estágio do capitalismo. Se este estaria a demandar trabalhadores mais escolarizados, com novas habilidades e portadores de novas competências,²⁵ esta é a razão para os capitalistas se preocuparem com a educação no momento e não a cidadania e a qualidade de vida.

É discutível, porém, os reais interesses na promoção desta formação. Na realidade, elas não vêm atender apenas à demanda dos trabalhadores ou da sociedade, mas muito mais às demandas do capital, do setor produtivo. Sem dúvida,

²⁵ No Capítulo sobre a qualificação profissional, discutimos estes aspectos detalhadamente.

a supremacia do setor produtivo direciona uma vez mais os caminhos dos trabalhadores. Formação imediatista, treinadora, cujos resultados reverterão todos a favor da empresa.

Para Aranha (2000, p.166), estas iniciativas fazem parte também do sistema de formação profissional desenvolvido pela Fiat e demonstram como, nos entrelaçamentos e nas contradições entre o discurso e a prática, os detentores do poder e aqueles que determinam os rumos não só da fábrica, mas também conseguem a criação nela de uma “segunda natureza humana” de seus trabalhadores e familiares: “[...] a construção da fábrica racionalizada e a padronização mundial de um perfil de trabalhador e de funcionário. E veremos como se fazem presentes, de forma espantosa, [...] a racionalidade, a busca da criação de uma segunda natureza humana”.²⁶

Ainda sobre o tratamento dado à questão do humano, a autora enfatiza Aranha (2000, p.254):

Portanto, longe de absorver as reflexões e avanços pedagógicos já feitas no campo educacional sobre a educação de adultos, em especial de adultos trabalhadores, A Andragogia,²⁷ trabalhada pela Fiat, compõe-se mais de um conjunto de definições e metodologias, com forte influência dos esquemas organizativos atuais e marcado pelo imediatismo no que deve ser trabalho, com uma visão restrita do processo educacional e da educação como um todo. Contribui assim, para a construção da “segunda natureza humana” dos trabalhadores da Fiat, de um sujeito funcional adequado a uma empresa racionalizada que supere índices de produtividade etc.

Estas iniciativas são, por si, resposta ao modelo de gestão reestruturada, em que se busca a participação, o envolvimento e o consentimento dos trabalhadores por métodos como os descritos acima e que, para nós, parecem ser coercitivos. As relações de poder aí estabelecidas são passadas de forma dissimulada e levam os trabalhadores a se sujeitar ao que lhes é proposto. Os CCQ fazem parte destes métodos de gestão e foram também objeto de preocupação da Fiat em suas inovações gerenciais.

²⁶ Para ARANHA, 2002, a segunda natureza humana se dá através do trinômio “competência técnica/consentimento construído/controlado disciplinar permanente”, processo reforça e estimula a reforma intelectual e moral dos trabalhadores.

²⁷ Segundo a autora, o termo andragogia é utilizado em contraposição à pedagogia, superando as suas limitações.

Para os sindicatos há perda da identidade do trabalhador. Em estudo recente constata-se que isto vem gradativamente ocorrendo. No sentido da identidade de classe a crise sindical gera perdas extensas e significativa.

Segundo RAMALHO (2000, p.1) a crise do sindicalismo precisa ser analisada de forma mais ampla e com outras referências:

No que se refere ao sindicato, a análise estará centrada na idéia de que a instituição está em "crise". Esta idéia está presente nas análises recentes, principalmente na Europa e nos EUA, sendo divergentes as interpretações quanto aos efeitos da referida "crise" - para alguns a realidade atual sinaliza um declínio inexorável da instituição sindical; para outros, a "crise" não é do sindicato, mas de um modelo de sindicato superado pela "reestruturação produtiva". Embora boa parte dessa literatura trate da realidade de países mais industrializados, as circunstâncias atuais da globalização permitem-nos dialogar com suas propostas teóricas e explicativas para analisar a realidade de um país periférico, mas integrado ao sistema mundial, como o Brasil.

Castro (1992, p.119), cita diversos estudos sobre os impactos das inovações nas gestões na relação capital/trabalho, em diversos setores industriais e principalmente na Fiat/Minas:

Por outro lado, iniciativas no sentido de reduzir a tensão nas relações industriais, notadamente entre supervisão e trabalhadores diretos, são também apontadas em diferentes trabalhos. Peliano et al (1987) chamaram a atenção para que o controle tecnológico (ritmo dado pela máquina) foi com freqüência utilizado como um elemento atenuador do conflito nas relações inter-pessoais. O mesmo objetivo foi buscado pela Volkswagen em 1986 quando passou a subcontratar o trabalho de cronometragem. Ademais, observa-se atualmente que os modelos organizativos de tecnologia de grupos e de controle de qualidade total levaram a importantes redefinições quanto aos atributos e formas de autoridade e de legitimação no exercício das tarefas de supervisão e de inspeção. Para a autora, de acordo com o TIE -Transnational Information Exchange: 'o caso mais marcante é o da Fiat/Minas, Entre as montadoras brasileiras talvez o caso emblemático seja o da Fiat. Conhecida pela forma autoritária de gestão das relações industriais passou a desenvolver uma intensa ação em termos de treinamento visando a multiquificação dos seus trabalhadores polivalentes; voltou-se, ademais, para uma política de estabilização da força de trabalho, fazendo a rotatividade (antes elevadíssima) tender para zero; além disso, para amenizar as enormes desigualdades de status, chegou a mudar a denominação de cargos mais estigmatizados pelo autoritarismo: o chefe de sessão passou a se chamar 'difusor'

A busca para estabelecer-se novas possibilidades das relações de trabalho a partir da gestão no modelo reestruturado e flexibilizado imprime um modo de negociação que passa a ser diretamente efetivada nos muros das empresas e patrões e empregados estabelecem diretrizes e não se apoiam nas decisões dos sindicatos/organizações coletivas dos trabalhadores. Um prejuízo no que diz respeito à individualização dos problemas e da busca de soluções o eu limita o atendimento às necessidades dos trabalhadores em seu conjunto.

No próximo item aprofundaremos a discussão da qualificação profissional na Fiat, procurando desvendar os principais aspectos desta proposta, principalmente os que dizem respeito à concepção de homem/trabalhador.

5.3 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA FIAT MINAS: A NOÇÃO DE SUJEITO TRABALHADOR PRESENTE NO DISCURSO - O MODELO DAS COMPETÊNCIAS E A “PEDAGOGIA PARA ADULTOS” – ANDRAGOGIA?

Como já foi mencionado, a Fiat/Minas faz parte de complexo empreendimento mundial do qual constam diversas empresas, entre elas as do grupo de educação responsável pela formação profissional (qualificação ou requalificação de seus trabalhadores e filhos). No Brasil, o grupo tem o complexo industrial em Betim/MG e seu processo formativo dividido entre o Instituto Sviluppo Organizzativo (ISVOR), o Centro de Excelência em Tecnologia e Manufatura “Maria Madalena Nogueira” (CETEM) e a Fundação Torino. O CETEM é atualmente núcleo do ISVOR, tendo sido incorporado por este em 1998.²⁸

A apresentação do Sistema de formação da Fiat deve proceder à pequena análise a respeito do que é dito e vivenciado, pelo que de fato representa, esta formação. Não há dúvidas quanto ao interesse e investimento do grupo formação/treinamento/qualificação de seus profissionais, não há também dúvidas quanto a seu interesse pelo aspecto cultural, bem como pela formação inicial dos

²⁸ Os dados obtidos sobre o Sistema de Formação Profissional da FIAT/MG foram obtidos através de material cedidos pela Instituição, através do site oficial do ISVOR/FIAT e nas revistas Mundo Fiat, Fiat Expresso impressas (cedidas pela Gerência a esta pesquisadora) e também suas versões *on lines*. A proposta de formação da Fiat feita principalmente pelo ISVOR não é disponibilizada para o público e para ter acesso às informações foi necessário assinar um termo de confidencialidade; além de pesquisa bibliográfica.

seus trabalhadores; como vimos anteriormente, no capítulo sobre qualificação profissional, uma das preocupações atuais das empresas é investir também na educação inicial dos seus trabalhadores, no caso da Fiat MG isto é feito principalmente através de cursos supletivos de 1º e 2º graus.

Quando nos deparamos, porém, com o perfil apresentado em seus programas de qualificação, verificamos como não poderia deixar de ser, a coerência com a concepção de fábrica racionalizada e a padronização mundial do perfil de trabalhador. Aranha (2000). Portanto, não podemos deixar de apresentar a formação da Fiat, a partir de seus próprios documentos, como forma de dar visibilidade a tudo que é proposto. Por outro lado, como diversos estudos já foram realizados acerca do tema e a partir do estudo sobre a qualificação profissional no Capítulo 3, temos que ficar atentos para compreender os papéis desempenhados por cada um dos atores desta trama.

Até 1997, o Sistema de formação profissional da Fiat se dava pela Fundação Torino e do Centro de Formação Profissional (CFP), a primeira responsável pela educação dos filhos dos trabalhadores, como veremos e o segundo responsável pela formação profissional dos trabalhadores da Fiat, funcionavam por convênio com o SENAI. De 1995 a 1998, temos a estrutura apresentada acima: ISVOR, CETEM, Fundação Torino.

Desde 1998, o Isvor incorporou o treinamento interno e o Centro de Formação Profissional/CFP da Fiat Automóveis, assumindo a responsabilidade da logística dos treinamentos, da contratação de docentes, de projetar novas atividades em co-design com a Fiat e a busca do know-how externo. O Centro de Formação Profissional Isvor, localizado em Betim, está disponível também para todas as empresas do Grupo Fiat no Brasil. (...) Antes de iniciar a jornada de trabalho, o motorista de testes Emerson Antonio de Freitas tem, duas vezes por semana, um compromisso com o conhecimento. No Centro de Competências da Fiat, em Betim (MG), ele é aluno do curso profissionalizante de Mecânica. Contando os dias para a formatura, Emerson aplica no dia a dia as lições repassadas pelos professores – e já está de olho em novas oportunidades na carreira. “Pretendo continuar a estudar. Meu sonho é cursar Engenharia Mecânica”, conta. O Centro de Competências e o Isvor, o Instituto para o Desenvolvimento Organizacional, são responsáveis pela qualificação profissional dos trabalhadores do Grupo Fiat nos moldes de uma universidade corporativa. O Isvor também atende a todas as empresas do Grupo Fiat por meio de ações de desenvolvimento com foco estratégico. O Instituto disponibiliza uma estrutura de profissionais e metodologias para a promoção de treinamentos, apoio logístico e diagnóstico das necessidades das competências técnica e

comportamental nas empresas. Mais do que qualificar, o objetivo é estimular continuamente o desempenho no trabalho e a capacidade de solucionar problemas. (ELLEN E NAPOLEÃO, 2009,p.50)

A empresa se destaca pelo incentivo e apoio dados à formação profissional, cultural e educacional. Ainda que caiba aqui questionar a qualidade destes incentivos ou, pelo menos, a que interesses eles atendem, já que no jogo capitalista estes empreendimentos em prol do trabalhador sempre tendem a reverter-se em benefício do capital.

A análise do processo de produção capitalista revela que na relação entre trabalhadores e empresários, por mais que o discurso diga o contrário, as regras sempre são ditadas pelo capital. Na sua maioria, os trabalhadores devem mudar a sua maneira de pensar de forma que se identifiquem com o seu trabalho, com os objetivos da empresa e façam dela parte do seu projeto de vida. Para que isto se efetive, a empresa lança mão de diversos artifícios que visam levar o trabalhador a se integrar com a sua dinâmica e ainda incorporar como sua a missão da empresa. Referindo-se aos trabalhadores da Teksid, uma das empresas do Grupo Fiat, um dos seus trabalhadores e o responsável mundial pelo pessoal da Teksid afirmam:

O carinho com que todos os empregados se referem à Teksid é um reflexo do sentimento do diretor presidente da empresa, Giacomo Regaldo. Um italiano que há 24 anos constrói sua vida profissional na fundição brasileira. "A grande força da empresa sempre foi seus funcionários, o envolvimento de todos com a empresa. Somos um time", assegura. A frase do Lara pai só confirma isto: "É como se um pedaço desta empresa fosse meu também". Na verdade, o sucesso destes 25 anos rompe fronteiras e atravessa o oceano. "A Teksid do Brasil é o orgulho da Teksid mundial. Queremos mais 25 anos de sucesso", afirma o responsável mundial de Pessoal e Organização da Teksid, Paolo Zangrillo, que veio da Itália para prestigiar a grande festa" (ZANGRILLO, 2001, p.2)

Exemplificando alguns dos artifícios acima mencionados, o trabalhador cita os exemplos:

A empresa foi aprimorando aos poucos o restaurante, o transporte de funcionários, os planos de saúde, exemplifica Giacomo Regaldo. A criação de espaços sugeridos pelos funcionários registra bem esta filosofia: o auditório, a praça de lazer, a reforma do ambulatório médico, a ampliação do CREF (centro de lazer), entre outros. (MUNDO FIAT: 2001, p. 22)

Em relação à formação dos trabalhadores, para a Teksid:

As pessoas representam nosso maior valor, por isso buscamos potencializar suas capacidades criando um ambiente de desenvolvimento e crescimento profissional e humano. A empresa oferece igualdade de oportunidades, de forma justa e transparente no processo de desenvolvimento. Ciente da importância da educação para a formação de bons profissionais, além de manter parcerias com diversas instituições de ensino, a Teksid investe não apenas em programas de capacitação para seus colaboradores, como também em projetos destinados a novos profissionais.²⁹

Na década de 1990 do séc XX , 85% dos alunos da Fundação Torino, voltada para o ensino de italiano e para a formação cultural de seus alunos, são brasileiros. Dividida em dois campos de atuação atende da Educação Infantil ao ensino médio, (Escola Internacional) enfatizando a formação técnica, atua ainda na escola de formação gerencial e Curso de Italiano (Centro de língua e Cultura Italiana).

As atividades de formação da Fiat/Minas divergem em certas épocas de acordo com as necessidades da empresa, em determinadas épocas de acordo com as solicitações do mercado e de novas tecnologias. Considerada como Universidade corporativa, o ISVOR iniciou suas atividades em 1995, dedicando-se a assessoria, consultoria e treinamentos. Oferece programas de formação para dirigentes e chefias das áreas gerenciais, comercial, gestão industrial e tecnológica; gerencia ainda, o CETEM , que além da Fiat, atende a outros setores industriais interessados.

Preocupando-se com a formação do trabalhador, além da inicial, temos O Programa de Formação Continuada, voltado para a consultoria, o treinamento e a formação de pessoal das empresas do grupo, concessionários e fornecedores, nas áreas de Desenvolvimento Humano e organizacional, Sistema integrado de Gestão, Marketing, venda e atendimento pós vendas, Tecnologia automotiva e *E-learning*; o Isvor Fiat oferece aos seus clientes metodologia didática, programas de formação e treinamento para gerentes e chefias nas áreas comportamental, comercial, gestão industrial e tecnológica. Com sede na Cidade de Betim em Minas Gerais, conta com uma estrutura de atendimento com os mais avançados meios tecnológicos. A

²⁹ Texto sobre a Missão e valores da Teksid de acordo com a gestão. Disponível no site: <http://www.teksid.com.br/pagina/17/home.aspx> (Acesso em maio de 2004)

Formação continuada oferece entre outros, como mais expressivos, os cursos de supletivo, de formação de tecnólogos, de formação gerencial e de qualificação.³⁰

O programa de formação profissional da Fiat conta com a parceria da Rede de Concessionárias Fiat, Isvor – Universidade Corporativa do Grupo Fiat e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Os cursos oferecidos têm duração de aproximadamente 10 meses e são divididos em teoria e prática. Após a formação, os jovens são encaminhados para contratação nas concessionárias parceiras. Isto pressupõe a lógica da relação direta e linear entre formação e mercado e é uma falácia do discurso empresarial neoliberal. Apesar desta proposição não há nenhuma garantia desta contratação. O ISVOR atua em áreas de atuação que se subdividem em subáreas relacionadas na tabela abaixo:

³⁰ Nos programas de qualificação, o Isvor assume mais diretamente, a formação profissional técnica, atingindo aos trabalhadores das áreas operacionais. Aqui a concepção de qualificação profissional é assumida de forma clara como já vimos: capacitação técnica e direcionada.

TABELA 3³¹ - ISVOR FIAT - ÁREAS DE ATUAÇÃO		
1. Desenvolvimento Humano e organizacional	• DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES • DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS • ESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS • PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE ESTAGIÁRIOS E TRAINEES • COMUNICAÇÃO INTERNA • COACHING • COMPETÊNCIAS • PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO • GESTÃO DO CONHECIMENTO • SUSTENTABILIDADE • INOVAÇÃO • FINANÇAS CORPORATIVAS • CULTURA ORGANIZACIONAL • CLIMA ORGANIZACIONAL • CARREIRA –MAPA E DESENVOLVIMENTO • GESTÃO DE DESEMPENHO • CHANGE MANAGEMENT	
2. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	• GERENCIAMENTO DE ROTINAS • FERRAMENTAS DA QUALIDADE • WOLRD CLASS MANUFACTURING (WCM)	
3. MARKETING, VENDAS E ATENDIMENTO PÓS-VENDA	• TREINAMENTOS CUSTOMIZADOS PARA A FORÇA DE VENDAS • TREINAMENTOS CUSTOMIZADOS PARA PÓS – VENDAS • CONSULTORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PADRONIZAÇÃO DE ATENDIMENTO EM CANAIS COMERCIAIS • CONSULTORIA EM PROCESSOS DE MARKETING	
4. TECNOLOGIA AUTOMOTIVA	• MECANICA AUTOMOTIVA • ELETRO-ELETRÔNICA AUTOMOTIVA • CARROCERIA • PROCESSO PRODUTIVO INDUSTRIAL • CONSULTORIA PARA MONTAGEM E ORGANIZAÇÃO DE OFICINAS AUTOMOTIVAS • QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AUTOMOTIVA	

O programa de formação profissional da Fiat conta com a parceria da Rede de Concessionárias Fiat, Isvor – Universidade Corporativa do Grupo Fiat e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Os cursos oferecidos têm duração de aproximadamente 10 meses e são divididos em teoria e prática. Após a formação, os jovens são encaminhados para contratação nas concessionárias parceiras.

³¹ Tabela elaborada pela autora da Tese a partir de dados obtidos no site oficial do grupo Fiat no Brasil

Segundo Domingues³² ao explicar o funcionamento, concepção e missão do Isvor:

Sua ação pode ser sintetizada em alguns princípios básicos, traduzidos para uma linguagem atual que são:

1. oferecer aprendizagem que sustente os princípios empresariais;
2. considerar a educação corporativa um processo, com um curriculum baseado em percurso formativo;
3. treinar toda a cadeia de valor;
4. adotar novas metodologias e maneiras de desenvolvimento da aprendizagem;
5. ter visão global com foco local;
6. medir os resultados dos investimentos;
7. criar diferencial competitivo. (1999, p.14)

E continua:

Quanto às modalidades formativas, cito alguns exemplos atualmente utilizados:

- Percurso formativo, onde através de carga horária modularizada, mas conectada, elabora -se um curriculum que pode ser comparado, como carga horária total, muitas vezes superior a cursos de especialização;
- Sistema blended – conjugação de treinamentos on the job, presencial e e-learning (web, vídeo conferencia);
- Workshops;
- Jogos de empresa;
- Outdoor;
- Construção coletiva.
- Programas de desenvolvimento gerencial com Business school, nacionais e internacionais; (1999, p.17)

Domingues ainda fala da “Missão” formativa do ISVOR:

- Ter uma boa capacidade de leitura do cenário do negócio e do mercado de trabalho para projetar e executar projetos formativos que dêem respostas adequadas a essas necessidades;
- Desenvolver processos formativos que respondam às carências de formação básica a universitária;
- Criar formas inovadoras de aprendizagem que aumentem a velocidade e atinjam os seus públicos alvo que são adultos;
- Criar uma coesão em torno de uma cultura organizacional moderna e complementar à ausência de valores fortes de um país, repassando-a a todos os seus colaboradores;
- Que introduza um pensar avante, de inovação e de competitividade, na lógica da sustentabilidade do planeta e do negocio;(1999, p.19)

³² Ionara Pontes Domingues é a Diretora Superintendente do Isvor Fiat e estes dados foram obtidos em palestra proferida por ela no 1º Encontro de Educação Corporativa Brasil/Europa - 200 Anos de Educação Corporativa no Brasil, 100 Anos na Fiat Italia e 30 Anos na Fiat no Brasil.

E finaliza:

Todas essas modalidades não são inovadoras, mas, mais uma vez, um correr atrás, uma adaptação, do que naturalmente já está acontecendo nas organizações, pois, como disse no início desse artigo, o grande desafio das organizações tem sido ao longo de todos esses anos, criar mecanismos que maximize o saber fazer, e esse saber fazer é pressuposto de GENTE. Gente que está em contínua mutação, que, por sua vez, é forjada por pressões das mais primárias como sobrevivência e condições sociais, que são inerentes ao ser humano. Sendo assim, a cada mudança entre as infinitas variáveis que compõem o ambiente do ser humano haverá uma nova mudança nesse próprio ser, o que por consequência exigirá das organizações uma nova postura nas suas relações pessoais e consequentemente na forma de transferir o saber fazer, bem como o próprio fazer. (1999, p.19)

Atestando ainda a concepção do modelo das competências e a ênfase no saber fazer a autora diz:

Todas essas modalidades não são inovadoras, mas, mais uma vez, um correr atrás, uma adaptação, do que naturalmente já está acontecendo nas organizações, pois, como disse no início desse artigo, o grande desafio das organizações tem sido ao longo de todos esses anos, criar mecanismos que maximize o saber fazer, e esse saber fazer é pressuposto de GENTE. Gente que está em contínua mutação, que, por sua vez, é forjada por pressões das mais primárias como sobrevivência e condições sociais, que são inerentes ao ser humano. Sendo assim, a cada mudança entre as infinitas variáveis que compõem o ambiente do ser humano haverá uma nova mudança nesse próprio ser, o que por consequência exigirá das organizações uma nova postura nas suas relações pessoais e consequentemente na forma de transferir o saber fazer, bem como o próprio fazer

A concepção de qualificação empregada neste esquema pela Fiat MG, deixa clara a já conhecida concepção Taylorista do trabalho (apesar de tantas reestruturações pelas quais passa a Fiat, como a flexibilização, a terceirização, etc.), a noção de divisão entre quem pensa e quem executa está claramente delimitada, Taylor não poupou esforços para criar um novo tipo de trabalhador e de homem. Este esquema de formação profissional por um lado se pauta nas Novas Formas de Gestão da força de trabalho que incluem: "trabalho em equipe e círculos de controle

de qualidade, com ênfase na cooperação, na multifuncionalidade e na polivalência" e exigem um trabalhador "mais qualificado, mais flexível e mais envolvido com a produção". (este trabalhador mais qualificado é atendido principalmente nos cursos de desenvolvimento gerencial e formação emergencial) aí vemos a valorização da subjetividade do trabalhador, entretanto, vemos que, embora esta nova concepção valorize o sujeito e lhe concede maior autonomia, continua-se esperando que o trabalhador se identifique com a empresa e "se dê" ainda mais a ela; não só fisicamente, mas também psiquicamente. Chanlat (1995), como vimos o exemplo dado pelos trabalhadores da TEKSID.

Daí decorre que estas concepções atualizadas de um novo perfil de trabalhador, mais dinâmico, flexível, líder, busca 'criar' o trabalhador que interessa, ainda que neste estágio do capitalismo, com os avanços tecnológicos verificados a noção principal deixa de ser transformar o trabalhador numa máquina. O importante que se quer retomar é a concepção de homem trabalhador, que para o capital não modifica o de adaptado, ajustado e se possível feliz. Isto não poderia ser diferente, pois esta é a lógica do capitalismo, antes criar trabalhadores disciplinados do que produzir intelectuais que questionam, se mobilizam e propõem mudanças. O papel do trabalho na formação de subjetividades, a noção de homem no mundo do trabalho está totalmente explícita (se não mesmo explícita) na "formação proposta pela Fiat. Esta subjetividade será formada ou destruída?

O mundo moderno é o mundo da destruição da própria subjetividade. A crise do trabalho, portanto, é a explosão da própria base da sociabilidade. O papel do trabalho na transformação do homem em macaco é a história a ser contada doravante. Na perda da capacidade de sentir, perceber, conceber ou criar uma vida boa, configura-se a tendência à própria barbárie. Os sujeitos monetarizados – e cada vez mais sem dinheiro –, permanecem formalmente sujeitos que precisam lutar pela sobrevivência e se adaptar ao curso do mundo, mas só ao preço do franco esgotamento do que um dia insinuou-se como subjetividade e experiência da individualidade. O limite da alienação é a construção de um sujeito sem subjetividade, com necessidades fabricadas exteriormente, absurdas e insensíveis – o máximo de formação pelo trabalho como deformação máxima. (DUARTE e MELLO, 2001, p.4)

Aqui se pode perceber também que entra em cena o fator empregabilidade, que significa, entre outras coisas, responsabilizar o próprio trabalhador pela obtenção e manutenção do emprego, o que pode ser feito pela formação e

aperfeiçoamento. Isto sugere processo de subjetivação também, uma vez que nos trabalhadores exerce-se pressão a respeito do seu emprego. Alternam-se aí os medos pelo desconhecido e do desemprego, sendo que é o segundo que pesa na balança e, ainda relutantes, eles se envolvem nos programas de formação e/ou aperfeiçoamento tentando garantir sua vaga.

Além disso, levar o trabalhador a ingressar nos programas propostos pela empresa sugere sua inserção no modo de pensar capitalista (como se fosse camisa de força). Aspectos comportamentais, apreensão dos valores citados acima, apreensão dos mecanismos tecnológicos usados, são alguns dos conteúdos desta aprendizagem.

O ISVOR Fiat do Brasil nasceu do instituto do mesmo nome surgido em Turim/Itália em 1978. Segundo informações do grupo Fiat (anexos 2 e 3) desenvolve cerca de mil programas de treinamento e 22 mil cursos diferentes para atender a mais de 300.000 pessoas espalhadas por seis países em que o grupo atua: Itália, Suíça, Espanha, Polônia, Turquia, Brasil e Argentina. Segundo dados da revista Grupo Fiat, O ISVOR Iniciou seus trabalhos no Brasil em 1995 e é considerado a Universidade corporativa do Grupo Fiat, dedicando-se essencialmente, à consultoria, ao treinamento e à formação dos empregados das empresas do grupo, concessionários e fornecedores. O ISVOR atende, além do grupo Fiat, ao mercado em geral, sempre na formação e treinamento específico para dirigentes e chefias das áreas gerencial, comercial, gestão industrial e tecnológica. O ISVOR, se responsabiliza também pelo CETEM, que foi criado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Em particular, o Isvor fornece assistência e consultoria especializada na análise e avaliação das necessidades de treinamento e metodologia didática, projeção, desenvolvimento e implantação de programas de formação e treinamento. (Grupo Fiat, 1996, p.26).

O ISVOR na Itália denomina sua missão como de preocupação com a qualificação de acordo com as necessidades dos clientes sejam eles, quem forem:

A missão de Isvor Conhecimento do Sistema é satisfazer as demandas de qualificação e especialização de profissional, técnica e administrativo de seus próprios clientes, escolhendo e personalizando nas demandas deles/delas as ferramentas necessárias aumentar o knowledge, desenvolver as habilidades

e dirigir a cultura organizacional ao conseguimento dos objetivos deles/delas, de serviço ou negócio.³³ (ISVORit, 2002, p.1):

Isto nos leva a fazer um paralelo com a Gestão da Qualidade total, primeiramente pela utilização do termo missão e ainda pela eterna busca de relacionamento, pela satisfação do cliente, a noção de qualidade passa a ser associada e compreendida como adequadas ao uso, que pressupõe adequação às exigências do cliente; os serviços são, portanto definidos por este cliente. O Sistema de formação profissional atende assim a princípios, em sua maioria, definidos pela necessidade produtiva, o que pressupõe que a concepção seja capitalista, produtiva e competitiva.

A oferta formativa que Isvor Conhecimento Sistema faz de seus próprios clientes deriva, graças à Ordem do Isvor, de uma experiência amadurecida ao serviço de um Grupo composto de mais de 1.000 italianos e sociedades estrangeiras, de toda dimensão e extremamente das atividades diversificadas. O Isvor Conhecimento Sistema, percebeu que é importante além da sociedade de formação e consulta o reconhecimento do profissionalismo de todos e dela própria. Integrar a sua própria proposta formativa para um fazer específico. Isvor Conhecimento Sistema pode perceber sistemas, programas e planos de treinamento e formação, direcionada a clientes com necessidades mais compostas e matizadas,: empreendimentos de todos os setores de mercado (das sociedades de serviços para esse industrial) e organismos públicos de natureza variada (dos Escritórios para as Regiões, Províncias e Comunidades italianas" (ISVORit, 2002: 2).

O CETEM, a partir destas funções do ISVOR, atende ao treinamento técnico de todo grupo Fiat no Brasil e atua em parceria, quando necessário, com o SENAI e FIEMG. Além disto, apesar de atender prioritariamente a pessoas trabalhadoras do grupo, também passou a atender empresas de fora do grupo. O sindicato dos metalúrgicos de Betim e a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT denunciaram a utilização dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) do Governo Federal por este grupo privado. Vale salientar que se o CETEM é fundamental na formação dos quadros da Fiat, ele também atua para empresas fora da empresa e aí estes fundos públicos são amplamente utilizados.

Há aqui contradição quando se trata do papel dos sindicatos em relação aos recursos do FAT. Quase todos sindicatos também têm se utilizado indevidamente

³³ Retirado da home page do Grupo Fiat internacional: <http://www.fiatgroup.com/it/informazioni>. Tradução da autora.

destes recursos implantando cursinhos de qualificação aligeirados, e que na verdade em nada contribuem, muito menos qualificam o trabalhador.

O sistema de formação da FIAT pelos estabelecidos conceitos empresariais de Aranha, 2000: 66):

Competência técnica/consentimento construído (ou subjetivando subjetividades) e controle disciplinar permanente, propagam reforçar e estimular a reforma intelectual e moral de seus trabalhadores; enfim, o processo pedagógico entra em harmonia com os objetivos do mundo do trabalho contemporâneo, conseqüentemente da Fiat/Minas inserido neste, tendo o tempo todo a fábrica como referencial didático. O resultado gera a formação da subjetividade ou da natureza humana dos trabalhadores da Fiat, como um sujeito funcional adequado a uma empresa racionalizada que supere índices cada vez maiores de produtividade e padrões de excelência.

A Fundação Torino atende a mais de 1500 alunos, mantém a escola bilíngue – o Centro de Língua e Cultura Italiana. Atende desde o maternal, ensino fundamental, ensino médio e idiomas. Traduz bem a ideia já discutida da necessidade tangível de educação básica para a indústria moderna. A fundação também se propõe a investir na integração empresa/trabalhadores e realiza atividades em que as famílias são chamadas a participar e a se envolver. Inicialmente, quando da sua criação em 1974, era responsável pelo atendimento apenas aos filhos de executivos do Grupo Fiat, mas a partir de 1994 a Fundação Torino se tornou uma das maiores escolas bilíngues de Belo Horizonte, abrindo as portas a crianças brasileiras.³⁴

Segundo o atual diretor da Fundação, Fausto Bolzoni, os alunos saem aptos a ingressar em qualquer universidade europeia: “preparamos os alunos para o mundo globalizado”, diz ele. De acordo com a concepção do mundo competitivo, de concorrência acirrada a fundação também mantém testes de seleção concorridos, em 2000 de 173 inscritos, matriculou 111 alunos.

Pode-se sintetizar o sentido da formação (formal e informal) dos trabalhadores da Fiat/Minas no pensamento de autores como Castro e Guimarães (1994: 73-74), para estes, o processo se dá a partir da busca do consentimento,

³⁴ Segundo a revista Veja, Belo Horizonte, de 22 de maio de 2002, a Fundação tem estrutura privilegiada, com salas modelos, equipada com televisores e vídeo e laboratórios muito bem equipados; a carga horária é grande, com 35h a 40h semanais no ensino fundamental. No ensino médio, o estudante tem três opções: o Liceo, o Curso de especialização em técnicas comerciais e o Curso de especialização em técnicas de turismo.

participação e envolvimento: “Os grupos sociais constituídos no trabalho e a empresa em si mesma, têm uma autonomia relativa na determinação das possibilidades e caminhos para a construção do consentimento.”

Desenvolvendo consultoria, treinamento e formação, o ISVOR desenvolve atividades que atendem a área gerencial, pelo próprio Isvor e da parte tecnológica, pelo CETEM e direcionadas à área comportamental, institucional e técnica. As áreas comportamentais e institucionais nos interessam mais de perto, pois acreditamos ser aqui que se foca a concepção de sujeito trabalhador. A disseminação de valor, missão e filosofia da empresa, adequam-se à característica de empresa que modernizou o modelo de gestão, como já vimos. Atendo-se por exemplo aos princípios da GQT, desenvolve-se o trabalho visando desenvolver a noção de equipe, de atuação em grupo. Para Souza Junior (1994: 60):

A ideologia da qualidade para a competitividade reforça os princípios individualistas, segregadores, anti-humanos. Na educação, essa ideologia volta-se para a formação de uma mentalidade e de um comportamento ajustável às demandas do mercado, ou seja, competidor consoante à lógica de competição do capital.

Neste processo, o discurso da empresa evidencia a mudança na maneira de pensar e agir das pessoas de forma a se identificarem com o trabalho como se ele fosse sua própria vida, é o famoso slogan: “vestir a camisa da empresa”. O peso ideológico³⁵ adquirido neste processo é bastante expressivo. Temos aqui a formação de nova subjetividade humana, ou do entendimento do homem como sujeito trabalhador desta empresa. Aqui se confundem ou se fundem as figuras do trabalhador/sujeito/empresa/capital.

Visto desta forma, parece que estamos diante do determinismo que pode ser até mesmo histórico, ou do determinismo tecnológico do novo século. Porém é importante não perdermos de vista que se este trabalhador é sujeito, ele é passivo diante de tal quadro e de tais referenciais, mas ele também é ativo, participante e parte viva do processo.

Talvez aqui resida o papel da qualificação profissional, não realizada pelo sistema da empresa, mas a de responsabilidade da educação escolar, qualificação

³⁵ O conceito de ideologia, ou o entendimento de ideológico que assumimos é aquele que pressupõe as formas de pensamento que são forjadas para o entendimento e explicação de dada realidade. Ideologia pode ser entendida na visão de classes como “o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais” (CHAUI, 1980, p. 92).

que ultrapasse o sentido de formação técnica como já vimos para a formação do cidadão. Arroyo em 1999 chamou a atenção para o fato de que pelo fato do trabalhador ser humano a tarefa de formá-lo é complexa e envolve as dimensões humanas como caráter, liberdade, autonomia, autoimagem, cultura, gênero, raça, classe.

O capital está permanentemente recriando maneiras de impor poder, mas aos trabalhadores cabe a tarefa de também recriar as formas de resistência e de organização Mancebo (1999, p.36):

Se por um lado a racionalidade capitalista se torna visível através de todas as formas concretas que assume a chamada “reestruturação produtiva” impondo constantes mudanças nas relações de produção e das forças produtivas, no âmbito da produção imediata, e com ela a reforma do Estado, na esfera da política, por outro lado, percebemos todo um investimento prático das classes trabalhadoras que expressa uma outra racionalidade trazendo consigo a memória das lutas operárias, bem como aquela da diversidade qualitativa de sua pauta política e de sua agenda de negociações.

Ainda que impere a ótica do capital e o controle do Estado com um falso discurso de co-participação e/ou co-gestão é importante não perdermos de vista o lugar das resistências dos trabalhadores nesse processo, no sentido de se contrapor a ordem estabelecida e imprimir formas amplas e democráticas de participação. Para REIS entretanto o perfil da realidade demonstra que a co-gestão acontece mesmo entre a classe política e a empresarial:

De fato, é possível constatar que em várias partes do mundo o controle político da nação vem sendo substancialmente compartilhado entre os governantes pertencentes à classe política tradicional e os executivos dos impérios globais, e nesse sentido o fundamento moral dos regimes políticos conhecidos é invariavelmente colocado em questão. Evidentemente, o que se observa nessa transformação é o reflexo da luta ideológica travada nas últimas décadas no interior da vida social, na qual a retórica do mercado tem se saído invariavelmente vencedora. A homologia liberdade-mercado-democracia tem sido o argumento mais freqüentemente utilizado pelos governantes e políticos na tentativa de justificar o descalabro dessa co-gestão dos negócios nacionais com os agentes do mercado. (Reis, 2002: 3).

Passamos por período de instabilidade sindical, própria do momento atual de reorganização da própria sociedade, a sociedade globalizada e o neoliberalismo têm

como pressuposto o esfacelamento das organizações, principalmente dos sindicatos Aranha (2000, p.13).³⁶

Durante alguns anos, de 1987 a 1990, prestei uma assessoria ao Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas e sempre intrigou-me a capacidade e flexibilidade da empresa em encontrar respostas aos desafios colocados para ela, a paulatina anulação da intervenção sindical e, em contrapartida, as dificuldades do sindicato em atingir os corações e mentes dos trabalhadores.

Não se pode, entretanto desconsiderar o lado de resistência possível dos trabalhadores Meira (2001, p.4):

Mesmo premidos pela violência imposta pelo patronato, através do desemprego, da desagregação dos trabalhadores fabris, da quebra de direitos, da precarização das relações de trabalho, o que se constitui em forte poder de coerção do capital sobre o trabalho, os trabalhadores não apenas mantêm, mas buscam recompor seus espaços e modos próprios de resistência.

O desafio de refletir sobre a qualificação profissional e sobre a construção da subjetividade humana, persiste e com esta a necessidade do envolvimento dos profissionais em novas formas de participação, garantindo-se assim a possibilidade de mudanças no sentido de buscar-se a concretização de entendimento científico mais abrangente que permita, não só a compreensão das limitações e possibilidades de cada ciência, mas, sobretudo, a elaboração de conhecimento mais universalista que permita ao homem enfrentar os desafios colocados pelo avanço tecnológico hodierno. Qualificação profissional com sólida base filosófica, científica que possibilite enfim o homem a conhecer o mundo a partir do entendimento detalhado, elaborado e rigoroso da realidade em que vive. Porém não podemos desconsiderar que a ciência tem limites e fragilidades epistemológicas, e o nosso conhecimento da realidade, da coisa em si, sempre será limitado.

Segundo Mance (1994, p. 8):

³⁶ No Capítulo sobre a Fiat, o sindicato é abordado.

É essencial que na práxis de libertação, promovendo o processo de subjetivação das pessoas, sejam resgatadas as sensibilidades mutiladas sob os códigos culturais opressivos e sob as precárias condições de realização da existência humana das maiorias.

Passando pela pedagogia das competências, o ISVOR utiliza também a andragogia, como já dissemos no capítulo anterior.

A andragogia se apresenta como: a) uma visão clara e objetiva das especificidades da natureza do processo educacional de adultos distinguindo-as das finalidades e objetivos de uma educação de crianças e adolescentes; b) uma consideração do perfil mais determinado das características bibliográficas (sic), psicoemocionais, econômicas, sociais e políticas dos adultos; c) uma atenção especial às circunstâncias e condições de vida, das experiências e das vivências dos adultos homens e mulheres trabalhadores no processo educacional. (MADEIRA, 1999, p.7)

Para os estudiosos da andragogia, ela é a metodologia própria para a educação de adultos, utilizada também pelo SENAI³⁷, adequa-se às necessidades de formação do trabalhador “subjetivado” que a empresa precisa.

A Andragogia é utilizada como uma metodologia pedagógica eficiente para ensinar adultos. Por exemplo, são objetivos da andragogia:

O objetivo imediato é a aquisição de saberes práticos, tais como saúde, nutrição, educação sexual, educação ambiental, consumo e melhoria para o desempenho pessoal ou qualquer outro, para o qual o interesse seja dirigido.

O objetivo mediato é a aquisição de saberes que proporcionem a reflexão, compreensão e intervenção na vida espiritual, pessoal, profissional, comunitária e política. Esses objetivos aplicados no mundo real do trabalho, nas organizações podem ser descritos da seguinte forma:

1º – Desenvolver capacidades em curto prazo. O tempo é dinheiro e urge aproveitar todas as aptidões latentes, despertando-as para usá-las em nosso próprio benefício, como pessoa, e do trabalho como profissional.

2º – Aumentar conhecimentos. É o óbvio da educação. Existe na teoria e se completa na prática.

³⁷ O SENAI utiliza a Andragogia como metodologia para o ensino de adultos já há alguns anos; como o ISVOR atua em alguns programas e cursos em parceria com o SENAI, passa também a utilizá-la.

3º – Melhorar atitudes e comportamentos. É a meta da educação sugerir a forma ideal de trabalho, aperfeiçoá-lo em sua execução.

4º – Modificar hábitos. O hábito faz o monge, mas nem sempre ele é religioso extremado. Assim, apenas para ilustrar, lembro a história antiga e muito conhecida do “homem da estrada de ferro que se aposentava passando o serviço para um novato, dizendo-lhe que nunca havia sabido o porquê da sua ocupação.”

5º – Aprender a aprender. Aprendizagem é um processo para se adaptar ao mundo. Quanto maior a capacidade de aprender mais fácil é a adaptação e, conseqüentemente, menor o risco de ser eliminado no processo de seleção natural. Conhecimento é o domínio da aprendizagem. O nexos da aprendizagem é desenvolver conhecimento e aplicá-lo! O rápido desenvolvimento tecnológico que vêm passando as nações, cria a necessidade da formação do cidadão mais qualificado não só para a participação no processo produtivo como mão-de-obra, como para consumidor dos bens que a sociedade produz. (MORENO, 2002, p.3]

A discussão da melhor forma de se educar os adultos não é novidade, no país, desde a década de 60, do século XX, a educação de adultos toma grande dimensão nas discussões educacionais e vários são os programas destinados a esta população, como alfabetização de adultos, movimentos de educação populares. A andragogia, apesar de ser considerada novidade já é utilizada nos EUA, por exemplo, há bastante tempo.

Linderman em 1926, pesquisando as melhores formas de educar adultos para a *American Association for Adult Education* percebeu algumas impropriedades nos métodos utilizados e escreveu:

Nosso sistema acadêmico se desenvolveu numa ordem inversa: assuntos e professores são os pontos de partida, e os alunos são secundários [...] O aluno é solicitado a se ajustar a um currículo pré-estabelecido [...] Grande parte do aprendizado consiste na transferência passiva para o estudante da experiência e conhecimento de outrem.

Mais adiante oferece soluções quando afirma que “nós aprendemos aquilo que nós fazemos. A experiência é o livro-texto vivo do adulto aprendiz”.

Lança assim as bases para o aprendizado centrado no estudante, e do aprendizado tipo “aprender fazendo eu atende à bases do aprendizado de conhecimentos técnico-operacionais mas eu não avança no sentido de estabelecer um aprendizado que leve ao desenvolvimento de conhecimentos teórico-científicos.

A partir de 1970, Malcom Knowles trouxe à tona as ideias plantadas por Linderman. Publicou várias obras, entre elas “The Adult Learner – A Neglected Species” (1973), introduzindo e definindo o termo Andragogia – A Arte e Ciência de Orientar Adultos a Aprender. Daí em diante, muitos educadores passaram a se dedicar ao tema, surgindo ampla literatura sobre o assunto” (CAVALCANTI, 1999, p. 01).

Ao lançar bases do tipo de aprendizagem aprender fazendo, a andragogia pressupõe e propõe a educação pautada nos princípios de competitividade e produtividade e das mais novas formas de gestão, pressupõe relação de democracia entre a empresa, por seus treinamentos e o empregado treinando, alegando a existência de liberdade na busca do aprender. Liberdade vigiada? Cabe-nos questionar e refletir? O trabalhador opta por aquilo que deseja aprender? Há opções de escolha na busca por sua qualificação?

[...] a produção não produz unicamente o homem como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem sob forma de mercadoria; de acordo com tal situação, produ-lo ainda como um ser espiritual e fisicamente desumanizado [...] (LUKÁCS, 1989, p.174).

Ao se apropriar da responsabilidade pela formação de sua mão de obra, o mundo produtivo, no caso a FIAT/MINAS se apropria na verdade da possibilidade de estabelecer os rumos desta formação no que diz respeito ao controle do trabalhador em todas as instâncias no trabalho: na formação/na produção/na avaliação. Indiscutivelmente ao utilizar a andragogia, os programas de formação na empresa atingem um dos objetivos mais perversos na relação capital/trabalho e conseqüentemente neste caso da relação trabalho/educação: o de forjar o homem/trabalhador a um modelo previamente idealizado, é um forjar a segunda natureza humana, uma natureza adaptada, indolente, que responda prontamente as demandas do trabalho e atenda às exigências do perfil flexível.

Além destas ações e ainda seguindo a lógica da produtividade e criatividade a Fiat/MG instituiu em 1997 o “*Prêmio Fiat Educação*” que já está na sua 16ª Edição (2012) que visa premiar filhos dos empregados do grupo Fiat com base em seu desempenho escolar e distribui 100 prêmios de 4000 reais para estudantes do ensino médio e 30 prêmios de 8000 reais para estudantes do curso superior.

A verdade é que a qualificação profissional da Fiat recria os passos das políticas públicas para a qualificação profissional no Brasil: uma concepção teórica

pautada nos princípios da racionalidade técnica e do liberalismo; uma metodologia tecnicista que visa mais o treinamento técnico aliado às demandas do mercado e ainda a subjetivação do trabalhador atendendo ao novo perfil forjado no contexto do desenvolvimento técnico-científico acelerado e da globalização. do que a educação ampla, formal e emancipadora.

6. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: REFLEXÕES POSSÍVEIS

De tudo ficaram três coisas... A certeza de que
estamos começando...
A certeza de que é preciso mudar...
A certeza de que podemos ser interrompidos antes
de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte, um encontro!

Fernando Sabino

Este capítulo apresenta os resultados das reflexões realizadas sobre a pesquisa da tese: na relação Capital x Trabalho, o processo de reestruturação produtiva reitera o processo de alienação da classe trabalhadora por meio de um novo padrão de “formação” profissional que ultrapassa o velho padrão de qualificação profissional.

Entendendo as concepções presentes nas propostas de formação profissional governamentais e empresariais na década de 1990 a partir da análise sobre as concepções de qualificação profissional, da evolução do trabalho nas sociedades capitalistas e da noção de sociabilidade. Foram avaliadas algumas dimensões da empresa automobilística no Brasil, e neste setor a Fiat Minas e seu sistema de formação profissional.

É visível o esforço empreendido por diversos autores, principalmente da área de educação para definirem a qualificação profissional e a conceituarem neste processo. Diante disto surge nova tendência das próprias empresas qualificarem os seus quadros de funcionários, muitas vezes em seu próprio local de trabalho, o que facilita o estabelecimento e desenvolvimento de noções que interessam muito mais ao discurso empresarial que aos interesses dos trabalhadores. No caso da Fiat Minas é isto o que constatamos.

Ao discutir-se a relação existente entre a educação e o mundo do trabalho, verificamos que em termos de proposições teóricas esta discussão tem origem no final na década de 1990 sendo preocupação constante da legislação educacional brasileira, acompanhando o desenvolvimento político, social, econômico e cultural da sociedade; neste âmbito destaca-se que estas mudanças traduzem-se em um cenário de profundas e complexas conexões e interrelações. A revolução

tecnológica, a globalização, a reestruturação produtiva constituem-se num primeiro momento numa ruptura em relação ao modo de produção taylorista/fordista ideia defendida pela classe dominante e implicam o entendimento de um novo perfil de trabalhador e, conseqüentemente, de um novo modelo de qualificação profissional.

Para Assis (1994, p.22):

A conclusão de que as novas tecnologias principalmente em seu estágio mais avançado implicam a presença de trabalhadores com formação mais abrangente encontra apoio em dados obtidos junto a empresários sobre os impactos das inovações tecnológicas na organização do trabalho. O estudo comprovou que os empresários esperam: que o grau de flexibilidade/polivalência do corpo coletivo de trabalho seja maior; o grau de especialização seja maior; o grau de repetitividade das tarefas seja menor; o grau de controle sobre o trabalho seja menor. Isto significa formação mais sofisticada e complexa que privilegie o desenvolvimento do raciocínio lógico do trabalhador, de sua capacidade de aprender, de sua iniciativa para resolver problemas entre outros aspectos.

Entre as diversas concepções de qualificação, destacam-se a que aponta para a formação meramente técnica; a que aponta para o atendimento linear às demandas do modelo produtivo, adequando-se ao novo perfil sugerido e a que aponta para a necessidade de se tornar a escola (lócus reconhecidamente de formação do trabalhador) como espaço formador do homem integral, crítico. Entender o homem como ser trabalhador e o ser trabalhador como homem. [...] Em lugar de ajustar-se reativamente e defensivamente às inovações tecnológicas, deve-se considerar que a educação tem um papel ativo e estimulador a desempenhar. (ASSIS,1994, p. 5).

Percebe-se que a história do homem, diretamente ligada à história do trabalho na sociedade capitalista aponta para a mesma ordem, em que é sempre necessário adaptar-se. No bojo do desenvolvimento capitalista, com a expansão do capital internacional, com a globalização da economia, a substituição do fordismo pelo modelo de acumulação flexível, a ideia de trabalhador polivalente e flexível é voltada ao objetivo único de responder às mudanças impostas. O novo modelo que emerge neste cenário traduz-se em novo modelo de vida, de ser, de homem. Ao modificar o modo de produção e edificar a exigência de novo trabalhador, conseqüentemente este modelo requer nova qualificação, novo modo de fazer educação. Ao exigir que o trabalhador detenha habilidades específicas deste modelo pressupõem-se

habilidades que vão além do processo de ensino e aprendizagem e que apropriam-se do saber tático em que as habilidades situam-se e são aprendidas no cotidiano do trabalho.

Importa atentar-se para o fato de que, para se pensar em construir um modelo de qualificação profissional, é necessário o envolvimento de todos os atores presentes no jogo da produção social, o modelo constituído já existe e se afirma ou reafirma nas bases da legislação e da prática, por exemplo, de agências como SENAI e SENAC; neste contexto para a construção de propostas diferenciadas é fundamental a participação dos trabalhadores pelos seus sindicatos ou associações e da sociedade civil.

A Fiat Minas faz parte do setor da indústria que maior desenvolvimento apresentou – a automobilística. Este desenvolvimento é percebido tanto no modelo de gestão quanto de produção. A análise efetivada evidencia que a Fiat vem adotando, nos últimos tempos, novas formas ligadas à reestruturação produtiva como um todo: o *just- in- time*, kanban e a gestão da qualidade total, são entre outras iniciativas inovações realizadas pela empresa. A certificação de qualidade pelo sistema ISO e a adoção de conceitos como flexibilidade e liderança fazem parte de um modelo apresentado como novo e leva esta indústria a alcançar cada vez maior produtividade e conseqüentemente lucro, como verificado em dados apresentados no Capítulo 5. Neste contexto a Fiat se preocupa a partir dos anos de 1990, cada vez mais com a formação de seus trabalhadores. Formação que seja consoante com as necessidades do modelo de indústria reestruturada. A adoção de vários referenciais são observados, mas chamamos a atenção para dois: a andragogia como processo pedagógico e o modelo das competências como concepção.

A andragogia é uma proposta considerada nova, principalmente nos meios acadêmicos e, realmente, no Brasil ela é utilizada há pouco tempo, principalmente pelo SENAI, uma vez que é indicada quando se trata da educação de adultos, porém data de 1926 nos Estados Unidos. Estudiosos como Oliveira e Vicentini (1999) chamam a atenção para o fato de que no Brasil educação de adultos significa na maioria das vezes programa de alfabetização. A andragogia presta-se a educação em vários âmbitos principalmente na qualificação profissional de adultos.

Para Cavalcanti (1999, p.20):

Partindo de princípios assumidos por Knowles, inúmeras pesquisas foram realizadas sobre o assunto. Em 1980, Brundage e MacKeracher estudaram exaustivamente a aprendizagem em adultos e identificaram trinta e seis princípios de aprendizagem, bem como as estratégias para planejar e facilitar o ensino. Wilson e Burket (1989) revisaram vários trabalhos sobre teorias de ensino e identificaram inúmeros conceitos que dão suporte aos princípios da Andragogia. Também Robinson (1992), em pesquisa por ele realizada entre estudantes secundários, comprovou vários dos princípios da Andragogia, principalmente o uso das experiências de vida e a motivação intrínseca em muitos estudantes.

Segundo Oliveira, (1999, p. 20):

A teoria de andragogia de Knowles é uma tentativa para desenvolver uma teoria específica para o aprendizado relacionado a pessoas adultas. Knowles enfatiza que adultos são auto-direcionados e esperam ter responsabilidade para tomar decisões. Os programas de aprendizado adulto precisam se adaptar a esse aspecto fundamental. A andragogia se aplica a qualquer forma de aprendizado para adultos e tem sido extensivamente usada no modelo de programas de treinamentos organizacionais (especialmente para domínios “soft skill” – habilidade sensível – como desenvolvimento gerencial). A andragogia faz as seguintes suposições sobre o modelo de aprendizado: (1) Adultos precisam saber porque têm de aprender algo (2) Adultos precisam aprender experimentalmente, (3) Adultos abordam o aprendizado como resolução de problemas e (4) Adultos aprendem melhor quando o tópico é de valor imediato.

Este modelo é adequado às necessidades da Fiat em formar seu trabalhador adulto, a questão apresentada é em relação ao homem formado (ou seria forjado?) pela formação profissional do modelo produtivo, principalmente da Fiat Minas. Com certeza o mundo produtivo propõe a formação do indivíduo adaptável, porque precisa manter-se no emprego; acessível porque precisa aprender suas funções, normalmente novas, subjetivadas, porque de acordo com Linhart (1993), os trabalhadores, nos anos 80 do século XX, são convidados a participarem, a contribuírem para alimentar a dinâmica organizacional de conjunto constantemente sobre tensão. Entretanto, são mantidas formas de controle do trabalho e de qualificação tayloristas o que, na opinião da autora, é uma tentativa de conciliar coisas inconciliáveis, a formação profissional é mais um entre tantos artifícios utilizados pela gestão empresarial para esta subjetivação. Nesta perspectiva o indivíduo perde a sua possibilidade de ser criado eu age/reage no seu ambiente social e operacional. Apesar das proposições produtivas o ser adaptado é um ser

que se contrapõe através de diversos artifícios tais como organizações coletivas, participação em associações de classe e/ou sindicatos de sua categoria. Isto comprova a tese apresentada e chamamos a atenção inclusive para o fato de que O ISVOR, principal espaço de formação da FIAT Minas utiliza a formação profissional diferentemente das proposições teóricas construídas que fazem uso do conceito de qualificação profissional desenvolvido, estruturado e definido pelos teóricos que o discutem na academia.

Se por um lado o processo de reestruturação produtiva no contexto do capitalismo global neoliberal submete o capital a uma nova ordem, por outro também submete o trabalhador. É interessante perceber que a ideia projetada é a do fim das classes, da relação capital trabalho, o fim da necessidade de resistência do trabalhador. Entretanto aliado a este discurso ideológico há uma histórica possibilidade de resistência por parte dos trabalhadores, uma história de luta. A relação dialética destes elementos contraditórios é o que pode determinar o caminho a seguir.

“O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens” (MARX, 1983, p.159).

Não negamos aqui, a importância de determinadas forças na conservação e/ou manutenção das relações preestabelecidas entre capital/trabalho na empresa. Forças cada vez mais adequadas ao novo modelo mundial de produção e produtividade, inerente ao próprio processo. Entretanto, nem tudo é apenas reprodução ou conservação da realidade dada, o sujeito é subjetivado, mas sua subjetividade pode ser libertadora, nas relações estabelecidas no cotidiano do trabalho, o indivíduo pode recriar-se: O indivíduo em situação cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções. (KOSIK, 1976, p.10).

Apesar do importante papel das estratégias de formação e/ou subjetivação/alienação do trabalhador os espaços de organização coletivas como entidades de classe e sindicatos cumprem também um importante papel pela via do trabalhador. Não podemos esquecer no entanto que a organização sindical também sofreu com a crise iniciada nos anos de 1970 e acirrada nos anos de 1990. As mudanças sociais e laborais, políticas, econômicas, tecnológicas recaem sobre os

sindicatos eu passam por dificuldades em relação a novas adesões, organização de movimentos (como greves e paralisações); a mudança na esfera das negociações passando de acordos coletivos para acordos individuais são causas desta crise sindical, bem como outros fatores como o desemprego, empregos informais e terceirizados.

Para Alves (1998 p.12) a crise do sindicalismo, amplamente debatida por intelectuais e sindicalistas, possui duas dimensões fundamentais. Por um lado, a sócio institucional, caracterizada pelo declínio das taxas de sindicalização que se expressa na crise de representação de classe base sobre qual se edificou o sindicalismo tradicional corporativo, inspirado no fordismo.

Está claro, que o conjunto de questões que apontam para a concepção de formação e de homem da Fiat MG está ligado a determinadas forças que se fazem a partir da conservação e ou rupturas na história do trabalhador, forças que são resultantes de sua vivência, da sua interação no contexto em que vive, da sua apreensão das experiências cotidianas do mundo em que se insere. É preciso apenas que não se perca de vista a perspectiva de historicamente existirem possibilidades de que estas forças atuando dialética e contraditoriamente possam gerar uma contraposição ao que está posto, visando garantir a dignidade do profissional. Aí reside também o papel da educação.

A formação integral do trabalhador não virá pela via exclusiva do desenvolvimento de habilidades específicas que o capacitem ao exercício de um determinado fazer, mesmo quando enriquecido com a apropriação dos conhecimentos que sustentam essas habilidades e que podem lhe dar o domínio da técnica, em nível teórico e prático. Sua evolução enquanto homem que é, antes de ser apenas trabalhador, passa por uma formação que o ajuda também a compreender seu valor único como indivíduo, sua relação com o todo e sua responsabilidade em se colocar no quadro geral da sociedade de uma maneira construtiva e consciente [...]. Nesta direção pode-se resgatar para a profissionalização seu compromisso educativo que se esvaziou ao longo do tempo em que serviu apenas aos valores materiais da vida e aos interesses econômicos dos sistemas vigentes. (REGNIER, 1993, p.15)

Entender esta abordagem significa entender uma educação que avance nos limites e possibilidades impostas ainda que se utilize do trabalho como categoria central. É uma educação em que os rumos se desenham numa rede em que sujeitos

e ações se articulam e dão voz aos anseios de uma camada historicamente excluída dos bens socioeconômicos e culturais.

Assumindo a formação profissional pela via das competências, o sistema de formação profissional na Fiat Minas pressupõe a busca da qualificação individual aliada ao discurso da empregabilidade; as empresas capitalistas e em nosso caso a Fiat Minas, utilizam-se desta forma da formação tácita desenvolvida pelo trabalhador, disseminando um discurso de compromisso e cooperação. A verdade é que para além da melhoria dos saberes dos trabalhadores a formação tem como objetivo precípuo o aumento e melhoria da produtividade.

[...] a relação entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível se expressa através de uma diferente forma de materialização da dualidade estrutural que se constrói a partir da relação que se estabelece entre o mercado que exclui a força de trabalho formal para incluí-la de novo através de diferentes formas de uso precário ao longo da cadeia produtiva e um sistema de educação e formação profissional que inclui para excluir ao longo do processo, seja pela expulsão ou pela precarização dos processos pedagógicos que conduzem a uma certificação desqualificada. (KUENZER, 2002, p. 47).

Por outro lado não se pode negar a possibilidade dinâmica e dialética nesta relação empresa-formação-trabalhadores uma vez que é na construção dos saberes no chão da fábrica, no cotidiano do trabalho e nos cursos de formação que os trabalhadores podem se entender enquanto sujeitos do processo.

Portanto, a qualificação profissional no contexto das propostas públicas e empresariais vem apenas acomodar diversos interesses presentes do capitalismo, no que se refere à forma de oferecimento do ensino profissional. Estas propostas não se constituem entretanto como hegemônicas e não podem se propor como institucionalizantes de um novo paradigma pois não há uma participação efetiva dos diversos atores, principalmente dos trabalhadores.

Conclui-se após as análises e reflexões possíveis que o sistema de formação profissional da Fiat se pauta por dois eixos considerados por nós como fundamentais: a formação para as competências e a utilização da Andragogia como referencial de formação. Na realidade a ideia da formação é a adaptação do campo profissional que serve como mediador entre o sujeito (indivíduo) e a sociedade. A

competência é o conhecimento 'necessário' para o sucesso pretendido. Observa-se que, consoante às demandas do mundo do trabalho e as novas formas de gestão do capital, a formação profissional da Fiat desenvolve uma concepção de ser humano que é adaptado ao Taylor/fordismo e ao toyotismo, cooperativo, e, na visão da própria empresa: "feliz".

REFERENCIAS:

ALBARNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

ALBUQUERQUE, Eduardo. *A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária*. São Paulo: Artes Gráficas, 1990.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. São Paulo: Ed. Práxis, 2ª Ed., 2007.

_____. *Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade – mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI*. Revista da UFAL, v.10, p.61 - 76, 2003.

_____. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis. 2001

_____. *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo Brasil*. 1998. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) IFHC/Unicamp. Campinas.

ANFAVEA. *Anuário estatístico da Anfavea 1995*. São Paulo: Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Aonde vai o mundo do trabalho*. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Os Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARANHA, Antonia V. *A qualificação profissional: um estudo de caso na Fiat/MG*. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2000.

ARANHA, M. L.; MARTINS, M. H. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ARROIO, Ana & RÉGNIER, Karla V. *O novo mundo do trabalho: oportunidades e desafios para o presente*. <http://www.senac.br/boltec272d.htm>. Disponível em 2012.

ARROYO, Miguel. Educação Básica, Profissional e Sindical – um direito do trabalhador, um desafio para os sindicatos. In: *Educação de Jovens e Adultos: relatos de uma nova prática*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 1996.

_____. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA Éster et al. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 7ª. ed., São Paulo: Cortez (Coleção Questões da nossa época, vol.19.),1999.

_____. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, Celso João, SILVA JUNIOR, João dos Reis e OLIVEIRA, Maria Rita N.S. (orgs) *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã,1999.

ASSIS, Marisa de. A Educação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João et al. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BELLINI, Cledorvino. Raio X do grupo FIAT no Brasil. *Revista do grupo Fiat do Brasil*. N. 107. 24 de janeiro de 2007

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer 16/99*, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, institui as diretrizes curriculares para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 1999.

_____. Mec/Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries*. 1999.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 18ª ed., atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei nº 9394 de 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Ministério do Trabalho. *Política para a educação profissional*. Brasília: MEC/MTb, 1996.

_____. *Plano Nacional de Educação* – proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília: MEC/INEP, 1998.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRESCIANI, Paulo. Os Desejos e o Limite: Reestruturação Industrial e Ação Sindical no Complexo Automotivo Brasileiro. In: LEITE, M. P. (Org.) *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997.

BRONZO, Marcelo L. *Gestão de suprimentos e estratégias de segmentação de fornecedores na cadeia produtiva da Fiat Automóveis S.A.* Tese (Doutorado em Administração) FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

CAMARGO, Otávio Silva. *As mudanças na organização e localização da indústria automobilística brasileira (1996-2001)*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) 2006. UFMG / CEDEPLAR, Belo Horizonte.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

CARVALHO, Celso do P. F. de. *Trabalho, Educação e qualificação Profissional: um estudo sobre o Telecurso 2000*. Dissertação (Mestrado em Educação) 1998. PUCSP, São Paulo.

CARVALHO, Ruy Q. *Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação na indústria automobilística*. São Paulo: L & PM, 1987.

_____. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, C. J. et al. (Orgs). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes. 1994.

CARVALHO, R. Q. e SCHMITZ, H. O fordismo está vivo no Brasil. *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, nº 27, São Paulo, jul. 1990.

_____. Modelo de qualificação para a competência organizacional. In: CARVALHO, Ricardo A. A.; CARVALHO NETO, A. M. (Org.). *Sindicalismo e Negociação Coletiva nos Anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 2001.

CASTRO, Nadya de Araújo. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: MACHADO Lucilia R. de S. et al. *Trabalho e educação*. Campinas: Papyrus, ANDE/ANPED, p. 69-86, 1992.

_____. Nadya de Araújo. Qualificação, qualidades e classificações. *Educação & Sociedade*. Campinas, ano XIV, p. 216, ago. 1993.

CATTANI, Antônio. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Trabalho e autonomia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAVALCANTI, Roberto de Albuquerque. Andragogia: a aprendizagem nos adultos. *Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba*. João Pessoa, nº 6, ano 4, jul. 1999.

CHANLAT, Jean Francois. Modos de Gestão, Saúde e Segurança no Trabalho. In: DAVEL, Eduardo e VASCONCELOS, João (Orgs.). *“Recursos” Humanos e Subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 1996. P.118-128.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 6ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHESNAIS, François. Qualificação, qualidades e classificações. Educação e Sociedade, Campinas, nº 45, 1993.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração*. (entrevista). Folha de São Paulo, domingo, 2 nov. 1997.

CORIAT, Benjamim. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Trad. Emerson S. Silva, Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

CORRÊA, Henrique L. et al. *Just- in- time, MRPII e OPT: um enfoque estratégico*. São Paulo: Ed. Atlas, 1993.

CORRÊA, Maria Laetitia. A modernização da indústria têxtil e os condicionantes da formação profissional. *Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, nº 3, revista do NETE/UFMG, 1998.

CORRÊA, Maria Laetitia & TEIXEIRA, Alessandra Luisa. *Uma nova faceta da gestão empresarial: a conformação da subjetividade do trabalhador*. Belo Horizonte, UFMG, (Mimeo), 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (Brasil). Câmara de Educação Básica. *Parecer 16/99*, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, institui as diretrizes curriculares para a educação profissional de nível técnico. Brasília, 1999, p. 33.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papirus, 1995.

CUNHA, L. A. *Estado e Educação*. Campinas: Papirus, 1992.

_____. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, nº 14, mai/jun/ago 2000.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v.22, n.2, set/dez,1996.

_____. O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v. 27, n.3, set./dez, 2001.

DE MASI, Domenico. *A Sociedade pós-industrial*. Trad. Anna Maria Capovilla et al. 3ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

_____. *O futuro do trabalho*. Trad. Yadyr A. Figueiredo. 3ª ed., Brasília: José Olympo e Ed. UNB, 2000.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Inteligência operária e Organização do trabalho: a proposta do modelo japonês de produção. In: HIRATA, Helena. *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993.

DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

DIAS, Ellen e NAPOLEÃO, Polliana. A educação faz a liderança. In: MUNDO FIAT. *Revista do GRUPO FIAT*. N. 95.p.50. Junho, julho de 2009.

DOMINGUES. Ionara Pontes. - *200 Anos de Educação Corporativa no Brasil, 100 Anos na Fiat Itália e 30 Anos na Fiat no Brasil*. Atas do 1º Encontro de Educação CorporativaBrasil/Europa.1999.<http://homepage.ufp.pt/biblioteca/EDUCOR/PDFs/002.pdf>. Acesso em janeiro de 2000.

DOWBOR, Ladislau. *Sociedade do conhecimento*. 1998 (Mimeo).

DUARTE, Cláudio R e MELLO, Caio B. Contra a afirmação do sujeito. In: *Fim do trabalho: da teoria à práxis, reunião do Grupo de Estudos Krisis*. Lisboa: 2 a 9 de junho de 2001.

DULTRA, Judite Amélia Lago & Bastos, Antonio Virgílio Bittencourt. Trabalho, qualificação e competências: um desafio atual. *RBDEPA - Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração*. 1 (2), 26-58. 2009.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EIZIRIK, Marisa F. Paradigmas da subjetividade contemporânea. *Educação, Subjetividade e Poder. Revista do Núcleo de Estudos sobre subjetividade, poder e educação*. PPGE/UFRGS, Porto Alegre, Unijui, nº 2, 1995.

_____. Ética e cuidado de si: movimentos da subjetividade. *Educação, Subjetividade e Poder. Revista do Núcleo de Estudos sobre subjetividade, poder e educação*. PPGE/UFRGS, Porto Alegre, Unijui, nº 4, 1997.

ESCARIÃO. Glória das neves Dutra. *A globalização e a Homogeneização do currículo no Brasil*. Tese. (Doutorado em Educação), UFPB. João Pessoa: 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; SEVERINO, Antônio Joaquim, (Orgs.). *Conhecimento, Pesquisa e Educação*. Campinas: Papirus, 1997. (Série Cidade Educativa), v. 01.

FERRETI, Celso João et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRETI, Celso João & SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Qualificação profissional – uma abordagem teórica e perspectivas de pesquisa*. São Paulo, 1997.

PIQUINI, Marco. FIAT EM FAMÍLIA. *Revista da Fiat Automóveis*. Betim, Ano IV, nº 38, out 2001.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Graal Ltda. 1981.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Moraes, 1999.

FRESCO, Paolo e CANTARELLA, Paolo. *Revista do Grupo Fiat no Brasil*. Nova Lima, Gerência de Comunicação, 2001.

FREYSSENET, Michel. Automação e qualificação da força de trabalho. In: ROSA, Maria Sales de Melo. Soares (Org.). *Gestão da Empresa: automação e competitividade; novos padrões de organização e de relações de trabalho*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

_____. A Divisão Capitalista do Trabalho. Trad. Helena Hirata. *Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo 1(2):74-83, 2º sem. 1989.

FREYSSENET, Michel; HIRATA, Helena & SALERNO, Mario. Automação e novas formas de organização exigem mais do trabalhador. *Jornal da USP*, 17 a 23 ago. 1992, p.9-11.

FRIEDMANN, Georges. *O futuro do trabalho humano*. Lisboa: Moraes Editores, 1968.

_____. Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Trabalho e educação: formação técnico profissional em questão. *Caderno ANDES*, nº 10, Brasília, 1993.

_____. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A formação e profissionalização do educador frente aos novos desafios. In: *Anais do VIII ENDIPE*, V.2.1996.

_____. *Cidadania e formação técnico profissional – desafios neste fim de século*. In SILVA, Luis Eron da. (Org.). *Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulinas, 1996.

FRIGOTTO, Gudêncio; CIAVATTA, Maria Aparecida. & RAMOS, Marise Nogueira. (Orgs.) *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GALLO, Silvio. Educação, ideologia e construção do sujeito In: *Perspectiva. Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação*, Ed.UFSC, NUC/CED, Florianópolis, vol. 1, dez 1983.

_____. *Questões atuais da subjetividade*. Piracicaba: UNIMEP. Anotações de sala de aula, 1998.

_____. Subjetividade, ideologia e a construção do sujeito. *ANPED, 21ª Reunião*, GT 17, 1999.

GAMBOA. Silvio Sanchez e SANTOS, José Camilo. *Pesquisa Educacional: Quantidade – Qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A falsificação do consenso: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GITAHY, Leda (Org). Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação. In: em Gitahy, Leda (org,) Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina, CIID-CENEP, *Red Latinoamericana de Educación y Trabajo*. Buenos Aires.1994

GITAHY, Leda; RABELO, Flávio. Educação e desenvolvimento tecnológico: o caso da indústria de autopeças. *Educação e Sociedade*. Campinas, nº 45, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. Antonio. “Americanismo e Fordismo”, IN: GRAMSCI. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Civilização Brasileira. 5 ed. Rio de Janeiro. 1984.

GRUPO FIAT DO BRASIL. *Revista do Grupo Fiat*. Nova Lima: Fiat do Brasil, Gerência de Comunicação, jun 2001.

GUATTARI, Félix e ROLNICK, Suely. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Da polarização das qualificações ao modelo da competência: a evolução do debate no contexto dos novos paradigmas de organização industrial. *Simpósio inovações tecnológicas, novos padrões de organização do trabalho e qualificação de mão-de-obra*. São Paulo, 1992 (Mimeo).

_____. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, Celso João. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *O(s) mundo(s) do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos*. São Paulo, 1996. (Mimeo)

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

IBGE. *Dados do pessoal ocupado assalariado*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
Disponível em 12/05/2002. Acesso em: agosto de 2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Z. *O trabalho como princípio educativo no currículo de 2º. grau*. Relatório de projeto de pesquisa. 1987 (Mimeo).

_____. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *As novas bases materiais de produção e a educação dos trabalhadores*. I CONED, Belo Horizonte, 1996 (Mimeo).

_____. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 19, nº 63, 1998.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes 1998.

_____. *Educação cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia*. Disponível em: <http://www.educacaocidada.br/artigos> Disponível em 2002.

LA FIAT SPA. Disponível em: <http://www.fiatgroup.com/it/informazioni/idfiatsp a.htm> Disponível em julho de 2012.

LARANJEIRA, Sônia Maria Guimarães. Qualificação. In: CATTANI, Antonio. David. (Org.) *Trabalho e Tecnologia - Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEITE, Elenice Monteiro. *O resgate da qualificação*. 1994. Tese (Doutorado em sociologia), USP, São Paulo.

LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho – novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Inovação tecnológica e relações de trabalho: a experiência brasileira à luz do quadro internacional. In: CASTRO, Nadya. (Org.), *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. *Trabalho e sociedade em transformação. Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p.66-87, jul/dez 2000.

LESSA, Sérgio. *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas, 1994.

_____. O reflexo como “não-ser” na Ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. *Revista Crítica Marxista*. Nº4. Xamã. São Paulo, 1997.

_____. *Mundo dos homens: Trabalho e ser social – a ontologia de Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIEDKE, Élica Rubini. *Notas acerca do processo de qualificação e de formação profissional no contexto de inovação tecnológica*. Porto Alegre, jul 1995 (Mimeo).

_____. Mercado de trabalho e formação profissional. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED. nº 45, 1997.

_____. Avaliação do Plano nacional de Educação Profissional: a experiência do Rio Grande do Sul. *ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS*. 1999.

_____. *Inovação tecnológica, qualificação dos trabalhadores e inserção no mercado de trabalho: Perspectiva comparativa (indústria petroquímica, metal-mecânica, vestuário, comércio e bancos)*. Disponível em: <http://www.cedes-gw.unicamp.br>. Disponível em 2000. Acesso em: maio de 2012.

LINHART, Danièle. À propos du post-taylorisme. In: LINHART, Danièle. *Sociologie du travail*. nº 1, 1993.

LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade humana. In: *Revista Temas em Ciências Sociais*, nº 4. v. 1, p. 1-18,. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

_____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. *A ontologia do ser social*. São Paulo: Ed.Ciências Humanas,1979.

_____. *História e consciência de classe*. Estudos da Didática marxista. Rio de Janeiro: Elfos,1989.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza et al. (Org.), *Trabalho e educação*. Campinas: Papirus/CEDES/ANDE/ANPEDE, 1992.

_____. *Politécnica, Escola Unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez. 1989

_____. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando Selmar. et al. (Orgs.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996, p. 13-40.

_____. O “Modelo de Competências” e a Regulamentação da Base Curricular Nacional e de Organização do Ensino Médio. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE, Belo Horizonte, nº 4, 1998.

MACHADO, Marilene Salgueiro Berto. A formação profissional no Brasil: historicidade e desafios-representações de formadores. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE, Belo Horizonte, nº 6, 2000.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. Para falar em Andragogia. In: *Relatório de Avaliação do Programa Sesi-Educação do Trabalhador*. V2, p. 19CNI-SESI. 1999.

MANCE, Euclides André. *Subjetividade, imaginários e utopias*. Texto apresentado em seminário preparativo à Semana Social da CNBB, realizado em Curitiba em maio de 1994. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/Imaginarios.htm>, acesso:18/03/2007.

MANCEBO, Deise. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: MANCEBO, Deise, JACÓ-VILELA, Ana (Orgs.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. As metamorfoses da qualificação: três décadas de um conceito. In: *ENCONTRO ANUAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*. N. 13,1999, Caxambu/SP. Anais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1999.

MARKET, Werner. *Teorias de educação do iluminismo – conceitos de trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1995.

_____. *Trabalho, universalidade, comunicação e sensibilidade – aspectos teórico-metodológicos para um conceito dialético de competência*. ANPED/2001.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 10ª ed. vol.1, Tomo I, 1983.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

_____. *O Brasil desempregado – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MEIRA, Ana Cláudia Hebling. *Subjetividade operária e antagonismos classistas: elementos para um debate*. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.pessoal.bridge.com.br/sindicalismo/AnaMeiSBS2001.rtf>. Acesso em outubro de 2012.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social*. São Paulo: Vozes, 1994.

MONTOJOS, Francisco. *Ensino industrial*. RJ: MES/CBAI,1949.

MORAES, Carmen Sylvia V. Ensino médio e qualificação profissional: uma perspectiva histórica. In: BRUNO, Lucia (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia. A geograficidade e o diálogo das ontologias. In *GEOgraphia*, ano VI, no. 11. Niterói: PPGEIO/UFF..2004

MORENO, Luiz Carlos. *Educação para adultos: uma alternativa para o desenvolvimento do profissional*. Disponível em: <http://www.rh.com.Br/andragogia>. Disponível em agosto de 2002. Acesso em: abril de 2012.

MORIN, Edgar. A noção do sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *O Enigma do Homem. Para uma Nova Antropologia*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Para sair do século XX*. Trad. Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZANGRILLO, Paolo. *Discurso do aniversário de 25 anos da Teksid/Fiat*.(2001) Disponível em: <http://www.teksid.com.br/pagina/17/home.aspx>. Acesso em abril de 2001.

Group Fiat. *Grupo Fiat no mundo*. Disponível em: <http://www.grupofiat.com.br/pt-br/Principal.aspx>. Acesso: julho de 2012.

_____. *Código de conducta do grupo Fiat*. Disponível em: <http://www.fiat.com.br/upload/codigocondutaport23042009.pdf>. Acesso: julho de 2012

NETO, Antonio Carvalho. *Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio*. Estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, Benedito Rodrigues de Moraes. *Marx, Taylor e Ford: As forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NEVES, Magda. (Coord). A emergência de novos paradigmas de gestão da produção e do trabalho – o caso da Fiat MG. NESTH/UFMG. *Relatório de pesquisa*, 1996.

_____. Impactos da reestruturação produtiva sobre as relações capital-trabalho: o caso Fiat/MG. In: OLIVEIRA, Francisco de, COMIN, Álvaro, (Orgs.). *Os cavaleiros do apocalipse*. São Paulo: Entrelinhas/Cebrap, 1998.

_____. Cadeia Automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE, Belo Horizonte, nº 8, 2001.

OLIVEIRA, Ari Batista de. Andragogia, facilitando a aprendizagem. *Educação do Trabalhador*. Vol. 3, CNI-SESI. 1999.

_____. *Andragogia*. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.br/artigos>. Disponível em 2002. Acesso em julho de 2004.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Páginas Abertas, 1994.

OLIVEIRA, Eurenice. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PAIVA, Vanilda. Produção, qualificação e currículos. *Educação e Sociedade, Campinas*. V. 11, nº 37, p. 37-47, dez. 1990.

_____. *Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991.

PAIVA, Vanilda; WARDE, Miriam. Novo Paradigma de desenvolvimento e centralidade do ensino básico. *Educação e Sociedade*. Campinas, ano XIV, nº 44, 1993.

_____. Inovação tecnológica e qualificação. *Educação e Sociedade*. Campinas, nº 50, 1995.

PELIANO, José Carlos et al. *Automação e trabalho na indústria automobilística*. Brasília: Editora da UNB, 1987.

PELIANO, José Carlos Pereira. *Acumulação do trabalho e mobilidade do capital*. Brasília: Editora da UNB, 1990.

_____. A Girafa, a Cadela e o Modelo Japonês de Produção Industrial. *Educação e Sociedade*. Campinas, nº 45, ano XIV, ago. 1993.

_____. Reestruturação produtiva para o trabalho. *Educação & Tecnologia*. Rev. UFPR. Curitiba. v. 3 .2000.

PICANÇO, Iraci. Silva; FARTES, Vera Lucia Bueno. Transformações Tecnológicas e Educação. *Revista Tempo Brasileiro*. V.1, nº 1, Rio de Janeiro, p. 9-23, 1991.

PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio. (Orgs). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Mudanças na ocupação e a formação profissional. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE, Belo Horizonte, nº 6, jul/dez 1999-jan/jun 2000.

_____. *O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

POPPKEVISTZ, Thomas. *Reforma educacional – uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

PRONKO, Marcela A. *A disputa entre capital e trabalho na concepção e na formulação de políticas de formação técnico-profissional no Brasil: Uma aproximação histórica*. Disponível em: <http://www.senac.Br/boletimtécnico.html>. Acesso em maio de 2001.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: Posições em debate na sociologia hoje. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/trab_sindicato.pdf. Acesso em julho de 2003.

RAMOS, Marise Nogueira. *Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

REGNIER, Erna Martha. Desafios da educação para o terceiro milênio: breves considerações. *Boletim técnico do SENAC*. V.19, nº1, p. 3-15, jan./abr. 1993.

REGUEIRA, Krongnon Wailamer de Souza. Políticas para o setor automotivo no Mercosul: os impasses entre Brasil e Argentina. *Anais da IV Jornada de Economia Política do Capitalismo Contemporâneo*. Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro. 2001

_____. *Brasil e Argentina: uma análise das políticas governamentais para o setor automotivo nos anos 90*. Tese (Doutorado em sociologia) UFRGS, Porto Alegre, 1999.

REIS, Ronaldo Rosas. *Conformismo pós-moderno e nostalgia moderna: as ideologias estéticas dos anos 80*. Revista Científica do PPGC/UFF, Nº 1, 1998.

_____. *Do mundo objetivo ao mundo objeto: A formação do imaginário*. 2002. Ciberlegenda (UFF) Disponível em: www.uff.br/mestcii/rep/http, 2002. Acesso em maio de 2012.

RIFKIN, Jeremy. *O fim do emprego*. São Paulo: Makron, 1996.

ROPPÉ, Françoise e TANGUY, Lucie. *Saberes e competências*. Campinas: Papirus, 1994.

ROY, Lise. *As mudanças no mundo do trabalho e a questão da qualificação da mão-de-obra feminina na fiação nos anos 90*. Tese (Doutorado em Educação) UFSCAR, São Carlos. 1996.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALERNO, Mário Sérgio. Organização do trabalho, trabalho real e eficiência em sistemas flexíveis. In: FORTES, José; SOARES, Rosa, (Orgs). *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

_____ et al. *Mapeamento da nova configuração da cadeia automotiva brasileira*. Relatório Parcial de Pesquisa. São Paulo: POLI/USP, 2002.

SALM, Claudio. *Escola e Trabalho*. São Paulo: Brasiliense.1980

SALM, Cláudio e FOGAÇA, Azuete. *A modernização industrial e a questão dos recursos humanos*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991.

SCHAFF, Adam. *Sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SEADE/DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de São Paulo*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Disponível em Janeiro de 1998. Acesso em: julho de 2009.

SEGNINI, Lilita Rolfsen Petrilli. *Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina*. São Paulo: Educ-PUC, 1988.

_____. *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Formas diferenciadas de relações empregatícias e qualificações requeridas em um contexto altamente informatizado: análises do sistema financeiro no Brasil*. Sub-projeto4,Disponívelem:

http://www.cedes.unicamp.br/pesquisa/proj1.html#sub_proj4. Acesso em setembro de 2012.

_____. *Problematizando a relação educação, trabalho e desenvolvimento*. Disponível (2002) em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/segnini.html> Acesso em: setembro de 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Educação de adultos (andragogia). *Projeto SENAI - San Diego - 1979*. Rio de Janeiro, 1983.

SLACK, Nigel et al. *Administração da produção*. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. *Como entender e aplicar a nova LDB: Lei nº 9394/96*. São Paulo: Pioneira, 1997.

SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. Forma e conteúdo na construção ideológica do discurso de qualidade. In: FIDALGO, Fernando Selmar. MACHADO, Lucília Regina de Souza. (Orgs.) *Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital*. Belo Horizonte: Movimento Cultura Marxista. 1994, p.57-62.

STARK, Renata Elsa. Reflexões sobre educação profissional a partir da nova LDB. *Trabalho & Educação*. Revista do NETE – FAE/UFMG – Belo Horizonte, nº 5, jan./jun., 1999.

TAUILE, José Ricardo. Indústria Automobilística e (Des)Emprego. *Jornal do Brasil*. 08 jan. 1999.

Teixeira, Anísio S. (1957). Bases para uma programação de educação primária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. R.J. v.27, n.65, jan./mar., p. 28-46, 1957.

TEVES, Nilda. O Imaginário na Configuração da Realidade Social. In: TEVES, Nilda. (Org.) *Imaginário Social e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

_____. Homem e as redes de informações: novas subjetividades. *Educação, Subjetividade & Poder, Porto Alegre*. Revista do Núcleo de estudos sobre subjetividade, poder e educação do PPGE /UFRGS, Unijui,1995.

THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica e investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIE-Transnational Information Exchange. Protecionismo e Internacionalismo. In: *III Conferência Internacional dos trabalhadores da indústria automobilística – “Protecionismo e Internacionalismo”*. Bad Boll, RFA: mar, 1988.

_____. Fiat entre despotismo e dinamismo em busca da competitividade. In: TIE informa, N 10, mar. De1992.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

_____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TREIN, Eunice. A Requalificação do Trabalhador na Perspectiva do Capital e do Trabalho - Uma Discussão Atual. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 105, p. 115-130, 1991.

TREIN, Eunice e CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. *Revista Brasileira de Educação*. Revista da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/Autores Associados, Rio de Janeiro, nº 24, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANEXOS

ANEXO I

RELAÇÃO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO GT TRABALHO E EDUCAÇÃO DA ANPED TRABALHOS APRESENTADOS NO GT 9 – Trabalho e Educação^{38[1]}

1995 (18ª RA/ANPED)			
AUTOR	TÍTULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
1	ARRAIS NETO, Enéas de Araújo	UFCE	Considera que a reflexão sobre os rumos possíveis para o processo de qualificação profissional deve ser situada como parte do processo educativo global da sociedade brasileira, processo esse que mantém relação profunda e necessária com o mundo do trabalho. A compreensão dessa questão remete às modificações na organização do trabalho produtivo, derivadas das inovações tecnológicas e organizacionais, e a emergência de novos modelos de participação social, baseados nos conceitos de cidadania e democracia.
2	ARRAIS, Cristiane Holanda	UEVA	Busca caracterizar a adequação de propostas e práticas educacionais às "necessidades concretas" classistas da clientela do noturno. Verifica até que ponto o trabalho educativo desenvolvido em uma experiência singular leva a consciência-em-si ou à consciência-de-si, em termos do nível de superação da ideologia dominante e constituição de uma nova práxis por parte dos alunos.
3	DELUIZ, Neise	UFRJ	Analisa as formulações teóricas de Habermas sobre a formação do sujeito para discutir novos rumos para a educação.
4	GENTILI, Pablo	UBA	Propõe desenvolver alguns argumentos críticos em torno do caráter que assume o projeto neoliberal no campo educativo. Para isso, apresenta, de forma sumária e comparativa, os diagnósticos e as promessas que foram formuladas há décadas atrás sobre a teoria do capital humano e as que são formuladas hoje pelos defensores desta nova forma de reducionismo economicista plantada pelo neoliberalismo.
5	HIPÓLITO, Álvaro Moreira	UFPEl	Preende resgatar as principais questões desenvolvidas em estudo realizado sobre Trabalho Docente, no qual busca revelar os avanços e impasses teóricos ainda presentes na produção acadêmica sobre o assunto. Busca expressar sinteticamente as características consideradas fundamentais para a interpretação do trabalho docente e explicitar as posições julgadas como indicativas de avanços.
6	MARKET, Werner	UFRJ / BIBB	Considerações preliminares sobre o conceito de politécnica em três dimensões da análise: dimensão histórico-filosófica, dimensão da formação do homem, dimensão pedagógico-prática.
7	MATA, Speranza França; SIMÃO, Márcia	UFRJ / UFF	Focaliza a escola como produto de uma instituição imaginária - cenário de movimentação mítica - onde seus atores operam a dimensão conservadora ou emancipatória da cultura, no desempenho de sua atividade social fundamental, que é o trabalho escolar. Busca entender velhos problemas do campo funcional da escola sob a abordagem da microsociologia.
8	RAMOS, Marise Nogueira	ETFQ-RJ	Apresenta as conclusões da análise sobre as recentes políticas relativas ao Ensino Técnico Federal, aprovadas através da Lei nº 8.948/94, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transforma Escolas Técnicas em

^{38[1]} Entre 1995 e 2005, foram apresentados, aproximadamente, cento e quatorze (114) trabalhos nas Reuniões Anuais da ANPED, no GT 9. Entre eles 17 trabalhos apresentam como temática central a escolarização dos jovens e adultos trabalhadores, representando 1,5 % da produção do GT.

				Centros Federais de Educação Tecnológica. Verifica que essas são resultados da relação econômico-corporativa entre sociedade política e civil, sob hegemonia das classes empresariais.
9	SHIMORA, Eneida Oto	A formação do trabalhador disciplinado.	UFSC	Apresenta diferentes explicações para a harmonia entre trabalhadores japoneses e as firmas onde trabalham. Discute a insuficiência da abordagem culturalista, mostrando que não se trata de um fenômeno generalizado, uma vez que o Modelo Japonês teve origem num contexto de muitos conflitos trabalhistas. Analisa o sistema de emprego das firmas, argumentando que a cooperação e disciplina dos trabalhadores japoneses é fruto de sofisticadas estratégias de controle do capitalismo contemporâneo.
10	THISTED, Sofia Irene	Ser maestro em escuelas periféricas urbanas. El trabajo docente y sus condicionantes em contextos de pobreza.	UBA	Aborda diversos "condicionantes" que incidem sobre as construções cotidianas da prática docente enquanto pensamos que a implementação de modificações substantivas na escola deverá realizar-se a partir de considerações exaustivas dos determinantes deste trabalho. A opção metodológica para tratar da problemática foi por um enfoque que recupera os aportes da etnografia e da sociologia qualitativa.

1996 (19ª RA/ANPEd)

AUTOR	TITULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
1	ALMONACID, Cláudio A.	Los empresarios y la educacion em Chile	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO E NO CD.
2	DELUIZ, Neise	Projetos em disputa: empresários, trabalhadores e formação profissional	Objetiva explicitar as propostas de trabalhadores e empresários sobre as políticas de formação profissional; compreender a materialidade das relações sociais capitalistas que as geram, o processo de construção de atores sociais que se reconhecem como interlocutores legítimos, assim como sua atuação na esfera pública.
3	GENTILI, Pablo	¿ La maldición divina? Las complejas relaciones entre los hombres de negocio e las políticas educativas.	Discute o caráter linear que devem assumir os mecanismos de integração entre as demandas do mundo produtivo e as políticas educacionais. Defende que o desajuste entre ambas as esferas pode estar articulado funcionalmente com o modelo de desenvolvimento capitalista em curso.
4	LEHER, Roberto	Educação e tempos desiguais: reconstrução da problemática trabalho-educação.	Investiga as categorias do Tempo presentes na área Trabalho-Educação, destacando a formulação do Banco Mundial e seus críticos. Evidencia que o Banco Mundial objetiva integrar os países em desenvolvimento ao fluxo hegemônico do tempo.
5	OSOWSKI, Cecília; MARTINI, Jussara Gue	Trabalhadores infanto-juvenis de escolas de 1º grau contribuindo para repensar o currículo.	Investiga a representação de trabalho para alunos trabalhadores infanto-juvenis fonte para a construção de categorias como currículo. Discute-se como o trabalho doméstico tem servido para diferentes aprendizagens
6	RAMOS, Marise Nogueira	Reforma da educação profissional: uma crítica contraditória da (a)-diversidade estrutural.	Analisa as propostas do governo FHC, em relação à educação profissional (Lei. 1603/96), estabelecendo relações entre esta proposta e as aprovadas ao final da última gestão federal (cefetização das ETFs).
7	SANTOS, Heloisa Helena	O saber em trabalho: a experiência de desenvolvimento tecnológico pelos trabalhadores de uma indústria.	Discute a relação entre os engenheiros e os trabalhadores diretos numa indústria de bens de capital.
8	TUMOLO, Paulo Sérgio	A educação frente às metamorfoses no mundo do trabalho: uma proposta de método de análise.	Expõe os mais importantes questionamentos ao "modelo" japonês. Analisa os diversos processos de trabalho como expressão aparente de realização da acumulação capitalista nesta atual fase de "acumulação flexível de capital".
9	ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi	O reverso da medalha: os limites da administração participativa na indústria (um estudo de caso).	Objetiva verificar quais as exigências, quanto à qualificação, as empresas do setor secundário que estariam superando a crise gerada pelo acirramento da competição industrial, estão colocando para o quadro funcional e como explicam a necessidade de tais exigências.

1997 (20ª RA/ANPEd)

AUTOR	TITULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
1	ANDRADE,	A formação dos "intelectuais	PMAR NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO E NO CD.

	Flávio Anísio	urbanos" no contexto da transformação produtiva		
2	ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima	As novas "qualidades pessoais" requeridas pelo capital.	UFMG	Estudo de caso de caráter exploratório sobre um conjunto de atributos pessoais hoje demandados aos trabalhadores pelas empresas que introduziram novas tecnologias organizacionais associadas ao paradigma da produção flexível e integrada.
3	FRANCO, Maria Ciavatta	Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália.	UFF	Apresenta as questões principais de uma pesquisa comparativa sobre políticas de formação profissional de trabalhadores em três países, México, Itália e Brasil.
		<u>Trabalho encomendado</u>		
	FRIGOTTO, Gaudêncio	Trabalho, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento da historicidade do discurso.	UFF	Realiza um balanço crítico teórico-metodológico no GT Trabalho e Educação da ANPED, pretendendo assinalar duas ordens de questões: a) situar os desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação no contexto da crise dos paradigmas das ciências sociais; b) direcionar e delimitar as alternativas ético-políticas no campo econômico-social e educacional em disputa no fim do século XX.
4	GENTILI, Pablo	Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.	UERJ	Sintetiza algumas tendências estruturais do desenvolvimento capitalista contemporâneo que marcaram a desintegração da escolaridade como promessa integradora.
		<u>Trabalho encomendado</u>		
	KUENZER, Acácia Zeneida	Desafios teórico-metodológico e perspectivas para a pesquisa sobre as relações entre trabalho e educação em face das transformações ocorridas no âmbito do trabalho e do papel social da educação (em particular, a escola).	UFPR	Indica alguns pontos para orientar o debate sobre as categorias de conteúdos e as categorias metodológicas da área de conhecimento Trabalho e Educação. Destaca algumas preocupações como: a contribuição da produção do GT e a educação dos trabalhadores; se a ida a mundo das relações sociais e produtivas tem sido seguida pelo necessário retorno à escola?; quem é o objeto de estudo e compromisso do GT?; qual tem sido o papel do GT na formulação de políticas públicas?
5	MARKET, Werner	Trabalho em grupo nas empresas alemãs: um novo modelo de produção e uma proposta de formação profissional.	RIBB	Analisa novos conceitos implantados em empresas alemãs e as consequências para a qualificação profissional.
6	MARTINS, Hebert Gomes	A qualidade total como confirmação do campo pedagógico através da aprendizagem organizacional: o caso da companhia Cervejaria Brahma - filial Rio de Janeiro.	UFF / UCB	Focaliza a planta industrial da Companhia Cervejaria Brahma, em Campo Grande, como pólo difusor do processo de modernização tecno-gerencial da Companhia. Demonstra que a instrumentalização de recursos pedagogizantes extrapola o espaço de treinamento para assumir a forma de um verdadeiro movimento social onde todos devem estar imiscuídos no processo de aprendizagem.
7	NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester	Artes liberais e artes mecânicas: a difícil integração.	UFSCar	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO E NO CD.
8	SOUZA, Maria das Graças Galvão de	A complementação da escolaridade do trabalhador na empresa: uma experiência baiana.	UFBA	Aborda os novos paradigmas que se projetam no cenário industrial e a redefinição do perfil do trabalhador, enfatizando a escolaridade e analisando estratégias adotadas por uma empresa para complementar a escolaridade de seus trabalhadores, além de verificar quais os impactos de um programa educacional implantado por uma empresa no cotidiano do trabalhador e o que isso significa para os alunos-trabalhadores, dirigentes, educadores e sindicalistas.
9	TUMOLO, Paulo Sérgio	O novo padrão de acumulação de capital e a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores.	UFSC	Apresenta uma discussão a respeito das questões colocadas pelo novo padrão de acumulação de produção capitalista à formação sindical desenvolvida pela CUT.
1998 (21ª RA/ANPEd)				
AUTOR	TÍTULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO	
1	AMÂNCIO FILHO, Antenor	Limitantes para uma educação politécnica na saúde.	ENSP	Examina a iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz para construir uma experiência educacional tendo a concepção de educação politécnica como eixo norteador das ações do curso técnico de segundo grau.
2	ANDRADE, Flávio Anício	A formação do "cidadão-trabalhador": educação e cidadania no contexto do "novo	UFF	Apresenta o entendimento das organizações representativo/organizativas de classe da burguesia industrial brasileira acerca, do sentido que deve

		industrialismo".		assumir o conceito de <i>cidadania</i> e do papel que deve cumprir o campo da educação no bojo do processo de criação da força de trabalho adequada aos requisitos técnico-comportamentais exigidos pelas novas formas de produção.
3	ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra	As empresas automobilísticas e suas estratégias de formação de recursos humanos: a referência da Volkswagen e da Mercedes Benz do Brasil.	USP	O estudo contextualiza as mudanças ocorridas na economia e no mercado e nos efeitos sobre a qualificação do trabalhador. Toma como referência a intensificação do processo de introdução de novas formas de organização e gestão do trabalho pelas empresas em âmbito global. Utiliza como campo de investigação empírica as empresas Volkswagen e Mercedes-Benz do Brasil.
	ARRUDA, Marcos	<u>Trabalho encomendado</u> A formação humana integral para uma socioeconomia solidária: uma práxis superadora.	IPACS / Instituto Transnacional de Amsterdã	Discute as contradições da globalização e o papel-chave da educação, na passagem da economia do trabalho manual para a economia do conhecimento e o desafio da construção dos sujeitos de uma economia voltada para o desenvolvimento humano e social, fundada em valores como a co-responsabilidade, a partilha, a cooperação e a solidariedade.
4	BIANCHETTI, Lucídio	As novas tecnologias e o devassamento do espaço-tempo do saber tácito dos trabalhadores.	UFSC	Rediscute os conceitos de qualificação, qualificação tácita, apropriação e expropriação. Retomando o entendimento sobre o controle do saber-fazer dos trabalhadores, a partir das mudanças colocadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.
5	CASTRO, Ramón Peña	Desvalorização real do trabalho e ilusória centralidade da educação.	UFSCar	Questiona a centralidade da educação num contexto histórico caracterizado pela desvalorização do trabalho e pelo questionamento do caráter público da educação, como materialização dos direitos sociais. Focaliza as mudanças que determinam a nova centralidade do trabalho e o paralelo aprofundamento da sua alienação.
6	CORBALAN, María Alejandra	Banco Mundial y políticas laborales: el caso argentino (1990-96).	UNICAMP	Analisa a possível concordância entre as propostas do Banco Mundial em torno das políticas do trabalho e as que vem propondo e concretizando o governo argentino durante a década de 1990.
	FRIGOTTO, Gaudêncio	<u>Trabalho encomendado</u> A política de formação técnico-profissional, globalização excludente e desemprego estrutural.	UFF	Discute a educação e a formação profissional, no contexto da globalização excludente, para os países "periféricos" dos centros hegemônicos do capital, o que configura um duplo desafio para os pesquisadores e educadores comprometidos com formas solidárias e socialistas. Discute os conceitos de economia solidária, economia popular e de sobrevivência, que sinalizam formas societárias que engendram indícios de uma cultura e relações de superação do trabalho alienado e de processos educativos mais globais no mundo da produção, nas relações sociais e na escola.
7	PALANGANA, Isilda Campaner	Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista.	UEM	Analisa a individualidade na sociedade capitalista. Mediado por pensadores clássicos e por pesquisadores contemporâneos, busca reunir elementos no sentido de tornar mais explícito quem é o indivíduo. Procura enfocar as transformações sociais no indivíduo e na individualidade.
8	RODRIGUES, José dos Santos.	O pensamento pedagógico industrial.	UFF	Resgata o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), desde a sua fundação, em 1938, até 1997. Analisa o conceito de formação humana presente nos discursos e documentos técnicos produzidos no interior da CNI.
9	RUMMERT, Sonia Maria.	Capital e trabalho: convergências e divergências quanto à educação básica.	UFF	Analisa as concepções de educação básica de qualidade, formuladas por entidades representativas do capital e por entidades representativas do trabalho. Identifica os principais elementos constitutivos das concepções de educação daqueles que integram blocos antagônicos na estrutura social.
10	TUMOLO, Paulo Sérgio	Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico da produção bibliográfica.	UFSC	Apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica acerca da reestruturação produtiva no Brasil, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento correlatas, buscando apreender como vem se conformando como tal fenômeno neste país.

1999 (22ª RA/ANPEd)				
AUTOR	TÍTULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO	
1	ANDRADE, Flávio Anício	Educação sem distância - as demandas da produção e uma proposta formativa empresarial: o programa Telecurso 2000.	USP	Análise do programa de ensino à distância Telecurso 2000, elaborado pela FIESP e fundação Roberto Marinho. Apresenta as motivações que levaram ao estabelecimento do programa, as intencionalidades contidas em suas orientações curriculares e as implicações potenciais mais amplas para o âmbito da sociedade.
2	ARRAIS NETO, Enéas de Araújo	Educação para uma sociedade de alta qualificação profissional: os equívocos da busca pela competitividade sob a nova divisão internacional do trabalho.	UFC	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO E NO CD.
3	CÉA, Geórgia Sobreira dos Santos	A relação entre o trabalho e a educação básica: elementos de um consenso interessado.	Unioeste	pesquisa a pseudocentralidade da educação básica nas políticas educacionais atuais. Discute a formação de um consenso sobre a defesa da educação básica para a formação dos trabalhadores.
4	FIDALGO, Fernando	A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90	UFMG	Argumenta que as transformações macrosociais, nos anos 90, têm produzido alterações no modo de regulação das políticas de formação profissional, transferindo para o interior dos sistemas formativos e pela mediação do paritarismo, a atual lógica da concorrência intercapitalista.
5	HOPSTEIN, Graciela	Políticas de "capacitación" de los trabajadores publicos en el marco de la reforma del Estado en Argentina (1991-1995): formación profesional o búsqueda de consenso?	UFRJ	Estuda o papel político-ideológico que ocupa a política de capacitação destinada aos funcionários públicos do Serviço Civil na Argentina. Analisa a relação existente entre capacitação e qualificação profissional, isto é, saber se estes programas contribuem efetivamente para formar trabalhadores com maior qualificação profissional.
6	LEHER, Roberto	Para fazer frente ao apartheid educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática trabalho-educação.	UFRJ	Propõe que para uma compreensão objetiva da temática Trabalho-Educação nos países periféricos, é imperioso considerar as conexões <i>educação, governabilidade e segurança</i> , presentes nas formulações do Banco Mundial.
7	LIMA FILHO, Domingos Leite	Universidade tecnológica e cursos superiores de tecnologia: a racionalidade financeira da reforma educativa.	UFSC	Analisa as mudanças que ocorrem no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, no contexto da reforma educacional com a Lei 9394/96 (LDB), em particular a proposta de transformação desta instituição em universidade tecnológica. Discute a natureza deste tipo de instituição universitária e dos cursos superiores de curta-duração.
<u>Trabalho encomendado</u>				
	PICANÇO, Iracy Silva	Os horizontes se ampliam ou restringem-se? Desafios para a investigação no campo da educação a partir da categoria trabalho	UFBA	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO E NO CD.
8	RESENDE, Anita Cristina Azevedo	Subjetividade e trabalho ou subjetividade não é cognição.	UFG	Discute a necessidade de considerar a questão da subjetividade na compreensão da realidade contemporânea e a fertilidade da categoria do trabalho, tal qual trabalhada em Marx, para concretização desta temática.
	SALM, Cláudio	<u>Trabalho encomendado</u> Economia da educação x economicismo	UFJF	Comentários sobre os alcances e limites da Economia da Educação. O objetivo maior é contribuir para o fim dos ressentimentos entre economistas e educadores, propondo que se estabeleça uma saudável parceria entre esses profissionais.
9	SOARES, Suely Aparecida Galli	Qualificação o mito da integração social: políticas públicas e educação profissional no estado de São Paulo, aspectos inovadores e pontos críticos.	PUCAMP	Partindo do Programa de Qualificação e Requalificação Profissional do Estado de São Paulo, analisa a implementação das políticas de qualificação e requalificação profissional, através das Comissões Municipais de Emprego.
10	SOUZA, Donaldo; SANTANA, Marco Aurelio;	O entendimento da CUT, CGT e FS sobre o papel da educação face às transformações do mundo do	UNIRIO UFRJ	Busca identificar as concepções de três centrais sindicais (CUT, CGT e FS) sobre o processo de reestruturação produtiva em curso e as formas de ação sindical neste novo cenário. Analisa o

DELUIZ, Neise	trabalho: tensões e dinâmicas estruturais e conjunturais.	entendimento das centrais acerca de temáticas como: Educação e Mercado de Trabalho, Educação e Cidadania, Educação Geral e formação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Sindical, Formação de Formadores, Competências e Certificação Ocupacional e sua inserção nas Políticas Públicas de Formação Profissional.
---------------	---	--

2000 (23ª RA/ANPEd)			
AUTOR	TÍTULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
1 CÊA, Georgina dos Santos	A educação profissional sob a ótica da ruptura: reflexões sobre o PLANFOR.	Unioeste	Analisa as políticas públicas de emprego, especialmente, o PLANFOR e conclui que este Plano é a expressão do Estado liberal, além de se apresentar como campo principal de execução da educação profissional, operando a ruptura entre a qualificação para o trabalho e elevação dos níveis de escolaridade (via cursos regulares).
2 CORRÊA, Maria Laetitia; TEIXEIRA, Alessandra	Uma nova faceta da gestão empresarial: a conformação da subjetividade do trabalhador.	UFMG	Analisa como os novos processos de gestão empresarial contam com mecanismos eficazes e sistemáticos de "produção" da subjetividade dos trabalhadores.
3 CORRÊA, Vera Maria de Almeida	Formação da consciência política dos professores, em tempos de globalização e neoliberalismo.	UERJ	Analisa a influência do neoliberalismo no <i>sensu</i> comum dos professores, como parte dos problemas que se colocam para a formação das suas consciências críticas e políticas. Considera que a hegemonia do neoliberalismo depende do sucesso de sua forma de fazer a política do convencimento de que as "realidades" postas pela globalização e o neoliberalismo são inevitáveis.
<u>Trabalho encomendado.</u>			
FRIGOTO, Gaudêncio	Trabalho e educação: desafios teóricos e problemas conceituais e metodológicos.	UFF	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO, NO CD E NO SITE.
4 GARCIA, Sandra Oliveira	O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil.	UEL	Discute como foi se modificando, ou não, a formação do trabalhador na sociedade brasileira. Analisa os primeiros passos da formação profissional no Brasil, a formação profissional na República e os desafios que foram apontados e a concepção e estratégias definidas pelas instituições governamentais e empresariais.
5 INVERNIZZI, Noela	Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação na indústria brasileira: tendências dos últimos vinte anos.	UFPR	Analisa as importantes mudanças no perfil técnico, educacional e comportamental da força de trabalho ocorridas como resultado da reestruturação produtiva na indústria brasileira, com base numa revisão de estudos publicados nas últimas duas décadas, referentes aos setores industriais.
6 MAIA, Graziela Abdian; MACHADO, Lourdes	O trabalhador frente ao terceiro milênio.	UNESP	Discute o papel da gestão escolar na qualidade de ensino de uma das escolas mantidas pela empresa Nestlé (em Marília). Destinada aos funcionários que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os estudos referentes ao 1º grau. Aborda a evolução histórica do trabalho e da educação. Evidencia as principais exigências feitas ao trabalhador ao longo das transformações sociais, tendo como meta inserir o trabalhador da escola pesquisada no contexto do terceiro milênio.
7 MARKET, Werner	Novas competências no mundo do trabalho e suas contribuições para a formação do trabalhador.	UFRN	Analisa o "modelo de competência" a partir das análises das mudanças ocorridas e ainda em pleno desenvolvimento no mundo do trabalho no âmbito internacional e as contribuições para a formação do trabalhador.
8 PORTELA, Josania	Relação: educação, trabalho e cidadania.	UFC	Aborda a relação educação, trabalho e cidadania na contemporaneidade. Enumera características básicas da cidadania e sua construção histórica inserindo nessa análise o trabalho e a educação como seus pilares fundamentais.
9 SOUZA, Aparecida	A racionalidade econômica e a política educacional em São Paulo.	Unicamp	Analisa a reforma educacional paulista, no período de 1995 a 1998, buscando apreender como a educação é considerada importante estratégia para o desenvolvimento, ancorada em uma racionalidade econômica e burocrática.
10 TUMOLO, Paulo Sérgio	Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da	UFSC	Analisa o processo histórico segundo o qual a subsunção formal do trabalho ao capital criou a

		vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo.		necessidade e as condições para a diminuição do valor da força de trabalho e para a produção da mais-valia relativa materializada pelo controle do processo de trabalho e que implicou a redução do preço da força de trabalho. Este fenômeno resultou, na contemporaneidade, numa subsunção real da vida social ao capital.
11	VASCONCELOS, José Geraldo	Educação, verdade e descentralização da categoria trabalho.	UFC	Analisa o conceito de trabalho na tradição filosófica e as possíveis conexões dessa categoria com o pensamento moderno. Analisa a epistemologia desta categoria e seu redimensionamento no pensamento liberal e na ética protestante.
2001 (24ª RA/ANPEd)				
AUTOR	TÍTULO		INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
	<u>Trabalho encomendado</u>			
	ANTUNES, Ricardo	O trabalho e seus sentidos: teses e polêmicas contra a desconstrução do trabalho.	Unicamp	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO, NO CD E NO SITE.
1	CRUZ, Dulcinéia; BIANCHETTI, Licídio	A formação do "Total Trabalhador Sadia"- estratégias de qualificação de trabalhadores de uma empresa agroindustrial.	Unesco	Analisa o processo de formação/escolarização dos trabalhadores da Sadia. Esta formação é realizada por três instituições de ensino, duas públicas e uma privada, reunidas na "Escola Sadia", formando um trabalhador totalmente devotado à empresa. Conclui que esse processo evidencia uma flagrante apropriação de recursos públicos, direcionados à formação de um trabalhador, mas que responde a necessidades específicas da empresa.
2	FARTES, Vera Lúcia Bueno	Aquisição da qualificação: a multidimensionalidade de um processo contínuo.	FACED/UFBA	Analisa os processos de aquisição da qualificação de trabalhadores num segmento da indústria - o complexo petróleo-petroquímica - tradicionalmente afeito a características hoje consideradas próprias aos chamados "novos paradigmas de uso e gestão do trabalho". Busca entender e explicar como, onde e quando os trabalhadores adquirem suas qualificações.
3	FERREIRA, Maria Onete Lopes	A crise dos referenciais e os pesquisadores em trabalho e educação: o lugar do marxismo entre os educadores.	UFSCar	Reflete sobre as consequências da crise teórica entre os pesquisadores cujas pesquisas se situam no campo temático Trabalho e Educação, elegendo como objeto as teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação na PUC-SP, USP, UNICAMP, UFRJ, UFRGS e UFMG, a partir do ano de 1994.
4	LAUDARES, João Bosco; TOMAS, Antonio	O técnico de escolaridade média no setor produtivo; seu novo lugar e suas competências.	Cefet-MG	Recorrendo à Sociologia do Trabalho e às noções constituídas por ela de qualificação, competência e saber, identifica as tendências de mobilidade profissional dos técnicos e dos tecnólogos no interior de grandes empresas.
5	MACÁRIO, Epitácio	Determinações ontológicas da educação: uma leitura à luz da categoria trabalho.	UFC	Demonstra que a educação tem sua origem no e pelo trabalho. Demonstra a conexão mediada entre educação e trabalho e como a praxis educativa efetiva-se tendo o trabalho por modelo. A pesquisa é embasada na leitura da obra marxiana e lukácsiana, assim como teorias mais ligadas à educação.
6	MARKET, Werner Ludwig	Trabalho, universalidade, comunicação e sensibilidade - aspectos teórico-metodológicos para um conceito dialético de competência.	UFRN	Desenvolve uma análise das categorias trabalho, universalidade, comunicação, sensibilidade, a qual volta-se o conceito dialético de competência. Tem por objetivo mostrar que para a análise da relação dialética entre essas categorias é fundamental a relação entre materialismo histórico e teoria da ação comunicativa, tendo em vista a apresentação de uma concepção emancipatória de competência.
7	MONFREDINI, Ivanise	Trajetórias de bancários: a qualificação profissional como construção social.	PUC-SP	Procura identificar como se estabelecem e se consubstanciam os embates em torno da qualificação profissional. Toma como referencial os conceitos de <i>habitus</i> , capital e campo, propostos por Bourdieu. Considera que foi possível evidenciar a qualificação profissional como construção social.
9	NOGUEIRA, Paulo Henrique	Habermas e a não centralidade formativa do trabalho, um crítica filosófica ao marxismo.	FCHPL	Propõe discutir alguns aspectos da obra de Habermas, principalmente aquelas que evidenciam a necessidade de descentrar o trabalho como determinante social. Prioriza o tratamento habermasiano da formação humana e suas implicações no descentramento formativo do

					trabalho.
10	SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos	"O novo ensino médio agora é para a vida": neoliberalismo, racionalidade instrumental e a relação trabalho-educação na reforma do ensino secundário.	UFRJ		Reflexão sobre a reforma do ensino médio. Propõe análise do caráter ideológico de tal reforma, com base em uma fonte símbolo desse programa: a revista "O Novo Ensino Médio", publicação do MEC, utilizada nos fins do ano 2000.
11	SILVA, Maria Vieira	O <i>ethos</i> empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades.	UFU		Intencionando elucidar os mecanismos da "nova identidade do trabalhador", analisa a <i>Revolução Organizacional</i> do Grupo Empresarial MG e sua influência no campo da educação escolar, por meio de ações desenvolvidas neste setor.
2002 (25ª RA/ANPEd)					
AUTOR	TÍTULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO		
1	ALANIZ, Erika Porceli	Competência e qualificação profissional: noções que se opõem ou se complementam?	UNESP.		Analisa a teoria da competência e sua relação com o conceito de qualificação profissional, tendo em vista a relação entre ambos os conceitos, a noção de saber ser e o estabelecimento de consenso entre atores de interesses distintos.
2	ARAÚJO, Liana Brito de C.	A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real.	UECE		Defende a atualidade do método em Marx, que entende o método como um instrumento de medição entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível.
3	BONFIM, Antonio Carlos Ferreira	Habermas: trabalho, linguagem e forma de vida humana.	FACED/UFC		Demonstra a concepção antropológica de Habermas acerca da forma de vida especificamente humana. Defende que o que caracteriza a forma de vida humana seria a articulação do trabalho com a linguagem, esta sim exclusividade do homem.
4	BIONDI, Antonio Almerico	Hegemonia e educação na conformação contemporânea do campo de qualificação profissional.	PPGEDU/FAC		Procura entender as práticas contemporâneas de diversos atores sociais em torno da qualificação profissional. Apresenta uma discussão sobre hegemonia e sua relação com a educação, qualificação e ações de atores sociais.
5	BUENO, Vilma Ferreira	Letramento e transformações tecnológicas do mundo do trabalho	UFSC		Analisa as concepções de letramento presentes nos discursos dos empresários e as demandas de leitura e escrita que decorrem dessas concepções, em razão do advento das novas tecnologias de informação e de comunicação. Os dados foram obtidos a partir de uma pesquisa etnográfica, por meio de entrevistas com oito empresários da Grande Florianópolis. Os dados demonstram a existência de proximidade entre escola e empresa em relação à concepção de letramento centrado nos aspectos normativos e gramaticais de uma escrita destituída da sua dimensão humana e separada do contexto social mais amplo.
	Clavatta, Maria (UFF); Trein, Eunice	<u>Trabalho encomendado</u> Trabalho e educação - uma análise para debate.	UFF		NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO, NO CD E NO SITE.
6	CORROCHANO, Maria Carla	Jovens olhares sobre o trabalho.	AE		Tem como referência a questão do trabalho e as percepções sobre este entre jovens trabalhadores da fábrica, realizando alguns apontamentos sobre a escolaridade. Para isso, entrevista jovens operários e operárias do setor de autopeças de São Bernardo do Campo. Retrata os diferentes sentidos do trabalho na vida desses jovens.
7	GARCIA, Nilson Marcos Dias	A fábrica como espaço de aprendizagem, a escolarização como perspectiva de emprego.	CEFET-PR		Tem por objetivo identificar os assuntos de física escolar presentes na linha de produção de uma empresa montadora de eletrodomésticos e identificar os espaços em que poderia ocorrer a sua aprendizagem. Realizada como um estudo de caso, permitiu identificar a fábrica, ao lado da escola, como um dos espaços de aprendizagem dos trabalhadores.
8	GARIGLIO, José Angelo	A reforma da educação profissional e seu impacto sobre as lutas concorrenciais por território e poder no currículo do CEFET-MG.	CEFET-MG		Procura mostrar o impacto da reforma da educação profissional sobre as lutas concorrenciais por território e poder no currículo, levadas a efeito por diferentes grupos disciplinares do CEFET-MG.
9	KOBER, Cláudia Mattos	A qualificação profissional do ponto de vista de trabalhadores da indústria.	UNICAMP		Através de entrevistas com trabalhadores estudantes de cursos supletivos e inseridos tanto em uma indústria reestruturada, quanto fordista. O trabalho busca verificar como se constitui a qualificação profissional do ponto de vista do trabalhador e como

				ele articula sua trajetória de vida, educacional e profissional nas decisões quanto à qualificação. Na análise das entrevistas fez-se uso do conceito de <i>habitus</i> de Bourdieu.
	MACHADO, Lucília Regina de Souza	<u>Trabalho encomendado</u> Trabalho e educação na produção acadêmica dos núcleos de pesquisa.	UFMG	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO, NO CD E NO SITE.
10	JÚNIOR, Justino de Sousa	Trabalho, estado e escola - crises que se entrecruzam.	UFMG	Discute a atual crise da escola, abordando-a como um processo estrutural, articulado em que se encadeiam aquela, a dinâmica mundializada do capital e as crises do trabalho assalariado e os Estados-nacionais.

2003 (26ª RA/ANPEd)

AUTOR	TITULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
	ASSIS, José Carlos CATTANI, Antonio David PISCANÇO, Iracy	<u>Trabalho encomendado</u> Emprego, trabalho e alternativas de economia popular e solidária.	UFRJ; UFRGS; UFBA -As desigualdades ampliadas e a construção de alternativas (CATTANI- UFRGS) -A crise da educação enquanto crise do trabalho (ASSIS-UFRJ)
1	BENACCHIO, Rosilda	Meninos vadios: reeducação e maioria penal aos nove anos de idade. Rio de Janeiro, 1900 -1910.	UFF Pesquisa aborda a situação dos meninos considerados vadios no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, onde ocorreu o primeiro surto industrial no Brasil. Analisa o Código Penal de 1890, que instituiu a idade penal a partir dos nove anos de idade para condenação criminal.
2	BURNIER, Suzana	Os significados do trabalho segundo técnicos de nível médio.	CEFET-MG Discute os significados conferidos ao trabalho por 18 trabalhadores técnicos de nível médio. Aponta as experiências e os temas considerados fundamentais pelos próprios trabalhadores em suas experiências de trabalho e que precisam ser levados em conta na formulação e avaliação de projetos de formação profissional, sindical e cidadã.
3	CORREIA, Ana Maria Ferro	Formação e destinação profissional: trajetórias de alunos do curso de mestrado da escola industrial de São Carlos.	UFSCar Estabelece vínculo entre a educação profissional de nível médio e a inserção no mercado de trabalho formal e informal, através da recuperação das trajetórias escolares e profissionais de ex-alunos do Curso de Mestrado (1950-1960). Estudo de caso apoiou-se em fontes qualitativas e quantitativas.
4	GONZALEZ, Jorge Luiz Cammarano	Para uma abordagem ontológica do cotidiano escolar.	UNISO Defende que o cotidiano escolar expressa o universo de múltiplas práticas formativas que tensionam a relação entre produção e apropriação das objetivações genéricas do ser social para-si: ciência, arte, filosofia, moral e política. Considera a possibilidade de uma abordagem ontológica do cotidiano escolar com base nas relações entre trabalho, prática social e reprodução social. caracteriza alguns aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma análise ontológica que oriente o campo investigativo do cotidiano escolar.
5	FILHO, Amâncio Antenor; ALMEIDA, José Telles de	Formação de recursos humanos para a saúde: antigos problemas, novos desafios.	ENSP FIOCRUZ / Discute os processos de formação de profissionais de saúde, buscando estabelecer possíveis estratégias de articulação entre os diferentes níveis de formação profissional e os serviços de saúde, tendo por referência as relações entre os sistemas de educação e saúde.
6	MOURÃO, Arminda Rachel Botelho	A competência e a qualificação: conceitos historicamente construídos para atender interesses de classe.	UFAM Discute se o modelo de competência propugnado por Zarifian é uma proposta que vem ao encontro dos interesses empresariais como resposta às novas exigências da produção.
7	NETO, Enéas Arrais	Mundialização e crise do capital - a relação dialética entre essência e fenômeno na constituição real do mundo do trabalho.	UFC Analisa os caminhos da expansão e reprodução do capital no âmbito mundial, em resposta à crise deflagrada a partir do final do século XX. Aponta que uma análise que busque superar a limitação parcial de cada enfoque, como faz o marxismo sistêmico, seria a melhor opção metodológica de análise para a economia política crítica, voltada para a fundamentação teórica de trabalho e educação.
8	NOSELLA, Paolo	Ética e educação na sociedade pós-industrial.	UFSCar Discute ética, riqueza material, superconcentração da riqueza, educação e maior distribuição da riqueza e pós industrialismo.

9	OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de	As mutações no setor produtivo da indústria eletroeletrônica e a qualificação dos trabalhadores.	UFAM	Estudo sobre o processo produtivo das empresas eletroeletrônicas da Zona Franca de Manaus. Versa sobre as implicações do uso de novos equipamentos e das inovações na gestão e organização do processo de trabalho sobre a qualificação dos trabalhadores.
10	SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos	Trabalho e educação no "Novo ensino Médio": instrumentalização da estética da sensibilidade, da política da igualdade e da ética da identidade na lógica do capital.	FIOCRUZ/EPSJV	Analisa a reforma do Ensino Médio no conjunto das reformas neoliberais, tomando-a como expressão do projeto educacional do capital e adotada pelo Estado, configurado como instância hegemonicamente representativa dessa classe social, permitindo perceber a gênese ideológica do discurso da reforma.
2004 (27ª RA/ANPEd)				
	AUTOR	TÍTULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO
1	ANDRADE, Flávio Anício	(Con)formação para um trabalho competente: a reforma do ensino no Brasil (1998-2002).	UNESA	Discute a Reforma do Ensino Médio promovida ao longo do período 1998-2002, no que tange ao seu objetivo de promoção de um novo perfil comportamental dos futuros sujeitos constituintes da força de trabalho nacional.
2	CÊA, Georgina Sobreira dos Santos	A qualificação profissional como instrumento de regulação social: do PLANFOR ao PNQ.	UNIOESTE	Identifica a existência de duas mediações determinantes do PLANFOR como política pública do Estado Brasileiro. Conclui que a política de qualificação profissional por meio do PLANFOR, nos anos 90, e atualmente por meio do PNQ, atuou e vem atuando, como instrumento de regulação social, em um Estado Neoliberal.
3	FRANZOI, Naira Lisboa	Da profissão como profissão de fé ao "mercado em constante mutação": trajetórias e profissionalização dos alunos do Plano Estadual de Qualificação do Rio Grande do Sul (PEQ-RS).	UFRGS	Estuda o papel do Plano Estadual de Qualificação do Estado do Rio Grande do sul (PEQ-RS), na profissionalização de seus usuários. O estudo toma como ângulo de análise trajetórias ocupacionais e formativas dos alunos desse Plano e tem por base o conceito de profissionalização como resultante da articulação entre conhecimento adquirido e inserção no mercado de trabalho.
<u>Trabalho encomendado</u>				
	LIMA, Domingos Leite; GARCIA, Nilson Dias	Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional	CEFET -Pr	Analisa a reestruturação do Ensino Médio e da Educação Profissional e situa e discute os conceitos de Politecnia e educação tecnológica.
4	NOVELLI, Giseli	Ensino profissionalizante na cidade de São Paulo; um estudo sobre o currículo da "Escola Profissional Feminina" nas décadas de 1910, 1920 e 1930.	PUCSP	Investiga a história da organização curricular da Escola técnica Estadual Carlos de Campos com o objetivo de revelar quais os conhecimentos, valores e habilidades eram consideradas legítimas nos primeiros anos de profissionalização na cidade de São Paulo, que validou idéias e práticas relacionadas à prática da profissionalização feminina no século XX.
5	OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento (UFMS); LEÃO, Inara Barbosa	As políticas de educação profissional: discursos e desafios constantes.	UFMS	Analisa os pressupostos da Política Nacional de Qualificação (2003) e o Plano Nacional de Educação Profissional (1998). Constata que ambos têm como pressuposições a mediação dos conflitos sociais instaurados pela crise do desemprego e necessidade do aumento da renda da sociedade brasileira.
6	QUARESMA, Adilene Gonçalves	A pedagogia da Escola do Trabalho e a formação integral do trabalhador.	CEFET-MG	Apresenta e analisa a prática pedagógica da Escola do Trabalho, no contexto da formulação e construção da educação operária posterior à Revolução Russa, a partir das idéias de Marx e Engels.
7	SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos	Teoria do capital intelectual e a teoria do capital humano: Estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação.	EPSJV/FIOCRUZ	Propõe a análise da historicidade das teorias do capital humano e do capital cultural, considerando-as dialeticamente em relação de continuidade/ruptura.
8	SANTOS, Neide Elisa Portes; FIDALGO, Fernando	A centralidade da certificação de competências no Brasil.	UFMG	Evidencia como a certificação de competências ganha centralidade nos discursos e ações dos diversos interlocutores políticos e sociais, focalizando o contexto em que esse processo vai se consolidando. Apresenta proposições dos interlocutores brasileiros em torno da construção de um Sistema de Certificação de Competências.
9	SOARES, Ana Maria Dantas	Formação de Técnicos em agropecuária: currículos como instrumento de políticas	UFRJ	Discute dois modelos curriculares de formação técnico-profissional, na área da agropecuária, destacando o atrelamento dos mesmos às

		públicas de regulação		necessidades do mercado.
10	TUMOLO, Paulo Sérgio	Trabalho, alienação e estranhamento: visitando novamente os “manuscritos” de Marx.	UFSC	Analisa a categoria <i>trabalho</i> desenvolvida por Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844.
11	VIEIRA, Fernando de Oliveira	Limitações no desenvolvimento e na carreira de funcionários técnico-administrativos nas universidades do Rio de Janeiro.	UFF	Analisa a concepção de desenvolvimento do pessoal técnico-administrativo de três universidades do RJ, durante o período de 1997 e 2002.
12	WENDORFF, Tatiana da Silva	Ensinando a ser trabalhador: um estudo das representações no Telecurso 2000.	UNISINOS	Objetiva identificar o perfil de trabalhador representado no Telecurso 2000 e configurar se os trabalhadores participantes do Telecurso se vêem representados nas teleaulas. Aponta a pretensão do Programa de formar um trabalhador “adequado” ao modelo Toyotista; quanto aos alunos, estes não se viam representados e não percebiam o referido Programa como voltado para o mundo do trabalho.

2005 (28ª RA/ANPEd)

AUTOR	TITULO	INSTIT.	RESUMO / CONTEÚDO	
1	BÚRIGO, Elizabeth Zardo	Professores, técnicos ou engenheiros? Identidades profissionais face à reforma do ensino técnico.	UFRGS	Discute os nexos entre as identificações profissionais dos professores e sua interveniência no processo de reforma do ensino técnico em duas escolas estaduais gaúchas. O trabalho conclui que a reação dos professores à reforma foi em larga medida pautada pela defesa dos valores profissionais e pelo papel assumido enquanto representantes de uma comunidade profissional de técnicos e engenheiros.
2	FIOD, Edna Garcia Maciel	A precarização do trabalho docente.	UFSC	Tem por objetivo compreender o significado da presença histórica na educação estatal de grande contingente de professores contratados por tempo determinado. Realizou levantamento sobre a quantidade de professores efetivos e de professores temporários.
3	FIRMINO, Carlos Antonio Barbosa; CUNHA, Ana Maria de Oliveira	A pedagogia das competências na reforma da educação profissional no Brasil. Entre a teoria e a prática escolar.	CEFET-MG; UFU	Investiga a Reforma da Educação Profissional no Brasil e seu arcabouço pedagógico, a Pedagogia das Competências, para verificar se ela está se efetivando na prática escolar, conforme defendida em sua base conceitual nos documentos oficiais. Utiliza a pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso.
4	MARKET, Werner Ludwig	Trabalho qualificante e educação profissional: perspectivas para a formação na escola e na fábrica.	UFC	Analisa o conceito de "trabalho qualificante" e os conceitos inovadores de educação profissional na Alemanha, que visam a formação do trabalhador e servidor qualificado-competente, que estejam aptos para agir autonomamente e participativamente na organização produtiva.
5	MIRANDA, Kenia Aparecida	O trabalho docente na acumulação flexível.	UFF	Discute a atual natureza do trabalho docente. Analisa aspectos do trabalho docente, tais como: função social da escola, composição de classe, processo de trabalho, formas de contratação, autonomia, além do grau de subsunção ao capital.
6	OLIVEIRA, Ramon de	As novas singularidades do capitalismo e as possibilidades da escola unitária	UFPE	Discute que a relação estabelecida entre a escola e o mundo do trabalho, bem como as ações de qualificação profissional, passam a ser estruturadas não só por uma imposição do mercado, mas também por um conjunto de expectativas e cobranças dos educandos de que o conhecimento ali obtido possa lhe servir para o futuro ingresso no mercado de trabalho.
7	REIS, Ronaldo Rosas	Trabalho improdutivo e ideologia estética. As relações sociais de produção de arte e a formação estético-cultural no Brasil.	UFF	Examina o sentido estratégico das preocupações oficiais com a estética e a arte, considerando as demandas do capitalismo tardio e o contorno ideológico da sua lógica cultural. Busca examinar a questão da continuidade-descontinuidade da produção artística e do ensino de arte na modernidade brasileira, além de produzir uma síntese da formação do imaginário estético-cultural da sociedade, tendo como referencial a centralidade da luta de classes.
8	RODRIGUES, José dos Santos	Educação superior e conhecimento para a competitividade: convergências entre as propostas da CNI e do	UFF	Demonstra a convergência entre as propostas da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e do MEC para a reforma da educação superior. Destaca a constituição do Instituto Euvaldo Lodi, que vem

		Governo Lula para a Reforma Universitária.		constituindo uma interação entre a universidade brasileira e a indústria, desde 1969.
9	RUMMERT, Sonia Maria	Projeto Escola de Fábrica: atendendo a "pobres e desvalidos da sorte" do século XXI.	UFF	Analisa o Projeto Escola de Fábrica, do Ministério da Educação, evidenciando o fato de que as iniciativas supostamente novas voltadas para a educação da classe trabalhadora constituem rearranjos da mesma lógica que gera um conjunto de propostas educativas que visam atender às necessidades imediatas e mediatas do processo de acumulação capitalista.
10	SANTOS, Ademir Valdir	Os papéis da família e da escola na constituição dos sujeitos: implicações na formação dos trabalhadores.	UNERJ-SC	Discute os papéis da família e da escola na formação. Busca incorporar o olhar dos 1.264 operários pesquisados, de uma grande empresa têxtil, sobre a contribuição das instituições familiar e escolar nos processos formativos.
	SANTOS, Aparecida Fátima Tiradentes	de Trabalho encomendado Políticas e reformas do ensino médio e profissional; concepções e práticas.	FIOCRUZ	NÃO CONSTA RESUMO NO LIVRO, NO CD E NO SITE.
11	TROJAN, Rose Meri	Pedagogia das competências e diretrizes curriculares: a estetização das relações entre trabalho e educação.	UFPR	Evidencia a estatização das relações entre educação e trabalho a partir das articulações que se estabelecem entre a estética como princípio axiológico e a organização do currículo por competências. Propõe desvelar o caráter ideológico da estética da sensibilidade definida como princípio curricular que contribui para a recomposição da ideologia liberal, necessária para a hegemonia do capital.
12	ZORZAL, Marcos Freisleben	Neoliberalismo e o princípio da competência para o trabalho e a educação nos discursos de Fernando Henrique Cardoso: da ideologia à pedagogia do imponderável.	UFSCAR	Revisita a década do advento do "reformismo do Estado brasileiro", centrando a atenção sobre os elementos discursivos do então presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à esfera do trabalho e da educação, que culminaram na formalização da noção de competências como princípio pedagógico da LDBN 9.394/96.

ANEXO II



ISTITUTO PER LO SVILUPPO ORGANIZZATIVO

CONCEITO

“Um guarda-chuva estratégico para desenvolver e educar funcionários, clientes, fornecedores e comunidade, a fim de cumprir as estratégias empresariais”.

Fonte: (Meister (1998)).

CONCEITO

“Educação Corporativa é um sistema de formação profissional de pessoas pautado por uma gestão de pessoas com base em competências, devendo portanto instalar e desenvolver nos colaboradores (internos e externos) as competências consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócio, promovendo um processo de aprendizagem ativo e permanente vinculado aos propósitos, valores, objetivos e metas empresariais.”

De modo geral, a missão de uma Educação Corporativa consiste em **formar e desenvolver os talentos na gestão dos negócios**, promovendo a gestão do conhecimento organizacional (geração, assimilação, difusão e aplicação), através de um processo de aprendizagem ativa e continua.

Fonte: (Meister (1998)).

Considere o
Modelo de EDUCAÇÃO
CORPORATIVA UM
processo,
e não necessariamente
um lugar.”

(Meister, 1999.)

ISVOR DESAFIOS

MISSÃO

Contribuir para a competitividade das empresas Fiat, por meio do desenvolvimento humano e organizacional.

VISÃO

Ser referência em desenvolvimento humano e organizacional para as empresas Fiat, com inovação e sustentabilidade.

PARA O ISVOR

Para o ISVOR, a Educação Corporativa é um sistema vivo de formação profissional de pessoas protagonistas de sua carreira, capazes de realizar as transformações necessárias para a viabilização das estratégias de negócio, de maneira sustentável.

Acreditamos em um processo de formação contínua, que expõe o indivíduo à conhecimentos e experiências diversas, valorizando sua capacidade de sonhar, imaginar e criar .

Propomos a Ética, Diversidade e Colaboração como valores capazes de garantir a contínua construção do novo.

COMO ESTAMOS ESTRUTURADOS

- É uma divisão da Fiat do Brasil, cujo balanço é consolidado na mesma.
- Realiza programas sob solicitação dos setores e em concorrência com outros fornecedores.
- Opera também para o mercado fora do grupo Fiat, em torno de 4% do faturamento.
- Tem como objetivo o *break even* (Ponto crítico de vendas. representa a quantidade de bens e serviços que uma empresa tem de vender) na conta econômica.

QUANTOS SOMOS



EMPLOYEES
(empregados)

86

INTERNS
(estagiários)

20



(Consultores)

250









LÓGICA DE ATUAÇÃO



PILARES DO MODELO EDUCATIVO

PROTAGONISMO

O sujeito é reconhecido como um agente de mudanças e assume sua cota de responsabilidade pelo seu auto-desenvolvimento.

ANDRAGOGIA

As estratégias didáticas consideram as necessidades próprias dos adultos, assim como suas motivações em aprender.

DESIGN THINKING

As estratégias didáticas são elaboradas sobre os pilares do pensamento de design: empatia, ideação, prototipação, implementação e avaliação.

CONHECIMENTO SUSTENTÁVEL

Todos os esforços são direcionados a dotar o sujeito de autonomia para lidar com novas situações-problemas, em um cenário de constantes mudanças.

Estrutura de apoio aos projetos



LÍDER DE PROJETO



PROJETISTAS,
FACILITADORES,
CONSULTORES



DESIGN
PRODUÇÃO
DE MATERIAL
DIDÁTICO



LOGÍSTICA
E APOIO
OPERACIONAL

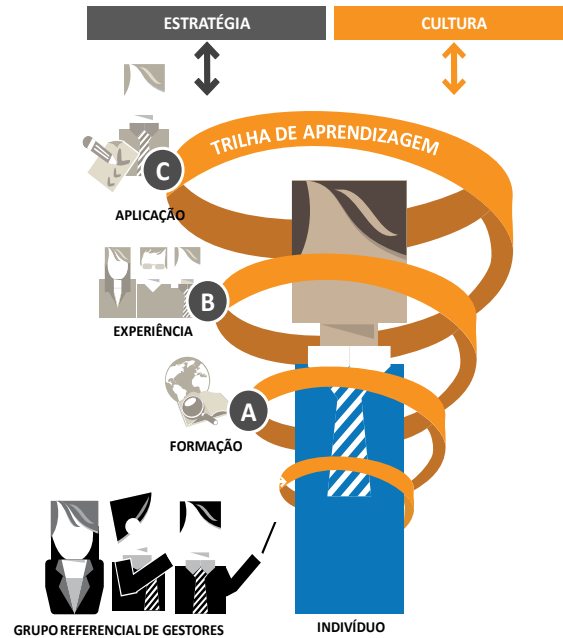


AVALIAÇÃO
DOS
RESULTADOS

PROCESSO DE ACELERAÇÃO DE APRENDIZAGEM



NEGÓCIO



LEADERSHIP

LIDERA A MUDANÇA

1. Busca e aprecia a competição
2. Trabalha pela descontinuidade
3. É um apaixonado no alcance dos objetivos
4. Exprime a energia necessária para alcançar os resultados
5. Cumpre o que promete
6. Simplifica as coisas
7. Age de forma rápida e decisiva
8. Age com integridade

LIDERA AS PESSOAS

1. Ajuda as pessoas a superarem...
2. Comunica com transparência
3. Assume as próprias responsabilidades e faz
4. Busca, reconhece e celebra o sucesso
5. Gera otimismo através de uma visão focada no cliente
6. Faz as melhores escolhas, não necessariamente as mais fáceis
7. Constrói o melhor time
8. Trata a todos com dignidade e equidade

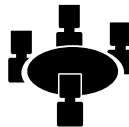
METODOLOGIA DA TRILHA



**Apresentações colaborativas,
palestras, seminários**



Pré work



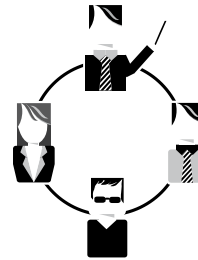
Oficinas



Simulações, cases, *benchmarking*



Artigos, leitura orientada



As atividades são conduzidas de forma a solidificar o entendimento dos conceitos abordados e estimular o debate e a reflexão por parte do grupo de participantes. Para isso são aplicado um “mix” de técnicas pedagógicas, com ênfase em procedimentos interativos pré-formatados.

